

ESTUDOS FUNENSEG

A Relação entre Seguro e Empreendedorismo no Brasil: Dados Básicos e Conceitos

**Pietro Masci
Andre Medici
Bernardo Weaver Barros**



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS
FUNENSEG

Os autores trabalham no Banco de Desenvolvimento Interamericano. Pietro Masci é Chefe de Equipe, Andre Medici é Especialista Sênior em Desenvolvimento Social e Bernardo Weaver é consultor. Sob a orientação de Pietro Masci e Andre Medici, Bernardo Weaver coletou e reuniu os dados e preparou várias minutas do presente documento.

Presidente

Robert Bittar

Vice-Presidente

Mauro César Batista

Diretor Executivo

Renato Campos Martins Filho

Diretor de Ensino e Produtos

Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira

Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento

Claudio Contador

Diretor Regional de São Paulo

João Leopoldo Bracco de Lima

Superintendente Administrativo-Financeira

Paola Young Casado Barros de Souza

Superintendente Comercial

Henrique Berardinelli

Conselho de Administração

Robert Bittar

Paulo Roberto Sousa Thomaz

Miguel Junqueira Pereira

Mauro César Batista

Armando Vergílio dos Santos Júnior

Alexandre Penner

Vandro Ferraz da Cruz

Tania Ramos de Moraes

Conselho Fiscal

Lúcio Antônio Marques

Maria Elena Bidino

Carlos Alberto de Paula

Waldemir Bargieri

Severino José de Lima Filho

João Ricardo Pereira

Unidades Funenseg

Rio de Janeiro • RJ (Matriz)

Rua Senador Dantas, 74 - térreo,

2ª sobreloja., 3º e 4º and. - Centro

Tel.: 21 3380-1000

faleconosco@funenseg.org.br

Rio de Janeiro • RJ

Av. Franklin Roosevelt, 39 - sobreloja - Castelo

Tel.: 21 3132-1111

Blumenau • SC

Tel.: 47 3326-7105

nucleosc@funenseg.org.br

Brasília • DF

Tel.: 61 3323-7032

nucleodf@funenseg.org.br

Campinas • SP

Tel.: 19 3212-0608

apoiocampinas@funenseg.org.br

Curitiba • PR

Tel.: 41 3264-9614

nucleopr@funenseg.org.br

Goiânia • GO

Tel.: 62 3945-1210

apoiogoias@funenseg.org.br

Porto Alegre • RS

Tel.: 51 3224-1965

nucleors@funenseg.org.br

Recife • PE

Tel.: 81 3423-1134

nucleope@funenseg.org.br

Ribeirão Preto • SP

Tel.: 16 3620-2200

apoiorbpreto@funenseg.org.br

Salvador • BA

Tel.: 71 3341-2688

nucleoba@funenseg.org.br

Santos • SP

Tel.: 13 3289-9852

apoiosantos@funenseg.org.br

São Paulo • SP

Tel.: 11 3105-3140

nucleosp@funenseg.org.br

Central de Atendimento: **0800 253322**

www.funenseg.org.br

ESTUDOS FUNENSEG

Série destinada à publicação de trabalhos e pesquisas de profissionais das áreas de seguro, resseguro, previdência e capitalização. É comercializada com exclusividade em seminários, palestras, fóruns e workshops realizados pela Escola Nacional de Seguros – Funenseg e por instituições do Mercado de Seguros. Os textos podem ser impressos (em formato pdf) no site da Funenseg (www.funenseg.org.br), link “publicações/livros técnicos”.

Caso haja interesse em adquirir os números da série no formato original, entrar em contato com o setor de Vendas da Funenseg ou com a Secretaria da Escola: Rua Senador Dantas, 74/Térreo – Centro – Rio de Janeiro – RJ (Tel.: (21) 3380-1556 – e-mail: vendas@funenseg.org.br).

Para publicação na série, os textos devem ser encaminhados, para avaliação, para o Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Funenseg, Claudio R. Contador. Enviar duas cópias: uma por e-mail para claudiocontador@funenseg.org.br, mencionando no assunto “Estudos Funenseg – Trabalho para Avaliação”; e outra impressa para a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Funenseg (Rua Senador Dantas, 74/3o andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-205), identificando no envelope “Estudos Funenseg”. Incluir nas duas cópias um resumo em português e em inglês do trabalho. As referências bibliográficas devem ser incluídas no final do texto. Enviar também um breve currículo profissional, e-mail e telefone para contato.

Coordenação

Claudio R. Contador

claudiocontador@funenseg.org.br

Editor

Antonio Carlos Teixeira

antonio@funenseg.org.br

Conselho Editorial

Claudio Contador

Francisco Galiza

Joel Gomes

José Americo Peón de Sá

Lauro Vieira de Faria

Lúcio Antônio Marques

Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira

Paulo Marraccini

Ricardo Bechara Santos

Roberto L. M. Castro

Sergio Viola

Capa

Ronny Martins

ronny@funenseg.org.br

Diagramação

Simone Oliveira

Revisão

Maria Helena de Lima Hatschbach

Tiragem: 100 exemplares

Uma publicação da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento Núcleo de Publicações publicacao@funenseg.org.br

O trabalho publicado nesta edição é de responsabilidade do autor e não reflete, necessariamente, a opinião da Funenseg.

Permitida a citação, total ou parcial, do texto publicado nesta edição, desde que identificada a fonte.

Tradução

Antonio Salvador Dutra

Virginia Thomé – CRB-7/3242

Responsável pela elaboração da ficha catalográfica

M364r Masci, Pietro

A relação entre seguro e empreendedorismo no Brasil: dados básicos e conceitos / Pietro Masci, Andre Medici e Bernardo Weaver Barros. – Rio de Janeiro: Funenseg, 2008.

88 p.; 28 cm (Estudos Funenseg, n. 20).

I. Seguro e Empreendedorismo – Estudos e pesquisas. I. Medici, Andre. II. Barros, Bernardo Weaver. III. Título. II. Série.

08-0779

CDU 2 ed. 2007 368 + 658.11-057.1

Sumário

Agradecimentos	5
Nota dos Autores	7
Abreviaturas e Siglas	9
Relação das Tabelas	11
Resumo	13
Summary	15
Introdução	17
Penetração do Seguro em Países Selecionados e os 27 Estados Brasileiros	19
Dados de Prêmios de Seguros no Brasil	23
Apêndice – Prêmios de Seguros, em US\$	45
Pequenas e Médias Empresas e Empresas Iniciantes	52
Apêndice – Pequenas e Médias Empresas, em US\$	57
Variáveis de Controle a Incluir na Análise Econométrica	58
Apêndice – Variáveis de Controle, em US\$	72
Variáveis Instrumentais.....	76
Conclusão	78
Anexo 1. Taxas do Real (R\$) para o dólar dos EUA (US\$)	79
Anexo 2. Tabela de Conciliação	79
Referências Bibliográficas	84

Agradecimentos

Os autores agradecem a Superintendência de Seguros Privados pelo apoio concedido e, especialmente, Olavo Salles, Ricardo Nohra Simões e Aníbal de Vasconcellos. Os autores também agradecem Marcelo Schaimberg, da firma de corretagem “Brokers”, e Luis Felipe Conde, sócio da firma de advocacia Pellon e Associados, pelas estimativas que forneceram. Os autores agradecem Andréa Lemgruber, do FMI, por suas valiosas observações sobre evasão de impostos e pequenas e médias empresas no Brasil. Os autores também estão gratos pelos dados elaborados fornecidos pelo Sr. Raimundo Eloi de Carvalho, coordenador geral e chefe de política tributária da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Nota dos Autores

Este documento de trabalho está sendo publicado com o único objetivo de contribuir para o debate sobre um tópico de importância para a região e para obter comentários e sugestões de partes interessadas. Este documento não passou pelo processo de revisão do Departamento ou de consideração por parte da gerência do SCL. Assim, ele não reflete a posição oficial do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Abreviaturas e Siglas

ANS	Agência Nacional de Saúde (autoridade reguladora do seguro-saúde)
BC	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (World Bank: Banco Mundial)
COREM	Coordenação Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
CPR	Cédula do Produtor Rural – título de crédito emitido por associação de produtores rurais
DIOPS	Documento de Informações das Operadoras – documento de entrada de dados do sistema de informações da ANS
DPEM	Seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcação marítima
DPVAT	Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores terrestres
FENASEG	Federação Nacional das Seguradoras
FESR	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural
PIB	Produto Interno Bruto
HMO	Organização prestadora de serviços de saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IADB	Banco Interamericano de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
RF	Receita Federal
OECD	Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
Sigma	Relatório anual da Swiss Re sobre o seguro em todo o mundo
SIMPLES	Sistema tributário simplificado para pequenas e médias empresas
PME	Pequena e média empresa
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre

Relação das Tabelas

- Tabela 1a: Média dos índices de penetração do seguro e do PIB per capita no período 2000 – 2004: países selecionados e estados do Brasil, 20
- Tabela 1b: PIB de países selecionados, conforme dados do FMI. Os elementos que definem os dados são os mesmos da Tabela 1a (itens 1 a 5 da página), 22
- Tabela 2a: Volume de prêmios de seguro, por estado, 1999 a 2006, em R\$ 1000, 28
- Tabela 2b: Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção ao risco de responsabilidade civil, 29
- Tabela 2c: Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção a riscos comerciais, 31
- Tabela 2d: Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como contratos de seguro que cobrem riscos de proteção social, 32
- Tabela 2e: Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção a riscos patrimoniais, 33
- Tabela 2f: Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção a riscos rurais, 35
- Tabela 2g: Prêmios de seguro de cada estado selecionado, por ano, de 2003 a 2006, por tipo de risco, em reais (valores nominais), 36
- Tabela 2h: Volume de prêmios de alguns tipos de contratos no período 2001–2006, por estado, em reais (valor nominal), 39
- Tabela 2i: Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros de responsabilidade pagos, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem, 41
- Tabela 2j: Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros comerciais, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem, 42
- Tabela 2k: Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros de proteção social, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem, 43
- Tabela 2l: Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros de riscos patrimoniais, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem, 44
- Tabela 2m: Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros rurais, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem, 45
- Tabela 2n: Prêmios de seguro de cada estado, por ano, de 2001 a 2006, por tipo de risco, em dólares dos EUA (valores nominais), 46

- Tabela 2o: Volume de prêmios de alguns tipos de contratos no período 2001–2006, por estado, em dólares dos EUA, 49
- Tabela 3a: Receita total das PME, anos 1998–2003, em milhões de reais, 55
- Tabela 3b: Número de PME, anos 1998–2003, 55
- Tabela 3c: Número de empresas iniciantes, anos 1995–2005, 56
- Tabela 3d: Número de empresas iniciantes registradas como companhias de responsabilidade limitada, anos 1995–2005, 57
- Tabela 3e: Receita total das PME, anos 1998–2003, em milhares de dólares dos EUA, 58
- Tabela 4a: População, 2001–2005, 63
- Tabela 4b: PIB, por estado, 2000–2004, em milhares de reais, 63
- Tabela 4c: Receita fiscal, 2001–2005, em milhares de reais, 64
- Tabela 4d: Orçamentos estaduais, 2001–2005, em milhares de reais, 65
- Tabela 4e: Pensões de trabalhadores, 2001–2005, em milhares de reais, 65
- Tabela 4f: Número de residências particulares, 2001–2005, em milhares de reais, 66
- Tabela 4g: Percentagem de residências com acesso a água encanada, 2001–2005, 67
- Tabela 4h: Percentagem de residências com acesso à rede de esgotos, 2001–2005, 67
- Tabela 4i: Percentagem de residências construídas com materiais duráveis, 2001–2005, 68
- Tabela 4j: Anos de escolaridade de adultos, 2001–2005, 69
- Tabela 4k: Consumo de eletricidade em megawatts, 1995–2002, 69
- Tabela 4l: Intermediação financeira em áreas rurais, em R\$, base ano 2000, 70
- Tabela 4m: Número de pessoas com seguro saúde privado, 1999–2006, 71
- Tabela 4n: Volume de prêmios de seguro saúde, em R\$ (valor nominal), 71
- Tabela 4o: PIB, por estado, 1999–2004, em milhares de reais, convertidos para dólares dos EUA, 72
- Tabela 4p: Receita fiscal, 1999–2005, em milhares de reais, convertidos para dólares dos EUA, 73
- Tabela 4q: Orçamentos estaduais, 1999–2005, em milhares de reais, convertidos para dólares dos EUA, 74
- Tabela 4r: Pensões de trabalhadores, 1999–2005, em milhares de reais, convertidos para dólares dos EUA, 74
- Tabela 4s: Volumes de prêmios de seguro saúde, em milhares de reais, convertidos para dólares dos EUA, 75
- Tabela de conciliação, 80

Este documento apresenta dados relacionados com seguro e empreendedorismo nos estados do Brasil ao longo de dez anos. Os dados estão acompanhados por breves discussões sobre sua definição. Elas abrangem desde a definição de empresas novas (criadas no período) e de pequenas e médias empresas (PMEs), até a classificação de contratos de seguro por tipos de riscos. Os dados coletados incluem volumes de prêmios por tipo de apólice, estimativas feitas por autoridades reguladoras e profissionais do mercado de seguros do volume de prêmios pagos por PMEs. O documento inclui dados com variáveis de controle (educação, infra-estrutura, etc.) e a legislação pertinente para ajudar a interpretação de dados futuros. A maior parte das informações nunca foi apresentada antes com esses detalhes. O documento segue a hipótese desenvolvida em manuscrito anterior de Pietro Masci, não publicado, cujo título é: *Insurance and Entrepreneurship in Latin America and the Caribbean: a Spatial Analysis* (Seguro e Empreendedorismo na América Latina e no Caribe: uma Análise Espacial).

Palavras-Chave: seguro; empreendedorismo; prêmios de seguros no Brasil; pequenas e médias empresas.

Summary

This document presents data related to insurance and entrepreneurship in the states of Brazil over a period of 10 years. The data is accompanied by brief discussions of terms' definitions. They range from the definition of Startup and Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs), to the classification of insurance contracts by types of risks. The data collected includes volume of premium by type of policy, insurance regulators' and market players' estimates of the share of premia paid by SMEs. The document includes data with control variables (education, infrastructure, etc.) and relevant legislation to help future data interpretation. Most of the information has never been presented before in such detail. The document follows the hypothesis developed on a previous unpublished manuscript "Insurance and Entrepreneurship in Latin America and the Caribbean: a Spatial Analysis" by Pietro Masci.

Key Words: *insurance; entrepreneurship; insurance premium in Brazil; small and medium-sized enterprises.*

INTRODUÇÃO

A relação entre empreendedorismo e seguro é muito complexa. Para elaborar uma teoria dessa relação que possa ser testada, é preciso partir das seguintes proposições básicas:

- a. *Seguro e crescimento econômico* têm uma relação direta, mas no sentido de que um nível maior de atividade econômica faz aumentar a demanda por seguro. Entretanto, instituições de seguro preexistentes e receptividade de mercado para novas necessidades favoreceriam e, possivelmente, produziram maior atividade econômica. Contudo, o sentido da causalidade não é inteiramente compreendido. O seguro de vida e possivelmente o seguro comercial têm um papel importante. Seguros sociais, como o seguro-saúde, podem reduzir o impacto positivo dos seguros de empresas e do seguro de vida.
- b. *O Seguro e os Mercados Financeiros* operam juntos na medida em que o primeiro não só complementa os serviços do segundo mas é também essencial para seu desenvolvimento. As seguradoras, além de cobrirem riscos diretamente relacionados com as atividades do setor financeiro, também investem a maior parte de suas reservas em títulos de renda fixa e ações.
- c. *Empreendedorismo e Crescimento Econômico* estão estreitamente relacionados, especialmente quando se examina a história recente da economia dos EUA, em que a estrutura das firmas se tornou mais dinâmica e pequenas companhias tomaram o lugar de burocracias privadas. Isto trouxe altos níveis de inovação, refletidos em mais tecnologia e crescimento mais alto da produtividade.
- d. *Mercado Financeiro e Mercado de Seguros Eficientes e Afinados com a Economia* são essenciais para promover a atividade econômica e assegurar que o empreendedor tenha os incentivos corretos para levar adiante as suas iniciativas.

Com base nestas proposições, podemos examinar a relação entre o *Seguro* e o *Empreendedorismo*. De um ponto de vista intuitivo, podemos dizer que os empresários podem precisar adquirir cobertura para se proteger contra riscos e prejuízos aleatórios. Isto implica que o nível de incerteza seja reduzido e representado por riscos que apólices de seguro possam cobrir. Os empresários que têm acesso a seguro têm mais probabilidade de continuar em sua atividade do que aqueles que não adquirem cobertura de seguro. Não obstante isso, é muito difícil provar qualquer forte associação e/ou causalidade entre seguro e empreendedorismo.

Para conduzir uma análise empírica da relação entre Seguro e Empreendedorismo, produzimos um banco de dados para o Brasil. Um conjunto similar de dados para os EUA poderá ser preparado em futuro próximo.

- a) Dados relacionados com a situação mundial da indústria de seguros e como os estados brasileiros se classificam em termos de penetração do seguro em relação a determinados países.

O índice de penetração do seguro é a relação entre o total dos prêmios de seguros e o PIB, e pode ser considerado uma medida da cultura e conhecimento do seguro. Conquanto alguns estados brasileiros estejam em boa posição, figurando entre nações européias, estados do norte e do nordeste estão atrás da África. Fonte:

http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/FinStructure_60_05_final.xls.

b) Dados usados para medir o conhecimento e a disponibilidade da indústria de seguros no Brasil.

Os dados são sobre o volume total de prêmios em cada estado brasileiro nos anos 1999 a 2006. São definidos 99 contratos de seguro padronizados no Brasil. As informações abrangem contratos classificados em tipos particulares de riscos. Os dados de prêmios de cada tipo de contrato são combinados por tipo de risco coberto. Os dados disponíveis são volume de prêmios pagos, por estado e tipo de risco no período 1999 – 2006. Também estão disponíveis dados sobre prêmios pagos com respeito aos cinco contratos mais representativos¹. Estimativas da parcela do volume total de prêmios que foi paga por pequenas e médias empresas. Os dados são da SUSEP, a autoridade reguladora e supervisora da atividade de seguros no Brasil. Fonte:

<http://www.susep.gov.br/menumercado/ses/menupremiosdesegurosporuframo.asp?id=5>.

c) Dados usados para medir o empreendedorismo.

Dados sobre *startups*, isto é, número de companhias iniciantes, companhias de responsabilidade limitada (Ltda.) e pequenas e médias empresas, por estado, para o período 1998 – 2003 estão disponíveis e representam as medidas comuns de empreendedorismo (incluindo seu desempenho no Brasil, na última década). Receitas das pequenas e médias empresas, em vários anos, de acordo com dados da Receita Federal (órgão subordinado ao Ministério da Fazenda do Brasil); receitas como quota de participação no PIB do Brasil. Todos esses dados estão disponíveis, por estado brasileiro. Fonte dos dados:

<http://www.dnrc.gov.br>.

d) As variáveis de controle vão de PIB a população por estado, incluindo indicadores de infraestrutura, educação, níveis de intermediação financeira, o número e a qualidade de unidades de habitação e a proporção de pessoas com cobertura de seguro-saúde privado. Essas variáveis de controle são importantes para ajudar a assegurar que a relação entre seguro e empreendedorismo não seja afetada por especificações equivocadas na modelagem. Fonte dos dados:

<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?85794828>.

e) Variáveis instrumentais.

Esta seção inclui a legislação que influencia os mercados de seguros. Ela engloba as mudanças de política que afetaram ramos da indústria de seguros nos últimos dez anos. Por exemplo, a atividade de seguro-saúde foi afetada em 2000 pela criação de um órgão regulatório autônomo em um mercado que até então sofria de falta de imposição regulatória. Também, o seguro agrícola foi afetado em 2001 pela legislação que aperfeiçoou mecanismos de financiamento para o setor agrícola. O mercado do seguro de vida foi afetado duas vezes, a primeira em 2001, com o estabelecimento de regulações que criaram mais alternativas, e a segunda, em 2004, com regulações que afetaram critérios tributários, beneficiando o mercado com incentivos tributários para consumidores/investidores. Todas essas alterações de ordem política que

¹ Este banco de dados tem dados relativos a 27 estados, de 4 anos consecutivos, sobre 99 tipos de contrato de seguro. Ele contém ainda dois anos extra para os dez maiores estados e o total nacional dos prêmios por tipo de contrato. Assim, ele contém mais de 12.771 células.

afetaram o mercado podem ser usadas como “instrumentos” para avaliar se há uma correlação, ou mesmo uma causalidade, entre alguns ramos de seguros e o empreendedorismo. Fonte dos dados:

<http://www.susep.gov.br/menubiblioteca/biblioteca.asp>.

PENETRAÇÃO DO SEGURO EM PAÍSES SELECIONADOS E NOS 27 ESTADOS DO BRASIL

Esta seção compara a penetração do seguro em vários países e nos estados brasileiros, no período compreendido entre 2000 e 2004. Ela apresenta duas tabelas. A Tabela Ia compara o índice de penetração do seguro (média do período) e o PIB per capita (média do período) de vários países e de todos os estados brasileiros. A Tabela Ib mostra os dados de PIB por país em US\$ (valor nominal, de acordo com dados do FMI). Os dados da tabela Ia são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: Esta tabela compara a média dos valores de PIB per capita e a média dos índices de penetração do seguro em 68 países e todos os 27 estados brasileiros no período de 2000 a 2004.
 - 1.1 - Índice de penetração do seguro é definido como a quota do PIB que representa o volume de prêmios de seguro (multiplicado por 1.000).
 - 1.2 - PIB per capita é o valor a preços correntes (em dólares americanos), per capita, do produto nacional bruto – ele é computado dividindo-se o valor do PIB em dólares americanos pela população. Fonte: website do Banco Mundial.
2. Fonte das informações sobre países: a fonte dos dados específicos usados neste documento é um conjunto de dados² do Banco Mundial sobre mercados financeiros, o qual usa³ os dados de prêmios de seguro dos países de várias edições dos *Swiss Re's Sigma Reports*⁴. Este conjunto de dados usa os dados sobre PIB da versão eletrônica de *World Development Indicators*⁵.
 - 2.1 - Fonte de Informações sobre os Estados Brasileiros: os dados de prêmios de seguro dos estados brasileiros vieram da SUSEP. Os dados de PIB per capita são do IBGE, disponíveis em www.ibge.gov.br.
3. Informações disponíveis: no Banco Mundial, os dados⁶ estão disponíveis de 1960 em diante. Os dados sobre PIB desses países, desde 1960, também estão disponíveis na página do Banco Mundial na Internet⁷. Os PIB de cada estado brasileiro, relativos ao período 2000 a 2004, estão disponíveis no IPEA.
4. Método usado para coletar as informações: o Banco Mundial estima os dados com base em informações do setor de estatísticas de cada país. A Swiss Re calcula os dados de prêmios a partir de informações fornecidas pelas autoridades reguladoras nacionais.
5. Frequência das informações: esses dados são coletados em uma base anual.

² http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/FinStructure_60_05_final.xls.

³ Ele é atualizado com frequência.

⁴ A Swiss Re converte as moedas locais em dólares americanos.

⁵ Por favor, veja o *link* em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0.contentMDK:21298138>.

⁶ Os dados de penetração do seguro estão originalmente separados em vida e não vida.

⁷ Beck, Thorsten Asli Demirgüç-Kunt e Ross Levine (2000), “A New Database on Financial Development and Structure”, *World Bank Economic Review* 14, 597-605. Ver link na nota 2.

Em virtude da concentração geográfica do desenvolvimento econômico do Brasil, uns poucos estados ricos têm altos índices de penetração do seguro, quando comparados a alguns países europeus e à maioria dos países latino-americanos. Por outro lado, o mercado de seguros em muitos outros estados brasileiros é menos desenvolvido que o de certas nações islâmicas, onde a legislação religiosa proíbe⁸ certos tipos de seguros. Na maioria dos casos, em termos de penetração do seguro, os estados brasileiros se posicionam favoravelmente quando comparados com pequenos países latino-americanos, mas ficam atrás da Argentina e do Chile.

A Tabela 1b mostra o PIB de países selecionados, com base nos dados do FMI. Os dados usados nesta tabela são os definidos para a Tabela 1a.

Tabela 1a – Média dos índices de penetração do seguro e do PIB <i>per capita</i> no período 2000–2004: países selecionados e estados do Brasil		
País ou Estado do Brasil⁹	Média da Penetração do Seguro	Média do PIB per Capita
Roraima (RR)	2,20	1.587,57
Arábia Saudita	2,30	9.510,34
Amapá (AP)	2,38	1.984,50
Argélia	2,80	2.033,78
Amazonas (AM)	3,12	3.269,11
Egito	3,27	1.331,62
Rondônia (RO)	3,95	1.946,83
Sergipe (SE)	4,80	1.949,86
Iran	4,81	1.879,83
Piauí (PI)	5,03	871,37
Guatemala	5,26	1.794,37
Paraíba (PB)	5,26	1.305,13
Maranhão (MA)	5,27	802,15
Rio Grande do Norte (RN)	5,71	1.604,97
Romênia	5,93	2.354,89
Peru	6,04	2.205,81
Tocantins (TO)	6,15	1.119,39
Sri Lanka	6,42	915,03
Alagoas (AL)	6,44	1.192,43
Indonésia	6,60	956,68
Turquia	7,05	3.109,71
Filipinas	7,22	981,08
Pará (PA)	7,71	1.509,63
Mato Grosso (MT)	8,16	2.823,84
Bulgária	8,82	2.189,97
México	8,98	6.289,94
Tunísia	9,00	2.319,07
Ceará (CE)	9,14	1.278,09
Espírito Santo (ES)	9,70	3.150,20
Costa Rica	9,81	4.167,79
Grécia	10,37	13.689,90
República Dominicana	10,44	2.411,11
Jordânia	10,78	1.910,68
Venezuela	11,13	4.227,99
Mato Grosso do Sul (MS)	11,91	2.756,47
Bahia (BA)	12,04	1.837,21
Colômbia	12,09	1.930,34

⁸ O direito muçulmano proíbe o seguro de vida, porque considera que o beneficiário poderia “lucrar” com a morte de alguém. O nome do produto que substitui em parte o seguro de vida é Kataful.

⁹ A linha de cada estado brasileiro está realçada em cor amarela e o nome do estado é seguido de sua sigla entre parênteses.

Tabela 1a – Continuação		
País ou Estado do Brasil⁹	Média da Penetração do Seguro	Média do PIB per Capita
Goiás (GO)	12,24	2.239,92
Minas Gerais (MG)	12,59	2.735,68
Ucrânia	12,65	946,30
Rio Grande do Sul (RS)	12,96	4.054,38
BRASIL	13,32	3.041,83
China	13,41	1.174,26
Quênia	13,57	442,40
Santa Catarina (SC)	13,65	3.753,37
Índia	13,89	509,64
Hungria	14,40	6.866,25
Marrocos	14,43	1.348,88
Polônia	14,72	5.373,00
Panamá	15,33	4.104,45
Croácia	15,51	5.693,80
Tailândia	15,64	5.103,82
Pernambuco (PE)	15,65	1.765,94
Islândia	15,93	34.055,35
República Eslovaca	16,48	5.224,89
Paraná (PR)	18,18	3.321,60
República Tcheca	18,79	7.701,30
Argentina	18,96	5.100,93
Chile	20,85	4.869,76
Ilhas Maurício	21,56	4.092,92
Rio de Janeiro (RJ)	21,87	4.505,38
Chipre	23,50	14.290,67
Malta	23,70	11.369,15
Noruega	24,62	44.247,68
Eslovênia	25,20	12.223,85
Malásia	26,21	4.041,12
Nova Zelândia	28,71	17.167,62
Distrito Federal (DF)	28,93	6.396,05
Áustria	29,16	28.293,95
Israel	30,15	18.514,52
Espanha	30,40	18.690,16
São Paulo (SP)	31,82	4.515,48
Canadá	33,37	25.761,52
Portugal	34,16	13.290,42
Alemanha	34,25	26.706,33
Hong Kong	34,42	24.207,39
Itália	34,68	23.319,78
Suécia	34,94	30.509,84
Dinamarca	37,23	35.569,80
Austrália	42,81	23.691,09

Tabela 1a – Continuação		
País ou Estado do Brasil ⁹	Média da Penetração do Seguro	Média do PIB per Capita
Finlândia	44,64	28.350,83
Cingapura	44,84	22.503,50
França	45,54	25.977,56
Estados Unidos da América	46,41	36.829,04
Bélgica	49,56	26.756,17
Holanda	49,89	29.239,57
Coréia do Sul	52,46	11.880,45
Japão	54,46	33.732,08
Suíça	61,69	40.269,46
Irlanda	73,07	33.772,71
Reino Unido	75,56	28.371,78
África do Sul	82,64	3.259,73
Equador	86,86	1.941,93
Luxemburgo	151,13	56.351,62

Fontes: Swiss Re, *Sigma Reports* (vários anos); Banco Mundial.

Tabela 1b – PIB de países selecionados, conforme dados do FMI. Os elementos que definem os dados são os mesmos da Tabela 1a (itens 1 a 5 da página)						
País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argélia	54,749	55,181	57,053	68,013	85,016	102,026
Argentina	284,204	268,697	97,732	127,643	151,958	181,549
Austrália	390,169	368,656	413,677	527,216	637,485	708,519
Áustria	194,407	193,345	208,566	255,842	293,194	305,338
Bélgica	232,425	231,931	252,721	310,521	357,447	371,695
Brasil	601,551	510,384	460,612	505,535	603,783	795,666
Bulgária	12,639	13,605	15,614	19,974	24,331	26,719
Canadá	725,158	715,632	734,773	868,485	993,908	1.132,444
Chile	75,212	68,568	67,266	73,698	95,001	115,314
China	1.198,482	1.324,813	1.453,847	1.640,978	1.931,645	2.234,133
Colômbia	83,786	81,991	81,122	79,459	96,788	122,269
Costa Rica	15,947	16,404	16,879	17,491	18,531	19,985
Croácia	18,427	19,832	23,032	29,612	35,261	38,551
Chipre	9,147	9,497	10,467	13,191	15,501	16,695
Rep. Tcheca	56,717	61,843	75,276	91,358	108,214	124,31
Dinamarca	160,533	160,583	174,412	214,269	245,172	259,643
Rep. Dominicana	19,888	21,942	21,625	16,459	18,435	29,089
Equador	15,934	21,252	24,899	28,636	32,636	36,489
Egito	99,155	95,399	87,506	81,384	78,802	89,477
Finlândia	122,222	125,269	135,972	165,031	188,901	196,053
França	1.333,00	1.341,43	1.463,90	1.805,03	2.059,72	2.126,72
Alemanha	1.905,80	1.892,60	2.024,06	2.444,28	2.744,22	2.791,74
Grécia	116,469	119,212	135,507	175,892	209,394	225,591
Guatemala	19,289	21,043	23,309	24,738	25,959	27,366
Hong Kong China	168,754	166,541	163,709	158,473	165,841	177,703
Hungria	47,019	52,314	65,562	83,127	100,821	109,195
Islândia	8,665	7,899	8,768	10,802	13,084	15,823
Índia	462,643	474,097	493,535	575,273	665,584	771,951
Indonésia	165,521	160,657	195,593	234,834	254,466	281,264
Iran	96,447	115,435	116,412	133,752	161,478	192,349
Irlanda	96,609	104,569	122,724	157,118	183,473	200,774

Tabela 1b – Continuação						
País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Israel	121,025	118,659	109,382	115,26	122,503	129,841
Itália	1.100,567	1.118,326	1.223,245	1.510,064	1.726,793	1.765,542
Japão	4.650,951	4.090,192	3.911,583	4.237,074	4.587,155	4.567,446
Jordânia	8,461	8,975	9,582	10,196	11,398	12,712
Quênia	12,316	13,059	13,191	15,036	16,199	18,736
Coréia	511,923	481,971	546,709	608,172	679,977	787,567
Luxemburgo	20,329	20,216	22,693	29,044	33,638	36,531
Malásia	90,324	88,001	95,266	103,992	118,461	130,835
Malta	3,853	3,863	4,151	4,854	5,319	5,454
Ilhas Maurício	4,512	4,542	4,513	5,159	5,937	6,231
México	580,791	621,859	648,629	638,745	683,486	768,437
Marrocos	33,335	33,901	36,093	43,813	50,031	51,621
Holanda	371,726	400,998	439,357	539,343	609,038	629,911
Nova Zelândia	52,399	51,534	59,766	79,261	97,793	108,523
Noruega	167,286	169,797	191,514	222,892	255,107	295,672
Panamá	11,621	11,808	12,272	12,933	14,204	15,467
Pilipinas	75,912	71,216	76,814	79,634	86,703	98,371
Polônia	171,314	190,332	198,039	216,539	252,668	303,229
Portugal	112,989	115,812	127,906	155,515	177,828	183,619
Romênia	37,068	40,188	45,825	59,506	75,487	98,566
Arábia Saudita	188,693	183,257	188,803	214,859	250,673	309,945
Cingapura	92,717	85,612	88,468	92,727	107,502	116,775
Rep. Eslovaca	20,374	21,108	24,522	33,005	42,015	47,459
Eslovênia	19,312	19,772	22,292	28,069	32,494	34,037
África do Sul	132,964	118,563	111,138	166,178	214,989	239,419
Espanha	582,377	608,882	688,501	882,667	1.041,043	1.126,576
Sri Lanka	16,332	15,746	16,536	18,246	20,055	23,534
Suécia	242,792	221,879	244,314	304,854	350,664	358,817
Suíça	246,322	250,576	277,113	322,915	359,042	367,571
Tailândia	122,725	115,536	126,877	142,928	161,688	173,134
Tunísia	19,456	19,988	21,054	25,254	28,129	28,674
Turquia	198,234	143,096	182,973	240,596	302,561	362,461
Ucrânia	31,262	38,009	42,393	50,133	64,883	82,876
Reino Unido	1.445,195	1.435,637	1.574,470	1.814,649	2.155,164	2.229,473
Estados Unidos	9.816,983	10.127,955	10.469,608	10.960,756	11.712,483	12.455,834
Venezuela	117,153	122,872	92,889	83,436	110,104	132,848

Fonte: Website do FMI: www.imf.org.

DADOS DE PRÊMIOS DE SEGUROS NO BRASIL

Esta seção apresenta 15 tabelas que fornecem um quadro preciso da indústria de seguros no Brasil. Ela detalha, por exemplo, cada um dos 99 tipos de contratos de seguro atualmente disponíveis no mercado. O banco de dados mostra os tipos de riscos cobertos e os montantes de prêmios cobrados. Os contratos são definidos de acordo com a finalidade e o tipo de risco. As tabelas mostram os nomes dos tipos de contratos de seguro e sua correspondente tradução em inglês (de acordo com os autores). Outras tabelas apresentam estimativas do nível de participação das pequenas e médias empresas no volume total dos prêmios pagos em cada estado. Autoridades reguladoras brasileiras, advogados especializados em seguros, firmas de corretagem, e os autores deste documento calcularam estimativas

dos prêmios de seguros pagos por pequenas e médias empresas, de acordo com o tipo de contrato de seguro, entidades legais, e consumidores individuais.

A Tabela 2a contém totais de prêmios de seguros, por estado. As Tabelas 2b, 2c, 2d, 2e, e 2f definem cada um dos 99 tipos de contratos de seguros e os dividem por grupo de risco. Os grupos de risco são: responsabilidade, proteção social, patrimonial, comercial e agrícola. A Tabela 2g mostra os volumes de prêmios de seguro segregados por grupos de riscos específicos. A Tabela 2h lista os volumes totais de prêmios por tipo de contrato de seguro. As Tabelas 2i, 2j, 2k, 2l, e 2m mostram estimativas feitas pelas autoridades reguladoras do seguro, advogados, corretores e os autores dos volumes de prêmios pagos por pequenas e médias empresas a companhias de seguros, por tipo de contrato de seguro.

Esta relação pode ser medida ao se comparar o volume total de prêmios de seguros em cada estado, por ramo de seguros, por tipo de contrato de seguro, por parcela de prêmios pagos por pequenas e médias empresas, com o volume de receita e o número de pequenas e médias empresas e empresas iniciantes, ou por qualquer outra medida do empreendedorismo. Uma tabela específica com o volume de receita de pequenas e médias empresas e o número dessas está disponível na Seção 3. Os dados da Tabela 2 são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: volume de prêmios de seguro de 1999 a 2006. Esses dados estão disponíveis em um banco dados Excel separado dos dados de 1995 a 2005. Os valores nominais dos prêmios estão indicados em R\$.
2. Fonte das informações: os dados dos volumes totais de prêmios por estado estão disponíveis em <http://www.susep.gov.br/menuestatistica/estatisticas.asp>.
3. Informações disponíveis: os dados disponíveis cobrem o período de 1995 a 2006, com algumas falhas. Dadas algumas inconsistências nos anos iniciais das séries, esta tabela tem dados confiáveis apenas para o período 1999 a 2006. O método usado pelos autores para preencher as falhas de dados está detalhado abaixo:
 - 3.1 - Método para estimar dados faltantes: na página da SUSEP na Internet, o arquivo para o ano 1999 mostra apenas dados de volumes de prêmios para os 10 estados maiores. Não há dados para os 17 estados restantes¹⁰. Os únicos dados disponíveis para esses estados menores são os totais de prêmios do mês de janeiro e as respectivas percentagens de cada estado em relação ao total nacional. Para preencher essa lacuna de dados, o prêmio total nacional de 1999 foi dividido pelo total de prêmio de janeiro. O fator resultante foi distribuído pelo prêmio de janeiro para cada um dos 17 menores estados brasileiros. O mesmo procedimento foi feito para comparar o mês de janeiro com o ano inteiro para os 10 maiores estados. Os resultados foram relativamente similares. A maioria dos estados menores ficou dentro de uma margem de erro de 5%. A tabela com os volumes de prêmios de 1999 a 2006 também está disponível em um banco de dados separado com dados de 1995 a 2006.
4. Método usado para coletar as informações: estes são dados administrativos, coletados na SUSEP, a qual exige que as companhias sob sua jurisdição apresentem dados apropriados, de acordo com o Decreto-lei 73, de 1966, e a respectiva legislação e regulação que se seguiram a ele.

¹⁰ Cada um dos 17 estados tem um total de prêmios menor do que 1% do total nacional.

5. Frequência das informações: base anual.

As Tabelas 2b, 2c, 2d, 2e, e 2f definem cada um dos 99 tipos de contratos de seguro atualmente em uso no mercado, por tipo de risco. As Tabelas 2b, 2c, 2d, 2e, e 2f explicam as definições dos 99 tipos de contratos padronizados e autorizados pela SUSEP. Embora as definições desses tipos de contratos venham basicamente de uma única fonte, as classificações são abundantes. A SUSEP aloca esses tipos de contratos a cinco diferentes grupos de riscos de uma classificação fornecida pelos autores: responsabilidade, proteção social, patrimonial, comercial, e agrícola. Livros podem ser escritos sobre como classificar contratos de seguros em tipos de riscos. Os autores consultaram a SUSEP para estabelecer a melhor classificação para o mercado brasileiro neste estudo.

A SUSEP reconhece outras classificações. Essas classificações baseiam-se, muitas vezes, na perspectiva de quem retém os riscos, isto é, o ponto de vista da seguradora. A classificação apresentada neste documento está baseada no ponto de vista de quem “vende” os riscos, isto é, na perspectiva da pessoa física ou jurídica que compra cobertura de seguro de uma seguradora (ou “vende” riscos para essa). Mas, ambas classificações acabam sendo muito similares, porque estão baseadas nos mesmos princípios, conforme é discutido abaixo.

A SUSEP divide todos os contratos de seguros nas seguintes categorias: DPEM (seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Embarcações Marítimasⁱ); DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores Terrestresⁱⁱ); Seguro Rural; Seguro Incêndio; Seguro Garantia; Seguro de Pessoas (seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, previdência); Seguro Transportes; e Seguro de Crédito Interno. A classificação usada neste estudo (que usa nomes em inglês para as classes de seguros) coloca o DPEM, o DPVAT e parte do Seguro Transportes dentro da classe *Liability Insurance* (seguros de responsabilidades). Esta classificação também coloca o Seguro Incêndio na classe *Property Insurance* (seguros de bens patrimoniais), e o Seguro Garantia como parte da classe *Commercial Insurance* (seguro comercial). Os seguros de pessoas foram classificados como *Social Protection* (proteção social). A classificação usada neste documento separa o risco de transporte em duas partes, uma ligada ao *Liability Insurance* (seguro de responsabilidade) e a outra ligada ao *Property Insurance* (seguro patrimonial). Finalmente, o seguro de crédito foi incluído também como parte do *Commercial Insurance* (seguro comercial).

ⁱ Nota do tradutor: os autores definem este seguro, em inglês, equivocadamente, como “*mandatory boat liability insurance*”, quando uma definição mais apropriada talvez fosse: “*no fault mandatory marine insurance covering bodily injury caused by boats*”, uma vez que este não é um seguro de responsabilidade civil.

ⁱⁱ Nota do tradutor: como no caso do DPEM, os autores definem equivocadamente este seguro como “*mandatory auto liability insurance*”, quando uma definição mais apropriada talvez fosse: “*no fault mandatory insurance covering bodily injury caused by land motor vehicles*”, porque este não é um seguro de responsabilidade civil. A propósito, o termo “*bodily injury*”, em inglês (“*dano corporal*”, em português), é muito mais preciso para designar a real cobertura do DPVAT, bem como a do DPEM, do que o termo “danos pessoais”. Dano pessoal é um termo mais abrangente do que “dano corporal”. Estes seguros só cobrem o que é universalmente conhecido como dano corporal (que abrange a morte ou a invalidez permanente que resultar do dano corporal diretamente causado pelo acidente). Registre-se, ainda que em muitos países, o dano corporal abrange, além das despesas médicas e hospitalização, e da morte ou da invalidez, outros danos conseqüentes dos danos corporais diretamente causados pelo acidente como, por exemplo, dor e sofrimento, cicatrizes ou seqüelas que desfigurem a aparência e outros (ainda que não haja perda mensurável de mobilidade ou capacidade física ou orgânica). Nestes países, esses danos, ainda que dificilmente possam ser medidos de modo objetivo, são também considerados danos corporais. No Brasil, há uma tendência de não considerá-los como danos corporais. O DPEM e o DPVAT não cobrem esse tipo de dano; sua cobertura é estritamente de danos corporais diretamente causados por embarcações (ou sua carga), e por veículos terrestres (ou sua carga).

A SUSEP também tem outra classificação em sua página na Internet, que tem quatro grupos básicos: (1) seguros de bens e responsabilidades, (2) seguros de pessoas, (3) seguros garantia, e (4) seguros de transporte.

Os dados nessas tabelas estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: as tabelas listam os contratos, seus nomes em inglês e em português, e sua definição.
2. Fonte das informações: a SUSEP divide esses contratos em vários tipos de riscos, de acordo com uma classificação básica que foi elaborada para este estudo e com o ponto de vista nele adotado com respeito à relação entre seguro e empreendedorismo.
3. Informações disponíveis: as informações usadas para as definições estão em português em http://www.susep.gov.br/menuatendimento/index_seguros.asp. Algumas informações em nossa classificação vieram da Federação Nacional das Empresas de Seguros (FENASEG), em www.fenaseg.org.br. As informações sobre seguro garantia foram encontradas na página de uma firma de corretagem na Internet: www.globalrisk.com.br/emp_patr_garantia.html.
4. Método usado para coletar as informações: pesquisa nas páginas da internet acima mencionadas.
5. Frequência das informações: tais informações não são regularmente atualizadas porque as definições dos tipos de contratos de seguros são, usualmente, estáveis e usadas em leis.

Depois da análise das definições dos contratos que são usados no mercado brasileiro de seguros, são examinados os volumes de prêmios pagos por tipo desses riscos e contratos. A Tabela 2g consolida os totais de prêmios por estado, dividido por tipo de risco. Aqui, nós apresentamos apenas uma amostra dos estados brasileiros. Há um banco de dados separado com os dados de todos os estados. Os dados na Tabela 2g são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: esta tabela lista o volume de prêmios de seguro para cada estado, dividido por tipo de risco. Ela está baseada em uma classificação, justificada e extensivamente explicada nas Tabelas 2b, 2c, 2d, 2e, e 2f. O volume de prêmios é indicado em reais (valores nominais).
2. Fonte das informações: a fonte é o sítio na Internet da autoridade reguladora da atividade seguros: www.susep.gov.br.
3. Informações disponíveis: estão disponíveis para cada mês, desde janeiro de 2003 até o mês mais recente, sem interrupção. Para os dez maiores estados, as informações relativas aos anos de 2001 e 2002 também estão disponíveis. Os dados dos 17 estados restantes¹¹ nesses dois anos estão reunidos sob o título “outros estados”.
4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
5. Frequência das informações: mensal.

A Tabela 2h apresenta apenas uma amostra dos dados disponíveis em um banco de dados Excel separado. Essa tabela mostra o volume de prêmios, por estado, para cada um de cinco tipos de contratos de seguros selecionados. Pode ser usada para mostrar uma relação mais exata entre empreendedorismo

¹¹ Cada um desses estados tem um volume total de prêmios menor do que 1% do volume total do país, como um todo.

e um tipo específico de contrato de seguro que cobre um risco específico, de maneira específica. Quanto mais exatas forem as descobertas sobre a relação, mais poderosas serão as recomendações sobre mudanças na política. Os dados na tabela 2h são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: a tabela 2h lista apenas cinco dos 99 tipos de contratos de seguros que a autoridade reguladora do seguro no Brasil, a SUSEP, permite e autoriza serem operados pelo mercado. Estes são uma amostra dos contratos que ocupam os cinco tipos de riscos listados na Tabela 2g. A tabela lista o primeiro e principal contrato de seguro de responsabilidade civil (sic): o seguro obrigatório de responsabilidade civil de automóvel (sic), conhecido pelo acrônimo DPVAT, cujos prêmios são coletados pelo governo junto com o imposto cobrado dos proprietários de veículos. Este tipo de contrato recebe o código numérico 88 na lista de contratos da SUSEP¹². Há também o contrato de seguro compreensivo empresarial, código 18. Em seguida, há o seguro de riscos de engenharia, código 67. Há o seguro habitacional, código 68 e, finalmente, há o seguro de penhor rural de instituições financeiras públicas, código 63. Todos os contratos que são listados nas tabelas 2b, 2c, 2d, 2e, e 2f estão contidos no banco de dados Excel. O volume total de prêmios é calculado em reais (valores nominais).

2. Fonte das informações: a fonte é o sítio na Internet da autoridade reguladora da atividade seguros: www.susep.gov.br (em português).

3. Informações disponíveis: estão disponíveis para cada mês, desde janeiro de 2003 até o mês mais recente, sem quaisquer lacunas. Para os dez maiores estados em termos de volume de prêmios, as informações relativas aos anos de 2001 e 2002 estão disponíveis. Os estados restantes estão reunidos sob o título “outros estados”.

4. Método usado para coletar as informações: administrativo. As seguradoras têm que fornecer seus volumes de prêmios e a sinistralidade para mostrar seus métodos de alocação de reservas, de modo que a autoridade reguladora possa estimar a margem de solvência e os percentuais de sinistralidade.

5. Freqüência das informações: mensal.

Esta tabela mostra o volume de prêmios de cinco tipos de contratos de seguros em estados selecionados. Esses contratos são representativos de cada um dos cinco tipos de riscos listados na tabela 2g. Neste ponto, uma questão importante ainda não respondida é: quanto de todo esse volume de prêmios é pago por pequenas e médias empresas? Não existem dados públicos, simplesmente porque as companhias de seguros não publicam dados demográficos ou de nível de receita de sua base de clientes¹³.

Assim, o melhor que podemos é fazer uma estimativa. Visando reduzir nossas chances de encontrar discrepâncias, convidamos diversos profissionais¹⁴ que atuam no mercado para contribuir com suas estimativas do volume de prêmios pagos por pequenas e médias empresas, indicadas como percentagens do volume total dos prêmios de cada tipo de contrato de seguro. Os resultados estão na próxima tabela.

¹² Esses números servem para identificar facilmente os tipos de contratos.

¹³ Em alguns ramos de seguros, como seguro automóvel, é altamente improvável que as seguradoras cheguem a ter acesso a este tipo de informações.

¹⁴ Os autores gostariam de agradecer ao Sr. Schaimberg, da firma de corretagem Broker's, ao Sr. Conde, de Pellon e Associados, e aos Srs. Salles, Nohra, e Vasconcelos, da SUSEP, por suas valiosas observações e opiniões.

As tabelas 2i, 2j, 2k, 2l, e 2m contêm estimativas dos volumes de prêmios de seguro pagos por pequenas e médias empresas feitas por autoridades reguladoras, advogados especializados na legislação de seguros, corretores e os autores deste documento. As estimativas estão detalhadas para os tipos individuais de contratos e reunidos por tipo de risco conforme as tabelas 2b, 2c, 2d, 2e, e 2f. Os dados nas tabelas 2i a 2m são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: são estimativas feitas por profissionais que atuam no mercado de seguros do volume de prêmios, por tipo de contrato de seguro, de acordo com o tipo de risco. A SUSEP determinou quais contratos de seguro eram mais comprados por pessoas físicas e quais eram predominantemente comprados por pessoas jurídicas. Corretores e advogados estimaram qual percentagem do prêmio total do mercado teria sido paga por pequenas e médias empresas ou por todas as empresas, em geral. A Tabela 2i enfoca os prêmios dos seguros de responsabilidades, a 2j os dos seguros comerciais, a 2k os dos seguros de proteção social, a 2l os dos seguros patrimoniais, e a 2m os prêmios dos seguros agrícolas.
2. Fonte das informações: firma de advocacia no Rio de Janeiro, SUSEP, IADB, e firma de corretagem de seguros..
3. Informações disponíveis: apenas por solicitação.
4. Método usado para coletar as informações: informal.
5. Frequência das informações: mensal. Os dados foram solicitados apenas para este documento.

Estado do Brasil	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	16.696	16.071	7.489	5.547	3.467	4.567	4.209	3.032
Alagoas (AL)	102.421	84.846	66.460	53.198	51.985	52.746	59.988	57.629
Amazonas (AM)	20.023	16.908	8.116	6.544	50.480	53.273	57.482	45.725
Amapá (AP)	269.014	198.828	152.664	109.914	5.538	7.632	44.232	1.925
Bahia (BA)	1.197.626	1.042.102	882.092	670.001	474.179	773.798	879.075	745.927
Ceará (CE)	653.734	396.349	382.203	311.244	174.464	181.511	169.141	149.110
Distrito Federal (DF)	1.567.005	1.286.742	1.054.753	915.958	969.996	1.005.693	11.085.317	599.496
Espírito Santo (ES)	532.468	420.619	378.502	320.498	211.292	205.906	194.403	174.378
Goiás (GO)	852.910	655.020	635.838	498.585	264.950	288.247	268.656	232.454
Maranhão (MA)	201.469	141.252	130.015	80.370	42.548	42.982	45.178	42.584
Minas Gerais (MG)	3.455.945	2.980.803	2.592.173	22.014.004	11.394.305	1.272.508	1.161.547	1.094.981
Mato Grosso do Sul (MS)	392.379	366.306	308.144	246.980	159.939	141.533	124.889	109.381
Mato Grosso (MT)	422.893	344.823	316.858	218.399	98.666	109.800	91.010	74.910
Pará (PA)	362.094	252.797	268.222	262.887	167.264	157.929	148.927	162.857
Paraíba (PB)	164.784	108.878	119.007	88.966	42.585	40.550	40.240	44.698
Pernambuco (PE)	1.004.002	783.536	684.264	521.999	407.532	608.452	616.451	474.931
Piauí (PI)	89.101	72.376	52.626	42.498	28.422	25.954	21.500	24.386
Paraná (PR)	2.961.087	2.478.757	2.380.934	1.951.386	11.255.614	1.190.985	1.166.041	1.025.586
Rio de Janeiro (RJ)	5.782.131	4.897.706	4.299.362	3.757.988	3.018.695	3.722.398	3.778.629	3.895.220
Rio Grande do Norte (RN)	155.959	116.117	99.707	799.842	57.355	54.462	57.054	51.157
Rio Grande do Sul (RS)	75.231	59.172	45.973	322.713	24.366	24.522	21.417	16.912
Rondônia (RO)	12.839	22.930	5.711	3.900	2.048	2.801	2.484	2.412
Roraima (RR)	3.222.853	2.717.420	2.187.358	1.719.044	1.203.931	1.141.405	1.064.573	1.036.185
Santa Catarina (SC)	1.614.755	1.370.596	1.204.697	914.118	581.557	594.832	535.332	537.099
Sergipe (SE)	84.337	87.837	77.590	699.376	31.570	31.205	27.246	30.037
São Paulo (SP)	24.259.029	21.594.342	19.175.546	15.796.353	13.343.795	12.525.832	11.339.337	9.700.529
Tocantins (TO)	56.754	46.292	30.198	255.005	15.030	13.407	24.658	5.772
Total – Brasil	49.529.539	42.559.423	37.546.501	30.717.318	24.081.572	24.274.931	22.989.012	20.324.675

Fontes: SUSEP; estimativas dos autores apenas para os 17 estados menores em 1999.

Tabela 2b – Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção ao risco de responsabilidade civil	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
10 – Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	Este contrato cobre a responsabilidade civil de diretores e executivos de empresas. Esta modalidade de seguro tem crescido desde que os acionistas se tornaram mais litigantes nos anos mais recentes. A alta no volume dos prêmios deste tipo de contrato também está ligada a questões de governança corporativa.
20 – Acidentes Pessoais de Passageiros (D & O)	Este tipo de contrato garante os passageiros de veículos comerciais. O segurado é a companhia proprietária do veículo. Este tipo de seguro, especialmente o componente de responsabilidade civil do contrato, é obrigatório para todas as empresas de transporte (inclusive as de navegação). Ele cobre o veículo (e sua carga) em caso de roubo, perda ou dano. A cobertura é paga através de reembolso de despesas com acidentes em transportes aéreos, marítimos, lacustres, ferroviários e rodoviários.
23 – Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Interestadual e Internacional	Este contrato garante a responsabilidade civil do transportador nesses tipos de rodovias. Similarmente a outros tipos de seguros de transporte, o segurado é a companhia de transportes.
24 – Garantia Estendida	Este contrato cobre o segurado, que é usualmente o varejista ou o fabricante, contra danos a terceiros causados por produtos vendidos ou distribuídos com defeitos. O contrato cobre fabricação ou armazenamento deficiente, ou mesmo o simples manuseio incorreto dos bens segurados.
25 – Carta Verde	Este é o contrato de seguro padrão no MERCOSUL (o Mercado Comum da América do Sul) de responsabilidade civil de automóvel
27 – Responsabilidade Civil do Transportador Intermodal	Este contrato cobre a responsabilidade civil pelo transporte rodoviário de grandes cargas (sic) e os mesmos princípios básicos que o contrato 20.
32 – Responsabilidade Civil do Transportador Carga - Viagem Internacional	Este contrato garante a responsabilidade civil resultante de danos à carga em transportes internacionais. Ele segue os mesmos princípios do contrato 20.
37 – Responsabilidade Civil - Hangar	Este contrato cobre prejuízos a aeronaves em um hangar, inclusive acidentes a bens da empresa de aviação. Princípios similares aos do contrato 52.
38 – Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - Carga	Este contrato cobre o transportador contra prejuízos resultantes de eventos ocorridos durante o transporte ferroviário. Este contrato segue os mesmos princípios explicados no contrato 20.
44 – Responsabilidade Civil do Transportador – Viagem Internacional Pessoa Transportada ou não	Este contrato garante o transportador contra prejuízos resultantes de eventos que causem danos pessoais a passageiros em viagem internacional. Este contrato segue os mesmos princípios explicados no contrato 20.
51 – Responsabilidade Civil Geral	Este contrato cobre responsabilidade civil geral. Seus princípios, cláusulas e disposições são em geral similares aos de outros contratos multirriscos.

Tabela 2b – Continuação	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
51 – Responsabilidade Civil Geral	Este contrato cobre responsabilidade civil geral. Seus princípios, cláusulas e disposições são, em geral, similares aos de outros contratos multirriscos.
52 – Responsabilidade Civil do Transportador Aéreo – Carga	Este contrato garante a responsabilidade resultante de danos à carga durante o transporte aéreo. Há muitos tipos de contratos para cobrir o transporte aéreo.
53 – Responsabilidade Civil Facultativa	Este contrato cobre prejuízos resultantes de acidentes de auto acima e além da cobertura do DPVAT (ver contrato 88).
54 – Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário – Carga	Este contrato cobre a responsabilidade por conta de prejuízos com a carga transportada.
55 – Responsabilidade Civil – Desvio de Carga	Este contrato cobre a responsabilidade por prejuízos resultantes de desvio da rota. Este contrato é muito usado para assegurar que se a rota estabelecida no contrato de transporte não for cumprida, os bens ainda estarão cobertos.
56 – Responsabilidade Civil do Armador	Este contrato cobre o estaleiro de qualquer responsabilidade resultante de sua incapacidade de entregar a embarcação na data e nas condições acordadas (nos termos do contrato de construção). ⁱⁱⁱ
57 – DPEM	Este contrato cobre a responsabilidade resultante de eventos ocorridos dentro de embarcações privadas (sic). Este é uma cobertura que, por lei, deve ser obrigatoriamente contratada.
58 – Responsabilidade Civil do Operador de Transporte Multimodal	Este contrato cobre a responsabilidade resultante de eventos ocorridos com caminhões de transporte multimodal (sic).
78 – Responsabilidade Civil Profissional	Este contrato cobre profissionais, como advogados, arquitetos, contadores e outros contra a responsabilidade resultante de suas atividades profissionais. Este contrato é muito similar ao de D & O e de <i>Medical Malpractice</i> , mas é dirigido a outros profissionais .
84 – Aeronáutico - Bilhete	Este contrato cobre prejuízos resultantes do transporte aeronáutico. Este contrato segue os mesmos princípios explicados no contrato 20.
88 – DPVAT (a partir de 05 de janeiro de 2007 ¹⁵)	Este é um seguro de responsabilidade civil obrigatório (sic). Os proprietários de veículos usualmente pagam o prêmio junto com o imposto sobre veículos. Como o nome explica, este contrato cobre passageiros e pedestres por danos corporais causados pelo veículo ou sua carga. As indenizações são pagas por qualquer uma das seguradoras do consórcio ¹⁶ .
89 – DPVAT (run-off)	A versão do DPVAT anterior a 05 de janeiro de 2007.

Fontes: SUSEP em http://www.susep.gov.br/menuatendimento/index_seguros.asp; FENASEG em www.fenaseg.org.br; firma de corretagem Global Risk em http://www.globalrisk.com.br/emp_patr_garantia.html.

ⁱⁱⁱ Nota do tradutor: um caso claro de engano. Em vez de descreverem a cobertura do seguro de responsabilidade civil do armador, os autores descreveram o que seria uma cobertura de garantia de cumprimento de obrigação contratual de estaleiro.

¹⁵ A versão atual deste contrato foi introduzida nessa data.

¹⁶ As seguradoras retêm uma parte de cada prêmio cobrado e gerenciam o pagamento dos sinistros. A distribuição dos prêmios é baseada na quota de mercado de cada seguradora nos seguros de automóvel.

Tabela 2c – Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção a riscos comerciais	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
19 – Crédito à Exportação – Risco Comercial	Este contrato garante o risco comercial em vendas internacionais. Ele segue os mesmos princípios explicados no contrato 49.
39 – Garantia Financeira	Este contrato cobre obrigações financeiras em caso de seu descumprimento. Embora o financiado pague o prêmio, o “real seguro-beneficiário” desta operação é o financiador.
40 – Garantia de Obrigações Privadas	Este contrato cobre prejuízos relativos a atrasos e outros problemas no fornecimento de bens e serviços contratados entre empresas privadas
45 – Garantia de Obrigações Públicas	Este contrato de seguro cobre prejuízos relativos a atrasos e outros problemas no fornecimento de bens e serviços de empresas privadas contratados pelo setor público.
46 – Fiança Locatícia	Este contrato de seguro cobre o locador, até o valor total do contrato de locação, no caso de não pagamento parcial ou total pelo locador. A garantia inclui danos ao imóvel.
47 – Garantia de Concessões Públicas	Este contrato de seguro garante que os termos da concessão pública ¹⁷ serão observados pela empresa privada.
48 – Crédito Interno (run-off)	Este seguro garante credores contra o não pagamento por devedores. Este seguro está em <i>run-off</i> , i.e., está sendo substituído por outros.
49 – Crédito à Exportação	Este contrato cobre as perdas líquidas do exportador, resultantes da falta de crédito do importador para concluir as operações. Nesse caso, o negócio é perdido e os lucros estimados podem ser avaliados. Este seguro cobre riscos comerciais e políticos.
50 – Garantia Judicial	Este contrato cobre demandantes em uma ação judicial contra a inadimplência dos réus. Este seguro é usado em lugar de um depósito judicial ou de apreensão de ativo em disputa.
59 – Crédito à Exportação – Risco Político	Este contrato de seguro garante as perdas líquidas de um exportador, resultantes da falta de crédito do importador para concluir as operações. Este seguro meramente complementa o tipo de cobertura do contrato 49 para, expressamente, incluir o risco político.
60 – Crédito Doméstico – Risco Comercial	Este contrato de seguro garante financiadores contra a falta de pagamento de devedores em operações de crédito domésticas.
66 – Habitacional (dentro do Sistema Financeiro Habitacional – SFH)	Este contrato de seguro cobre o financiador de imóvel para habitação em caso de não pagamento do comprador. Neste tipo de contrato, os financiadores pertencem ao SFH.
68 – Habitacional (fora do Sistema Financeiro Habitacional)	Este contrato de seguro cobre o financiador de imóvel para habitação em caso de não pagamento do comprador. Neste tipo de contrato, os financiadores são do setor privado, fora do SFH (ver contrato 66).
70 – Crédito Doméstico – Risco Pessoa Física	Este contrato de seguro cobre o financiador, em caso de não pagamento do devedor. Neste contrato, o devedor não pode ser uma pessoa jurídica.

¹⁷ Uma concessão pública é diferente de um mero contrato com o governo. A diferença é que a concessão é usualmente ligada a um serviço que o governo está passando ao setor privado, por uma remuneração. Em geral, ele implica uma relação de longo prazo, enquanto o contrato governamental usualmente termina com a entrega de determinado bem ou serviço ao governo.

Tabela 2c – Continuação	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
75 – Garantia (em <i>run-off</i>)	Este contrato de seguro é a garantia comum para um contrato comercial.
90 – Renda de Eventos Aleatórios	Este contrato de seguro garante contra perda de receita devido à quebra em um contrato específico.

Fontes: SUSEP em http://www.susep.gov.br/menuatendimento/index_seguros.asp; FENASEG em www.fenaseg.org.br; firma de corretagem Global Risk em http://www.globalrisk.com.br/emp_patr.garantia.html.

Tabela 2d – Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como contratos de seguro que cobrem riscos de proteção social	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
36 – P.C.H.V.	Este seguro cobre pilotos em caso da perda do certificado de habilitação de vôo. Este contrato é estruturado similarmente a um contrato de seguro de renda por invalidez.
77 - Prestamista	Este contrato de seguro cobre a instituição financeira contra a falta de pagamento do devedor, em virtude de morte, invalidez ou perda de rendimentos.
80 – Seguro Educacional	Este contrato de seguro garante a conclusão da educação de um dependente, em geral o(a) filho(a). A cobertura é acionada se a pessoa responsável morrer, ficar inválida, ou perder sua principal fonte de renda.
81 – Acidentes Pessoais – Individual	Este contrato de seguro garante que a pessoa será indenizada se sofrer um acidente.
82 – Acidentes Pessoais – Coletivo	Contrato similar ao 81, acima, mas comprado por pessoas jurídicas.
86 – Saúde Individual (em <i>run-off</i>)	Este contrato de seguro cobre despesas com tratamento de saúde, nos termos e limites da apólice. A seguradora pode pagar diretamente aos prestadores dos serviços de saúde ou reembolsar as despesas pagas.
87 – Saúde Grupal (em <i>run-off</i>)	Este contrato cobre despesas com tratamento de saúde como acima no contrato 86. A diferença é que este é para grupos de pessoas usualmente relacionadas pelo emprego ou profissão.
91 – Vida Individual	Este contrato de seguro é equivalente a uma apólice de seguro de vida a termo (temporário), nos EUA. Este contrato cobre a morte ou a sobrevivência do segurado e o benefício é pago como renda ou de uma vez só. Há vários arranjos diferentes: no seguro de vida comum, o segurado paga prêmios anuais durante toda sua vida, mas no seguro de vida inteira puro, os prêmios são pagos apenas por um período, e o contrato é acionado pela sobrevivência do segurado. Finalmente, nos seguros de vida temporários mistos, o benefício é pago em caso de morte antes do termo ou sobrevivência na ocasião do termo.
92 – VGBL / VAGP / VRGP / VRSA / PRI Individual	Este contrato de seguro cobre a sobrevivência do segurado. Os prêmios são pagos apenas por um certo período. Se a pessoa segurada morrer antes do final do período dos pagamentos, nenhum pagamento é mais devido e o benefício integral será pago. De outra forma, o benefício será pago se o segurado morrer antes do termo ou sobreviver após este.
93 – Vida em Grupo	É um contrato estipulado por um terceiro e que tem uma apólice, mas vários segurados. O elo usual entre esses segurados é algum interesse comum (usualmente emprego ou profissão). Pode haver cobertura adicional incluída neste contrato: p.ex., invalidez e morte acidental.

Tabela 2d – Continuação	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
94 – VGBL / VAGP / VRGP / VRSA / PRI Coletivo	Este contrato de seguro garante uma renda variável por um prêmio fixo, ou cobra um prêmio variável para garantir uma renda fixa.
97 – VG / APC	Este grupo de contratos é constituído principalmente por planos de pensão privados ¹⁸ . Pode haver dois tipos de patrocinadores, que são referidos como de grupos abertos ou grupos fechados. Os de grupos fechados são organizados como pessoas jurídicas e reconhecidos como planos de pensões. Os de grupos abertos são organizados como entidades sem fins lucrativos ou com fins lucrativos. As companhias de seguros administram esses últimos e podem incluir mecanismos de participação nos lucros por conta do desempenho dos investimentos.

Fontes: SUSEP em http://www.susep.gov.br/menuatendimento/index_seguros.asp; FENASEG em www.fenaseg.org.br; firma de corretagem Global Risk em http://www.globalrisk.com.br/emp_patr.garantia.html.

Tabela 2e – Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção a riscos patrimoniais	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
11 – Incêndio Tradicional	Este contrato de seguro cobre basicamente prejuízos causados por fogo, raio e explosão de gás de uso doméstico e seus efeitos diretos.
12 – Incêndio Bilhete (<i>run-off</i>)	Forma simplificada do contrato acima, mas em <i>run-off</i> .
13 – Vidros (em <i>run-off</i>)	Este contrato de seguro cobre a quebra de portas e janelas de vidro.
14 – Compreensivo Residencial	Este contrato de seguro é um seguro residencial padrão com as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil.
15 – Roubo	Este contrato cobre prejuízos relacionados com o roubo de certos bens. Esses bens devem estar listados na apólice e mantidos em determinado local indicado no contrato. Também cobre danos materiais causados por tentativa de roubo.
18 – Compreensivo Empresarial	Este contrato cobre todos os prejuízos especificados na apólice, usualmente relacionados com as principais atividades comerciais do empresário.
21 – Transporte Nacional	Este é o contrato de seguro padrão que cobre o transporte doméstico de bens e pessoas.
31 – Automóvel	Este contrato cobre perda ou dano causado ao automóvel. A cobertura padrão inclui colisão, incêndio e roubo, que estão disponíveis em conjunto, ou em separado. A cobertura suplementar pode incluir responsabilidade civil contra terceiros, danos pessoais a passageiros, assistência e reposição do veículo em caso de acidente. O valor do prêmio varia conforme a marca do veículo, ano de fabricação, condições de segurança, área onde circula, perfil do motorista, histórico de acidentes, etc.

¹⁸ Planos de pensão privados operam paralelamente ao sistema de seguridade social no Brasil. A seguridade social tem um caráter público e compulsório e os planos privados são voluntários, usualmente adquiridos pela classe média e por companhias privadas como um benefício para seus empregados. Eles experimentaram um crescimento exponencial nos últimos anos, especialmente após recente legislação que aperfeiçoou os incentivos tributários para este setor.

Tabela 2e – Continuação	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
33 – Cascos Marítimos	Este contrato de seguro cobre a própria embarcação. Este contrato segue os mesmos princípios explicados no contrato 20.
34 – Riscos de Petróleo	Este contrato cobre ativos e responsabilidades relacionadas à prospecção, perfuração e produção de petróleo e gás.
35 – Aeronáuticos	Este contrato cobre danos à própria aeronave.
67 – Riscos de Engenharia	Este contrato cobre quaisquer dos vários estágios de construção, tais como: instalação, montagem, construção civil, quebra de máquinas, inclusive computadores.
71 – Riscos Diversos	Este tipo de contrato cobre múltiplos riscos, não cobertos por outras apólices.
72 – Riscos Nucleares	Este tipo de contrato de seguro cobre prejuízos resultantes de um extravasamento nuclear ou um evento nuclear.
73 – Global de Bancos	Este contrato de seguro é uma apólice abrangente que cobre a maioria dos riscos que os bancos correm em suas operações regulares, como, roubo, assalto, destruição de bens ¹⁹ , fidelidade e falsificação.
74 – Satélites	Este contrato cobre prejuízos com satélites ²⁰ .
76 – Riscos Diversos – Planos Conjugados	Todos os contratos de seguros referidos como “multi” combinam várias coberturas em uma única apólice. Eles são “multiriscos”. Este contrato cobre danos materiais em acidentes resultantes de causas externas. Os contratos multiriscos usualmente abrangem vários riscos específicos para os quais não há cobertura em apólices comuns ²¹ .
79 – Seguros no Exterior	Às vezes, as circunstâncias determinam a necessidade de contratar seguro fora do país ²² .
16 – Compreensivo de Condomínio	Este contrato de seguro cobre prejuízos a terceiros em acidentes durante o uso e a manutenção das instalações do condomínio.
17 – Tumultos (em <i>run-off</i>)	Este contrato de seguro cobre danos materiais e pessoais durante tumultos ou aglomerações que possam perturbar a ordem pública, como greves, paralisações e protestos.
22 – Transporte Internacional	Este contrato de seguro cobre o transportador contra danos às mercadorias. Este contrato segue os mesmos princípios explicados no contrato 20.
41 – Lucros Cessantes	Este contrato cobre pessoas jurídicas em caso de volatilidade dos lucros relacionada com um sinistro específico que causar interrupção total ou parcial das atividades da empresa. Esta apólice funciona junto com a cobertura de seguro padrão de bens materiais.
42 – Lucros Cessantes Cobertura Simples (em <i>run-off</i>)	Forma simplificada da cobertura acima.
43 – Fidelidade	Esta apólice de seguro concede a cobertura comum de fidelidade de empregados.

¹⁹ A cobertura de bens materiais exclui incêndio criminoso ou explosões.

²⁰ Os satélites são usados no Brasil principalmente nas atividades agrícolas e em telecomunicações.

²¹ Um exemplo é a apólice de seguro residencial, que cobre incêndio, roubo, quebra de vidros, responsabilidade, etc.

²² Adquirir cobertura de seguro no exterior é proibido (na maioria dos casos), de acordo com os termos do Decreto-lei 73, de 1966, o instrumento mais importante da regulação dos seguros no Brasil.

Tabela 2e – Continuação	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de responsabilidade
69 – Turístico	Este contrato de seguro cobre prejuízos de viajantes, danos pessoais e materiais sofridos durante uma viagem. Agentes de viagem usualmente vendem e compram esta cobertura.
96 – Riscos Nomeados e Operacionais	Riscos especificados e todos os riscos. Este contrato de seguro é bastante similar ao contrato 45, mas sua cobertura é dirigida para empresas.
99 – Sucursais no Exterior	Estes são seguros emitidos por sucursais de companhias brasileiras no exterior.

Fontes: SUSEP em http://www.susep.gov.br/menuatendimento/index_seguros.asp; FENASEG em www.fenaseg.org.br; firma de corretagem Global Risk em http://www.globalrisk.com.br/emp_patr.garantia.html.

Tabela 2f – Contratos de seguro considerados pela autoridade reguladora como de proteção a riscos rurais	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de proteção a riscos rurais
01 – Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	Este contrato cobre fazendeiros, mas as seguradoras não têm acesso à cobertura do FESR.
02 – Seguro Agrícola com cobertura do FESR	Este contrato é igual ao acima, mas permite que as seguradoras tenham acesso à cobertura do FESR.
03 – Seguro Pecuário sem cobertura do FESR	Este contrato cobre prejuízos com o gado, mas as seguradoras não têm cobertura do FESR.
04 – Seguro Pecuário com cobertura do FESR	Este contrato cobre perdas com gado, mas permite que as seguradoras usem o FESR nos casos previstos na legislação.
05 – Seguro Aquícola sem cobertura do FESR	Este contrato cobre perdas com a criação de peixes, mas as seguradoras não têm a cobertura do FESR.
06 – Seguro Aquícola com cobertura do FESR	Este contrato cobre perdas com a criação de peixes, mas permite que as seguradoras usem o FESR nos casos previstos na legislação.
07 – Seguro de Florestas sem cobertura do FESR	Este seguro cobre a produção de papel, mas as seguradoras não têm a cobertura do FESR.
08 – Seguro Florestas com cobertura do FESR	Este seguro cobre a produção de papel, mas permite que as seguradoras usem o FESR nos casos previstos na legislação.
09 – Seguro Cédula do Produto Rural	Este contrato de seguro cobre detentores de cédulas do produto rural no caso de não pagamento dos agricultores que os emitiram.
28 – Pecuário (em <i>run-off</i>)	Este contrato de seguro cobre perdas com a criação de gado.
29 – Aquícola (em <i>run-off</i>)	Este contrato cobre perdas com a criação de peixes.
30 – Benfeitorias e Produtos Agropecuários	Este contrato cobre agricultores contra múltiplos riscos relacionados com suas atividades e propriedades.
61 – Agrícola (em <i>run-off</i>)	Este contrato de seguro é o seguro tradicional que cobre colheitas e está sendo substituído por contratos mais específicos.
62 – Penhor Rural Instituições Financeiras Privadas	Este contrato de seguro garante empréstimos privados a agricultores.
63 – Penhor Rural Instituições Financeiras Públicas	Este contrato de seguro garante empréstimos de bancos públicos a agricultores.

Tabela 2f – Continuação	
Nome do contrato de seguro	Definição do contrato de seguro de proteção a riscos rurais
64 – Animais	Este contrato de seguro garante o segurado contra perda ou invalidez de um animal. O seguro é usualmente de um animal de grande valor econômico.
65 – Compreensivo de Florestas	Este contrato de seguro cobre contra prejuízos em áreas de floresta estabelecidas para produzir papel ou outros materiais.

Fontes: SUSEP em http://www.susep.gov.br/menuatendimento/index_seguros.asp; FENASEG em www.fenaseg.org.br; firma de corretagem Global Risk em http://www.globalrisk.com.br/emp_patr.garantia.html.

FESR – O “Fundo de Estabilidade do Seguro Rural” foi criado em 1966 para dar suporte ao seguro rural. As seguradoras privadas que comercializam seguros rurais podem aumentar reservas fazendo retiradas desse fundo em algumas determinadas circunstâncias, notavelmente no caso de o montante dos sinistros atingir mais de 100% dos prêmios ganhos. Graças ao FESR, o prêmio dos seguros agrícolas permanece em um nível mais baixo do que uma operação comercialmente viável exigiria. Os recursos do FESR provêm de contribuições esporádicas do governo federal. As companhias de seguros também contribuem para o fundo. As contribuições das seguradoras que operam com seguros agrícolas são feitas quando elas alcançam certas margens de lucro em suas respectivas carteiras.

Tabela 2g – Prêmios de seguro de cada estado selecionado, por ano, de 2003 a 2006, por tipo de risco, em reais (valores nominais)							
Estado	Ano	1 Prot. Social	2 Respons.	3 Patrimon.	4 Comercial	5 Rural	Total
Amazonas	2003	52.917.620	17.781.445	36.082.154	3.106.357	26.860	109.914.436
Amazonas	2004	73.829.723	23.056.176	51.138.005	4.617.622	22.098	152.663.624
Amazonas	2005	85.407.488	32.072.645	77.505.419	3.825.064	17.406	198.828.023
Amazonas	2006	134.259.411	41.041.160	87.531.103	6.149.964	31.935	269.013.572
Bahia	2001	452.991.424	65.532.675	248.917.607	5.845.149	510.934	773.797.788
Bahia	2002	116.740.979	70.234.755	272.847.957	13.534.247	821.187	474.179.125
Bahia	2003	242.667.160	98.373.690	287.492.500	37.253.359	4.214.544	670.001.251
Bahia	2004	368.110.186	109.600.543	366.311.256	32.500.954	5.568.778	882.091.717
Bahia	2005	490.706.856	133.159.331	398.486.357	16.079.962	3.669.419	1.042.101.924
Bahia	2006	575.130.882	167.597.536	396.937.178	53.714.552	4.245.764	1.197.625.912
Distrito Federal	2001	362.506.820	70.843.566	260.683.353	293.804.285	1.785.490	1.005.692.924
Distrito Federal	2002	185.294.683	103.335.253	335.214.346	345.359.126	792.244	969.995.652
Distrito Federal	2003	243.371.327	97.629.553	386.060.900	187.613.980	1.282.403	915.958.162
Distrito Federal	2004	279.293.736	110.543.569	379.848.649	283.253.209	1.814.077	1.054.753.240
Distrito Federal	2005	345.387.915	113.714.795	491.779.630	333.790.934	2.069.029	1.286.742.303
Distrito Federal	2006	541.775.010	158.965.778	572.869.398	287.883.820	5.511.389	1.567.005.395
Goias	2003	192.035.487	88.551.162	178.426.775	24.161.222	15.410.733	498.585.380

Tabela 2g – Continuação							
Estado	Ano	1 Prot. Social	2 Respons.	3 Patrimon.	4 Comercial	5 Rural	Total
Goias	2004	275.116.205	100.592.182	226.262.091	13.915.158	19.952.323	635.837.959
Goias	2005	256.643.624	124.364.937	253.084.886	8.020.019	12.906.900	655.020.367
Goias	2006	382.562.517	161.404.398	259.360.660	34.511.640	15.070.927	852.910.142
Minas Gerais	2001	467.432.847	199.301.329	544.718.200	58.063.713	2.992.410	1.272.508.499
Minas Gerais	2002	449.247.568	229.718.365	669.039.451	43.553.479	2.745.646	1.394.304.509
Minas Gerais	2003	863.369.350	330.829.513	732.252.308	68.039.004	19.513.413	2.014.003.588
Minas Gerais	2004	1.233.921.798	390.157.689	857.323.820	71.364.269	39.405.655	2.592.173.230
Minas Gerais	2005	1.402.104.857	470.936.401	1.033.004.621	45.806.165	28.950.700	2.980.802.745
Minas Gerais	2006	1.709.461.788	601.288.656	2.948.427.610	79.952.196	77.039.998	3.455.945.383
Parana	2001	440.353.199	213.403.660	485.148.553	44.623.860	7.455.708	1.190.984.980
Parana	2002	397.469.868	209.060.846	574.165.078	61.753.026	13.164.917	1.255.613.734
Parana	2003	811.643.101	332.511.458	684.419.646	82.964.711	39.847.380	1.951.386.296
Parana	2004	1.033.093.445	379.548.230	832.421.187	86.526.542	49.344.586	2.380.933.989
Parana	2005	1.033.238.697	437.326.447	912.041.041	57.347.382	38.803.172	2.478.756.739
Parana	2006	1.367.493.770	541.047.193	914.497.519	65.487.287	72.561.240	2.961.087.009
Pernambuco	2001	306.048.788	60.717.215	175.757.532	65.788.060	140.178	608.451.773
Pernambuco	2002	96.831.109	54.187.590	213.392.944	43.070.865	49.967	407.532.475
Pernambuco	2003	178.810.880	85.842.260	232.925.489	24.263.000	157.256	521.998.885
Pernambuco	2004	291.807.064	94.745.572	276.347.778	21.024.606	339.465	684.264.485
Pernambuco	2005	326.068.818	147.992.650	301.741.963	7.201.532	531.402	783.536.364
Pernambuco	2006	440.431.219	213.804.460	335.401.920	13.816.842	547.679	1.004.002.121
Rio de Janeiro	2001	1.618.326.478	564.743.341	1.396.449.049	140.631.630	2.247.690	3.722.398.188
Rio de Janeiro	2002	644.403.366	610.617.922	1.667.158.247	95.980.832	534.196	3.018.694.563
Rio de Janeiro	2003	1.354.628.156	419.355.259	1.842.329.743	140.978.805	695.555	3.757.987.518
Rio de Janeiro	2004	1.858.660.218	431.557.095	1.848.533.626	159.868.753	741.947	4.299.361.640
Rio de Janeiro	2005	2.155.747.194	493.227.393	2.114.120.663	132.730.853	1.879.967	4.897.706.070
Rio de Janeiro	2006	2.868.526.875	568.725.348	2.161.316.294	182.382.052	1.180.193	5.782.130.762
Rio Grande do Sul	2001	384.581.693	208.270.485	499.237.997	44.004.455	5.310.856	1.141.405.485
Rio Grande do Sul	2002	350.007.463	202.341.413	586.828.586	60.613.432	4.139.766	1.203.930.661
Rio Grande do Sul	2003	606.641.470	339.843.303	675.041.577	69.884.973	27.632.630	1.719.043.954
Rio Grande do Sul	2004	895.948.704	394.308.195	758.244.298	72.011.857	66.844.545	2.187.357.599

Tabela 2g – Continuação							
Estado	Ano	1 Prot. Social	2 Respons.	3 Patrimon.	4 Comercial	5 Rural	Total
Rio Grande do Sul	2005	1.242.094.041	466.336.929	854.300.669	45.185.726	109.502.593	2.717.419.959
Rio Grande do Sul	2006	1.581.649.203	587.318.129	858.329.874	66.190.648	129.365.190	3.222.853.043
Santa Catarina	2001	170.214.729	105.621.253	301.410.741	14.117.869	3.466.925	594.831.516
Santa Catarina	2002	122.781.501	106.287.688	329.073.081	21.880.997	1.533.404	581.556.670
Santa Catarina	2003	277.553.254	214.621.123	394.216.632	22.557.434	5.169.807	914.118.251
Santa Catarina	2004	436.643.204	251.269.737	482.884.906	24.121.835	9.777.451	1.204.697.133
Santa Catarina	2005	487.110.396	301.799.840	555.497.577	15.195.323	10.992.422	1.370.595.559
Santa Catarina	2006	644.198.138	367.719.655	559.607.045	25.150.820	18.078.937	1.614.754.595
São Paulo	2001	5.363.253.161	1.924.422.325	4.728.440.045	469.837.444	39.879.172	12.525.832.147
São Paulo	2002	5.602.809.707	2.090.619.204	5.034.434.244	536.243.764	79.687.621	13.343.794.541
São Paulo	2003	7.463.513.147	1.956.867.607	5.700.901.857	621.426.738	53.643.948	15.796.353.297
São Paulo	2004	9.701.045.474	2.206.203.206	6.417.439.401	801.499.676	49.358.732	19.175.546.489
São Paulo	2005	10.812.474.508	2.305.769.866	7.754.803.938	685.042.598	36.250.595	21.594.341.505
São Paulo	2006	12.449.815.055	2.752.369.662	8.220.661.353	786.836.413	49.346.441	24.259.028.924
Total	2001	10.101.770.248	3.583.233.741	9.330.710.033	1.178.079.532	81.137.185	24.274.930.740
Total	2002	8.365.630.477	3.863.995.889	10.461.105.231	1.285.399.253	105.441.012	24.081.571.862
Total	2003	12.982.473.032	4.309.752.593	11.825.874.953	1.375.648.200	194.987.309	30.688.736.087
Total	2004	17.450.757.458	4.877.307.234	13.290.920.596	1.652.340.091	283.890.848	37.555.216.227
Total	2005	19.673.485.575	5.537.130.710	15.685.363.381	1.393.993.955	269.448.954	42.559.422.575
Total	2006	24.173.655.711	6.864.157.071	15.651.503.910	1.703.853.951	1.136.368.246	49.529.538.890

Fonte: a SUSEP forneceu os números (página na Internet) e uma classificação *tailor-made* desses contratos, após consulta.

Tabela 2h – Volume de prêmios de alguns tipos de contratos no período 2001–2006, por estado, em reais (valor nominal)						
Estado	Ano	88 – DPVAT	18 – Compreens. Empresarial	67 – Riscos de Engenharia	68 – Habitac. SFH	63 – Penhor Rural
Alagoas	2003	7.848.491	788.021	70.156	15.440	25.670
Alagoas	2004	8.243.147	1.019.433	22.199	11.842	56.818
Alagoas	2005	12.584.122	1.263.290	104.291	1.251.809	39.023
Alagoas	2006	17.394.759	1.792.144	131.540	2.359.822	46.342
Amazonas	2003	7.492.676	2.502.524	43.332	16.995	3.932
Amazonas	2004	9.102.783	4.593.080	93.608	11.473	12.143
Amazonas	2005	12.937.940	6.196.005	96.294	887.744	17.406
Amazonas	2006	18.179.480	8.973.941	272.332	1.676.882	24.772
Bahia	2001	11.931.816	0	21.546.484	7.949.940	0
Bahia	2002	13.928.418	0	5.679.401	7.480.520	5.563.156
Bahia	2003	36.530.366	14.148.606	4.463.110	10.423.912	3.199.539
Bahia	2004	40.810.121	17.015.372	17.563.840	8.115.741	3.726.700
Bahia	2005	55.165.108	18.195.192	6.794.089	8.221.274	2.621.557
Bahia	2006	80.059.781	17.119.555	14.438.233	15.110.149	2.813.133
Distrito Federal	2001	28.346.078	0	572.956	16.611.181	1.637.300
Distrito Federal	2002	52.650.884	0	2.000.379	20.920.359	446.147
Distrito Federal	2003	40.192.072	9.671.013	827.001	43.908.212	958.986
Distrito Federal	2004	41.829.442	14.445.610	2.385.077	45.337.241	1.253.305
Distrito Federal	2005	41.771.862	35.569.165	4.709.422	89.265.951	1.494.548
Distrito Federal	2006	75.923.900	37.699.082	17.234.879	77.562.534	1.417.952
Goias	2003	46.266.321	8.900.510	244.273	7.493.127	11.920.288
Goias	2004	50.941.274	13.031.705	1.139.653	2.616.750	15.591.358
Goias	2005	66.880.170	13.693.797	1.386.936	3.667.834	12.683.752
Goias	2006	0	13.488.489	2.896.956	6.842.823	13.628.201
Mato Grosso do Sul	2003	12.821.124	6.079.917	112.749	1.216.058	10.322.555
Mato Grosso do Sul	2004	15.424.035	9.332.999	264.401	2.430.633	12.859.706
Mato Grosso do Sul	2005	29.262.111	7.635.621	264.898	1.701.639	8.223.456
Mato Grosso do Sul	2006	43.596.937	7.645.076	1.180.247	3.328.626	7.740.639
Minas Gerais	2001	36.670.946	0	5.699.107	93.235.915	0
Minas Gerais	2002	54.174.986	0	11.484.009	65.767.764	16.115.648
Minas Gerais	2003	141.458.795	37.658.722	7.404.061	23.113.287	8.333.296
Minas Gerais	2004	172.084.059	44.230.982	14.226.253	27.966.292	11.839.332
Minas Gerais	2005	213.037.055	47.039.851	23.123.045	22.971.708	10.432.058
Minas Gerais	2006	317.905.057	50.420.523	32.073.157	42.129.485	0
Paraíba	2003	11.475.648	953.819	5.691	1.133.054	18.818
Paraíba	2004	10.864.725	1.114.689	7.770	2.371.304	38.267
Paraíba	2005	16.206.781	1.204.302	13.975	1.945.363	44.699
Paraíba	2006	22.465.788	1.519.420	27.979	3.681.238	31.675
Parana	2001	56.067.295	0	3.965.756	9.734.106	0
Parana	2002	35.631.183	0	2.395.398	7.887.152	13.122.622
Parana	2003	120.495.679	57.361.889	5.300.688	20.458.373	19.035.136

Tabela 2h – Continuação						
Estado	Ano	88 – DPVAT	18 – Compreens. Empresarial	67 – Riscos de Engenharia	68 – Habitac. SFH	63 – Penhor Rural
Paraná	2004	133.273.262	71.994.005	4.744.000	20.887.476	26.435.936
Paraná	2005	162.926.516	81.458.133	3.999.701	17.729.470	27.961.546
Parana	2006	242.373.947	83.084.119	3.688.185	23.665.974	27.745.306
Rio de Janeiro	2001	34.816.763	0	38.321.183	23.095.733	244.884
Rio de Janeiro	2002	36.172.518	0	84.715.723	23.730.483	156.005
Rio de Janeiro	2003	97.457.538	92.569.936	38.666.976	52.154.642	63.392
Rio de Janeiro	2004	113.943.015	97.233.320	24.854.681	60.438.009	187.072
Rio de Janeiro	2005	137.480.795	100.784.230	49.308.245	53.698.818	152.245
Rio de Janeiro	2006	213.753.816	104.489.245	48.305.384	73.899.396	167.740
Rio Grande do Sul	2001	46.470.410	0	4.814.769	31.305.240	0
Rio Grande do Sul	2002	34.288.099	0	6.037.685	32.788.027	49.250.781
Rio Grande do Sul	2003	135.523.736	61.540.830	3.680.629	18.820.980	19.812.270
Rio Grande do Sul	2004	147.885.737	79.113.745	2.662.429	18.741.989	28.943.835
Rio Grande do Sul	2005	167.642.745	85.366.945	10.280.697	17.375.988	27.594.216
Rio Grande do Sul	2006	254.372.219	88.661.687	2.588.106	29.117.862	30.667.201
Santa Catarina	2001	0	0	5.199.073	3.408.948	0
Santa Catarina	2002	0	0	1.299.932	2.236.009	5.124.673
Santa Catarina	2003	80.405.647	30.564.417	2.609.138	7.212.702	3.038.059
Santa Catarina	2004	87.702.818	40.657.295	837.737	7.745.542	5.870.875
Santa Catarina	2005	113.960.597	47.662.996	3.370.802	7.054.372	6.385.864
Santa Catarina	2006	164.422.348	49.513.842	9.325.869	13.084.524	7.412.991
São Paulo	2001	693.943.757	0	77.288.005	86.398.760	14.686.752
São Paulo	2002	790.780.371	0	84.251.077	89.584.807	37.401.469
São Paulo	2003	530.655.666	374.667.590	72.104.748	143.233.130	8.665.079
São Paulo	2004	541.171.496	442.522.825	87.883.234	166.548.405	11.857.943
São Paulo	2005	650.304.657	453.967.936	111.804.592	158.720.068	10.031.958
São Paulo	2006	955.325.314	479.309.347	99.961.090	229.591.224	10.090.367
Total	2001	1.249.028.940	0	159.703.317	290.457.360	31.062.204
Total	2002	1.365.234.219	0	206.323.113	335.220.755	38.726.993
Total	2003	1.434.530.380	741.057.508	138.241.872	356.084.154	97.529.143
Total	2004	1.562.590.192	894.636.397	161.225.382	376.079.194	134.527.459
Total	2005	1.941.384.454	964.928.896	220.424.210	405.814.475	118.815.728
Total	2006	2.792.600.476	1.002.220.393	256.833.055	484.715.052	110.342.084

Fonte: SUSEP, em www.susep.org.br.

Tabela 2i – Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros de responsabilidade pagos, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem							
Nome do contrato cf. SUSEP	Principal comprador cf. SUSEP	% prêmios das PME cf IADB e corretores	% prêmios das PME cf. firma de advocacia	% média dos prêmios pagos por PME	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. IADB e cor.	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. firma de adv.	% média dos prêmios pagos por p. jurídicas
10 – RC Adm. e Diretores	Pessoas jurídicas	20%	25%	23%	100%	100%	100%
20 – Acidentes de Passageiros	Pessoas físicas	5%	2%	4%	100%	100%	100%
23 – RCT Rodoviário Interestadual e Internacional	Pessoas jurídicas	10%	10%	10%	100%	100%	100%
24 – Garantia estendida	Pessoas físicas	5%	2%	4%	100%	100%	100%
25 – Carta Verde	Pessoas físicas	10%	10%	10%	20%	20%	20%
27 – RC do Transportador Intermodal	Pessoas jurídicas	2%	2%	2%	100%	100%	100%
32 – RCT Viagem Internacional – Carga	Pessoas jurídicas	2%	2%	2%	100%	100%	100%
37 – RC Hangar	Pessoas jurídicas	5%	5%	5%	100%	100%	100%
38 – RCT Ferroviário Carga	Pessoas jurídicas	1%	1%	1%	100%	100%	100%
44 – RCT Viagem Intern. Pes. Transp. ou não	Pessoas jurídicas	1%	5%	3%	100%	100%	100%
51 – RC Geral	Pessoas físicas ou jurídicas	1%	1%	1%	50%	50%	50%
52 – RCT Aéreo – Carga	Pessoas jurídicas	2%	2%	2%	90%	100%	95%
53 – RC Facultativo Automóvel	Pessoas físicas	1%	1%	1%	90%	50%	70%
54 – RCT Rodoviário – Carga	Pessoas jurídicas	5%	5%	5%	95%	90%	93%
55 – RCT – Desvio de Carga	Pessoas jurídicas	3%	5%	4%	95%	90%	93%
56 – RC do Armador	Pessoas jurídicas	1%	1%	1%	99%	100%	100%
57 DPEM	Pessoas físicas	5%	5%	5%	20%	20%	20%
58 – RCT Intermodal	Pessoas jurídicas	1%	1%	1%	99%	100%	100%
78 – RC Profissional	Pessoas físicas	5%	5%	5%	20%	40%	30%
84 – Aeronáuticos – Bilhete		3%	5%	4%	100%	90%	95%
88 – DPVAT a partir de 05/01/07	Pessoas físicas	5%	5%	5%	15%	15%	15%
89 – DPVAT antes de 05/01/07	Pessoas físicas e jurídicas	5%	5%	5%	15%	15%	15%
Total prêmios dos seguros de responsabilidade		4%	5%	5%	78%	76%	77%

Fontes: Estimativas feitas pelos autores (IADB), SUSEP, corretores e firma de advogados.

Tabela 2j – Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros comerciais, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem							
Nome do contrato cf. SUSEP	Principal comprador cf. SUSEP	% prêmios das PME cf IADB e corretores	% prêmios das PME cf. firma de advocacia	% média dos prêmios pagos por PME	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. IADB e cor.	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. firma de adv.	% média dos prêmios pagos por p. jurídicas
19 – Crédito à Exportação. Risco Comercial	Pessoas jurídicas	5%	5%	5%	100%	100%	100%
39 – Garantia Financeira	Pessoas jurídicas	5%	1%	3%	80%	70%	75%
40 – Garantia de Obrigações Privadas	Pessoas jurídicas	5%	1%	3%	80%	50%	65%
45 – Garantia de Obrigações Públicas	Pessoas jurídicas	1%	100%	51%	100%	100%	100%
46 – Fiança Locatícia	Pessoas físicas	10%	10%	10%	30%	50%	40%
47 – Garantia de Concessões Públicas	Pessoas jurídicas	10%	5%	8%	100%	100%	100%
48 – Crédito Interno	<i>Run-off</i>	8%	5%	7%	100%	100%	100%
49 – Crédito à Exportação	<i>Run-off</i>	2%	4%	3%	100%	100%	100%
50 – Garantia Judicial	Pessoas jurídicas	2%	1%	2%	100%	25%	63%
59 – Crédito à Exportação Risco Político	Pessoas jurídicas	2%	2%	2%	98%	100%	99%
60 – Crédito Doméstico Risco Comercial	Pessoas jurídicas	10%	20%	15%	90%	90%	90%
66 – Habitacional SFH	Pessoas físicas	20%	100%	60%	0%	0%	0%
68 – Habitacional fora do SFH	Pessoas físicas	20%	50%	35%	0%	0%	0%
70 – Crédito Doméstico Risco P. Física	Pessoas jurídicas	30%	30%	30%	0%	0%	0%
75 – Garantia	<i>Run-off</i>	1%	0%	1%	99%	100%	100%
90 – Renda de Eventos Aleatórios	Pessoas jurídicas	1%	0%	1%	90%	80%	85%
Total prêmios dos seguros de riscos comerciais		8%	21%	15%	73%	67%	70%

Fontes: Estimativas feitas pelos autores (IADB), SUSEP, corretores e firma de advogados.

Tabela 2k – Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros de proteção social, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem

Nome do contrato cf. SUSEP	Principal comprador cf. SUSEP	% prêmios das PME cf. IADB e corretores	% prêmios das PME cf. firma de advocacia	% média dos prêmios pagos por PME	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. IADB e cor.	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. firma de adv.	% média dos prêmios pagos por p. jurídicas
36 – P.C.H.V.	Pessoas físicas	5%	5%	5%	100%	100%	100%
77 – Prestamista	Pessoas físicas	30%	30%	30%	0%	0%	0%
80 – Seguro Educacional	Pessoas físicas	10%	20%	15%	0%	0%	0%
81 – Acidentes Pessoais – Individual	Pessoas físicas	20%	15%	17%	0%	5%	3%
82 – Acidentes Pessoais – Coletivo	Pessoas físicas	5%	4%	5%	80%	80%	80%
86 – Saúde Individual	Run-off	5%	13%	9%	0%	0%	0%
87 – Saúde Grupal	Run-off	2%	4%	3%	100%	80%	90%
91 – Vida Individual	Pessoas físicas	15%	10%	12%	0%	0%	0%
92 – VGBL VAGP VRGP VRSA PRI Individual	Pessoas físicas	20%	14%	17%	0%	0%	0%
93 – Vida em Grupo	Pessoas físicas	10%	6%	8%	98%	90%	94%
94 – VGBL VAGP VRGP VRSA PRI Coletivo	Pessoas físicas	10%	6%	8%	98%	75%	87%
97 – VG / APC		10%	6%	8%	98%	75%	87%
Total prêmios de seguros de proteção social		12%	11%	11%	48%	42%	45%

Fontes: Estimativas feitas pelos autores (IADB), SUSEP, corretores e firma de advogados.

Tabela 21 – Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros de riscos patrimoniais, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem

Nome do contrato cf. SUSEP	Principal comprador cf. SUSEP	% prêmios das PME cf. IADB e corretores	% prêmios das PME cf. firma de advocacia	% média dos prêmios pagos por PME	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. IADB e cor.	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. firma de adv.	% média dos prêmios pagos por p. jurídicas
11 – Incêndio	Pessoas físicas e jurídicas	20%	25%	23%	50%	80%	65%
12 – Incêndio Bilhete	<i>Run-off</i>	20%	25%	23%	50%	80%	65%
13 – Vidros	<i>Run-off</i>	20%	25%	23%	50%	80%	65%
14 – Compr. Residencial	Pessoas físicas	10%	10%	10%	0%	0%	0%
15 – Roubo	Pessoas físicas e jurídicas	5%	2%	4%	50%	45%	48%
18 – Compr. Empresarial	Pessoas jurídicas	20%	30%	25%	80%	80%	80%
21 – Transp. Nacional	Pessoas jurídicas	15%	35%	25%	100%	100%	100%
31 – Automóvel	Pessoas físicas	20%	40%	30%	30%	60%	45%
33 – Marítimos	Pessoas jurídicas	2%	1%	2%	100%	100%	100%
34 – Riscos de Petróleo	Pessoas jurídicas	1%	1%	1%	100%	100%	100%
35 – Aeronáuticos	Pessoas jurídicas	1%	20%	11%	100%	100%	100%
67 – Riscos de Engenharia	Pessoas jurídicas	5%	45%	25%	40%	70%	55%
71 – Riscos Diversos	Pessoas físicas e jurídicas	10%	10%	10%	100%	95%	98%
72 – Riscos Nucleares	Pessoas jurídicas	0%	0%	0%	30%	100%	65%
73 – Global de Bancos	Pessoas jurídicas	2%	1%	2%	98%	100%	99%
74 – Satélites	Pessoas jurídicas	1%	0%	1%	99%	100%	100%
76 – Riscos Divs – Planos Conjugados	<i>Run-off</i>	10%	10%	10%	100%	95%	98%
79 – Seguros no Exterior	Pessoas físicas e jurídicas	1%	25%	13%	99%	45%	72%
16 – Compr. Condomínio	Pessoas jurídicas	20%	50%	35%	0%	0%	0%
17 – Tumultos	<i>Run-off</i>	5%	2%	4%	50%	45%	48%
22 – Transp. Internacional	Pessoas jurídicas	5%	1%	3%	100%	100%	100%
41 – Lucros Cessantes	Pessoas jurídicas	1%	10%	6%	100%	100%	100%
42 – Lucros Ces. Simples	<i>Run-off</i>	1%	10%	6%	100%	100%	100%
43 – Fidelidade	<i>Run-off</i>	1%	10%	6%	100%	100%	100%
69 – Turístico	Pessoas físicas	5%	3%	4%	100%	100%	100%
96 – Riscos Nom. e Operac.	Pessoas jurídicas	1%	1%	1%	99%	80%	90%
99 – Sucursais no Exterior		1%	5%	3%	100%	90%	95%
Total prêmios seguros patrimoniais		8%	15%	11%	75%	79%	77%

Fontes: Estimativas feitas pelos autores (IADB), SUSEP, corretores e firma de advogados.

Tabela 2m – Percentagem atribuível a pequenas e médias empresas e outras companhias dos totais dos prêmios de seguros rurais, cf. estimativas da SUSEP, IADB, uma firma de advocacia e uma de corretagem							
Nome do contrato cf. SUSEP	Principal comprador cf. SUSEP	% prêmios das PME cf IADB e corretores	% prêmios das PME cf. firma de advocacia	% média dos prêmios pagos por PME	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. IADB e cor.	% prêmios pagos por p. jurídicas cf. firma de adv.	% média dos prêmios pagos por p. jurídicas
01 – Seguro Agríc. s/ FESR	Pessoas jurídicas	5%	5%	5%	90%	95%	93%
02 – Seguro Agríc. c/ FESR	Pessoas jurídicas	5%	5%	5%	90%	95%	93%
03 – Seguro Pec. s/ FESR	Pessoas jurídicas	3%	5%	4%	95%	95%	95%
04 – Seguro Pec. c/ FESR	Pessoas jurídicas	3%	5%	4%	95%	95%	95%
05 – Seguro Aquícola sem FESR	Pessoas jurídicas	3%	3%	3%	90%	95%	93%
06 – Seguro Aquícola com FESR	Pessoas jurídicas	3%	3%	3%	90%	95%	93%
07 - Seguro Flor. s/ FESR	Pessoas jurídicas	0%	0%	0%	100%	100%	100%
08 – Seguro Flor. c/ FESR	peessoas jurídicas	0%	0%	0%	100%	100%	100%
09 – Seguro da Cédula do Produtor Rural	Pessoas jurídicas	10%	15%	13%	90%	85%	88%
28 – Pecuário	<i>Run-off</i>	3%	5%	4%	95%	95%	95%
29 – Aquícola	<i>Run-off</i>	3%	3%	3%	95%	95%	95%
30 – Benfeitor. e Produtos Agropecuários	Pessoas jurídicas	5%	2%	4%	100%	100%	100%
61 - Agrícola	<i>Run-off</i>	5%	5%	5%	90%	95%	93%
62 – Penhor Rural Inst. Privadas	Pessoas jurídicas	10%	10%	10%	85%	90%	88%
63 – Penhor Rural Inst. Públicas	Pessoas jurídicas	8%	1%	5%	85%	90%	88%
64 - Animais	Pessoas jurídicas		1%	1%		80%	40%
65 – Compr. de Florestas	<i>Run-off</i>	1%	1%	1%	100%	100%	100%
Total prêmios seguros rurais		4%	4%	4%	93%	100%	97%

Fontes: Estimativas feitas pelos autores (IADB), SUSEP, corretores e firma de advogados.

APÊNDICE – PRÊMIOS DE SEGUROS, EM US\$

Este apêndice mostra as tabelas desta seção com os valores em reais convertidos para dólares dos EUA. A taxa de conversão usada foi a rf FMI, explicada no Anexo I. Assim, após a conversão de R\$ para US\$, a Tabela 2g se transforma na Tabela 2n, com todos os estados (em vez de apenas uns poucos estados selecionados).

Tabela 2n – Prêmios de seguro de cada estado, por ano, de 2001 a 2006, por tipo de risco, em dólares dos EUA (valores nominais)

Estado	Ano	1 Prot. Social	2 Respons.	3 Patrimon.	4 Comercial	5 Rural	Total
Bahia	2001	192.131.952	27.795.053	105.576.007	2.479.164	216.708	328.198.883
DF	2001	153.753.778	30.047.617	110.566.335	124.614.259	7.572.984	426.554.973
Minas Gerais	2001	198.257.142	84.531.740	231.036.981	24.627.165	1.269.202	539.722.230
Other states	2001	227.365.160	72.264.143	292.634.360	17.543.746	542.227	610.349.635
Parana	2001	186.771.570	90.513.108	205.771.088	18.926.781	3.162.267	505.144.814
Pernambuco	2001	129.807.647	25.752.622	74.545.865	27.903.372	59.455	258.068.962
Rio de Janeiro	2001	686.397.597	239.530.452	592.290.421	59.647.552	953.336	1.578.819.358
Rio Grande do Sul	2001	163.116.623	88.335.921	211.746.991	18.664.066	2.252.548	484.116.149
Santa Catarina	2001	72.194.939	44.798.238	127.840.464	5.987.958	1.470.463	252.292.061
São Paulo	2001	2.274.772.199	816.225.204	2.005.522.327	199.277.029	16.914.367	5.312.711.125
Total	2001	4.284.568.606	1.519.794.097	3.957.530.838	499.671.093	34.413.556	10.295.978.191
Espirito Santo	2002	39.968.427	24.046.163	93.414.528	4.633.699	281.148	162.343.965
DF	2002	63.439.051	35.378.729	114.766.811	118.240.064	271.239	332.095.895
Minas Gerais	2002	153.808.187	78.648.318	229.057.991	14.911.336	940.022	477.365.855
Other states	2002	136.962.519	64.225.871	266.688.338	21.709.407	675.173	490.261.307
Parana	2002	136.081.137	71.575.835	196.576.000	21.142.287	4.507.252	429.882.511
Pernambuco	2002	33.151.915	18.552.120	73.059.009	14.746.105	17.107	139.526.256
Rio de Janeiro	2002	220.623.373	209.056.303	570.782.362	32.860.807	182.892	1.033.505.737
Rio Grande do Sul	2002	119.831.508	69.275.313	200.911.585	20.752.126	1.417.325	412.187.858
Santa Catarina	2002	42.036.510	36.389.550	112.664.236	7.491.363	524.989	199.106.648
São Paulo	2002	1.918.225.199	715.762.028	1.723.631.380	183.592.939	27.282.526	4.568.494.072
Total	2002	2.864.127.826	1.322.910.231	3.581.552.241	440.080.132	36.099.674	8.244.770.104
Acre	2003	578.951	783.279	400.140	30.376	9.955	1.802.701
Alagoas	2003	2.854.245	4.625.718	8.785.830	1.006.804	15.729	17.288.326
Amapa	2003	734.353	717.873	670.892	2.277	1.355	2.126.749
Amazonas	2003	17.197.294	5.778.656	11.726.064	1.009.511	8.729	35.720.254
Bahia	2003	78.862.549	31.969.715	93.429.994	12.106.685	1.369.652	217.738.594
Ceara	2003	38.409.289	18.600.415	32.241.621	11.818.070	79.295	101.148.690
DF	2003	79.091.390	31.727.883	125.462.986	60.971.236	416.758	297.670.254
Espirito Santo	2003	40.556.124	18.230.092	42.207.561	2.963.455	198.806	104.156.039
Goiias	2003	62.408.148	28.777.567	57.985.556	7.851.971	5.008.217	162.031.458
Maranhao	2003	11.712.723	5.142.844	8.383.015	662.822	217.372	26.118.775
Mato Grosso	2003	27.262.965	11.105.373	27.020.932	1.639.884	3.946.553	70.975.707
Mato Grosso do Sul	2003	27.262.965	11.105.373	27.020.932	1.639.884	3.946.553	70.975.707
Minas Gerais	2003	280.579.817	107.513.759	237.969.090	22.111.477	6.341.515	654.515.659
Para	2003	39.602.201	10.726.653	29.554.144	5.393.928	156.649	85.433.575
Paraíba	2003	12.756.045	5.537.226	8.494.029	2.114.696	10.477	28.912.473
Parana	2003	263.769.698	108.060.362	222.424.318	26.962.068	12.949.696	634.166.143
Pernambuco	2003	58.110.383	27.897.221	75.696.677	7.885.047	51.105	169.640.435
Piaui	2003	3.187.547	3.762.213	6.344.396	471.255	45.687	13.811.098
Rio de Janeiro	2003	440.230.268	136.283.066	598.724.686	45.815.626	226.043	1.221.279.689
Rio Grande do Norte	2003	4.826.253	7.421.820	11.819.165	1.848.585	31.488	25.947.312
Rio Grande do Sul	2003	197.147.783	110.443.082	219.376.611	22.711.384	8.980.118	558.658.978
Rondonia	2003	2.501.256	2.553.013	5.495.679	17.406	63.953	10.631.307
Roraima	2003	446.365	542.431	267.970	9.279	1.503	1.267.548
Santa Catarina	2003	90.199.914	69.748.081	128.113.455	7.330.768	1.680.096	297.072.315
São Paulo	2003	2.425.510.189	635.947.472	1.852.692.595	201.952.734	17.433.337	5.133.536.327

Tabela 2n – Continuação							
Estado	Ano	1 Prot. Social	2 Respons.	3 Patrimon.	4 Comercial	5 Rural	Total
Sergipe	2003	11.239.453	3.390.465	7.188.636	723.795	3.585	22.545.934
Tocantins	2003	2.036.680	2.201.959	3.703.891	10.390	173.210	8.126.129
Total	2003	4.219.074.851	1.400.593.610	3.843.200.866	447.061.412	63.367.438	9.973.298.177
Acre	2004	1.180.952	859.969	464.598	36.984	17.886	2.560.390
Alagoas	2004	6.135.200	5.185.193	10.239.727	1.114.970	45.266	22.720.356
Amapa	2004	1.098.493	799.939	869.609	2.588	3.899	2.774.529
Amazonas	2004	25.239.895	7.882.130	17.482.361	1.578.610	7.555	52.190.551
Bahia	2004	125.844.473	37.468.734	125.229.480	11.110.981	1.903.778	301.557.446
Ceara	2004	59.333.860	22.316.178	43.033.820	5.711.811	266.683	130.662.352
DF	2004	95.481.121	37.791.123	129.857.459	96.834.731	620.172	360.584.605
Espirito Santo	2004	55.273.393	23.206.241	47.354.798	3.293.362	269.362	129.397.156
Goias	2004	94.052.964	34.389.079	77.351.388	4.757.124	6.821.027	217.371.581
Maranhao	2004	24.746.461	6.442.025	11.767.430	1.173.746	317.921	44.447.584
Mato Grosso	2004	47.123.297	15.140.679	36.834.867	3.182.239	6.042.164	108.323.245
Mato Grosso do Sul	2004	47.123.297	15.140.679	36.834.867	3.182.239	6.042.164	108.323.245
Minas Gerais	2004	421.836.300	133.381.772	293.090.136	24.397.040	13.471.466	886.176.714
Para	2004	45.915.457	12.063.090	30.306.037	3.127.761	283.633	91.695.977
Paraíba	2004	21.435.089	5.825.078	10.361.022	3.031.347	32.000	40.684.536
Parana	2004	353.179.851	129.754.755	284.576.765	29.580.510	16.869.252	813.961.133
Pernambuco	2004	99.759.006	32.390.320	94.473.997	7.187.605	116.052	233.926.979
Piauí	2004	5.045.566	4.354.062	8.145.446	365.646	80.328	17.991.048
Rio de Janeiro	2004	635.413.323	147.534.834	631.951.382	54.653.742	253.647	1.469.806.927
Rio Grande do Norte	2004	7.053.175	8.708.578	15.622.834	2.668.604	33.136	34.086.328
Rio Grande do Sul	2004	306.294.683	134.800.690	259.218.185	24.618.428	22.851.899	747.783.885
Rondonia	2004	3.608.693	4.497.928	7.370.018	14.029	225.913	15.716.582
Roraima	2004	1.009.980	669.500	245.266	10.776	16.796	1.952.317
Santa Catarina	2004	149.273.604	85.900.660	165.082.084	8.246.443	3.342.581	411.845.372
São Paulo	2004	3.316.460.683	754.226.564	2.193.906.370	274.005.742	16.874.088	6.555.473.447
Sergipe	2004	14.249.972	3.953.903	7.322.363	985.385	13.705	26.525.327
Tocantins	2004	2.657.386	2.703.356	4.725.759	6.978	230.349	10.323.829
Total	2004	5.965.826.174	1.667.387.059	4.543.718.068	564.879.421	97.052.719	12.838.863.440
Acre	2005	2.152.631	2.689.418	1.651.870	103.804	3.794	6.601.517
Alagoas	2005	8.289.838	9.155.697	16.433.413	930.070	43.763	34.852.780
Amapa	2005	3.165.929	1.482.662	2.066.377	227.204	3.307	6.945.478
Amazonas	2005	35.083.589	13.174.764	31.837.586	1.571.256	7.150	81.674.344
Bahia	2005	201.571.991	54.699.035	163.689.762	6.605.308	1.507.320	428.073.416
Ceara	2005	61.850.711	34.597.272	62.689.336	3.388.446	285.837	162.811.603
DF	2005	141.878.046	46.711.631	202.012.664	137.114.252	849.913	528.566.506
Espirito Santo	2005	68.896.220	36.018.868	64.386.601	3.233.909	245.841	172.781.438
Goias	2005	105.423.769	51.086.484	103.961.915	3.294.454	5.301.881	269.068.504
Maranhao	2005	26.773.435	11.442.532	18.383.046	1.067.252	357.169	58.023.433
Mato Grosso	2005	56.347.039	24.999.647	54.798.394	1.577.085	3.923.928	141.646.093
Mato Grosso do Sul	2005	80.646.065	23.708.723	40.694.716	1.248.890	4.172.225	150.470.619
Minas Gerais	2005	575.955.002	193.450.707	424.336.437	18.816.203	11.892.335	1.224.450.684
Para	2005	47.703.127	17.234.505	37.279.124	1.345.497	281.533	103.843.785
Paraíba	2005	17.412.849	9.979.278	15.646.569	1.618.420	67.773	44.724.889
Parana	2005	424.432.590	179.644.449	374.647.158	23.557.091	15.939.522	1.018.220.810
Pernambuco	2005	133.942.170	60.792.249	123.949.212	2.958.237	218.289	321.860.156

Tabela 2n – Continuação							
Estado	Ano	1 Prot. Social	2 Respons.	3 Patrimon.	4 Comercial	5 Rural	Total
Piauí	2005	8.729.496	7.380.212	12.947.500	613.980	59.192	29.730.381
Rio de Janeiro	2005	885.535.325	202.607.375	868.436.026	54.523.026	772.251	2.011.874.002
Rio Grande do Norte	2005	11.481.839	9.687.821	24.884.635	1.579.735	64.183	47.698.213
Rio Grande do Sul	2005	510.225.945	191.561.341	350.928.635	18.561.340	44.981.348	1.116.258.609
Rondonia	2005	6.836.397	6.521.476	10.604.832	252.634	91.089	24.306.429
Roraima	2005	1.445.742	6.397.992	1.485.085	67.411	22.743	9.418.974
Santa Catarina	2005	200.094.642	123.972.987	228.186.649	6.241.917	4.515.454	563.011.649
São Paulo	2005	4.441.535.700	947.161.463	3.185.509.340	281.401.002	14.890.977	8.870.498.482
Sergipe	2005	15.832.991	6.649.097	13.047.932	503.317	48.133	36.081.469
Tocantins	2005	8.208.439	1.728.426	8.720.509	221.478	136.978	19.015.830
Total	2005	8.081.451.518	2.274.536.112	6.443.215.322	572.623.215	110.683.928	17.482.510.09
Acre	2006	3.516.796	2.776.223	1.085.755	287.879	8.399	7.675.051
Alagoas	2006	11.108.383	13.230.554	20.693.394	1.962.602	87.839	47.082.773
Amapa	2006	3.788.525	2.267.624	2.633.320	513.032	2.245	9.204.746
Amazonas	2006	61.719.100	18.866.636	40.238.080	2.827.141	14.681	123.665.638
Bahia	2006	264.387.877	77.044.649	182.472.166	24.692.599	1.951.779	550.549.071
Ceara	2006	163.625.628	50.246.851	79.992.192	6.201.100	456.162	300.521.935
DF	2006	249.054.171	73.076.627	263.348.273	132.340.298	2.533.587	720.352.956
Espirito Santo	2006	103.813.362	54.391.042	79.924.669	6.035.258	611.528	244.775.859
Goiás	2006	175.864.130	74.197.661	119.228.191	15.865.014	6.928.111	392.083.106
Maranhao	2006	41.619.328	17.850.335	2.760.056	11.597.000	18.788.531	92.615.251
Mato Grosso	2006	87.201.375	39.789.939	58.307.503	3.514.755	5.590.331	194.403.903
Mato Grosso do Sul	2006	92.776.143	33.848.986	45.035.494	2.999.725	5.716.579	180.376.926
Minas Gerais	2006	785.840.212	276.412.616	135.539.326	36.754.054	354.153.154	1.588.699.362
Para	2006	79.471.778	27.147.021	56.373.078	3.147.831	315.113	166.454.821
Paraíba	2006	38.952.860	14.444.142	18.176.300	4.054.337	123.506	75.751.145
Parana	2006	628.637.388	248.719.593	420.394.845	30.104.530	33.356.429	1.361.212.786
Pernambuco	2006	202.466.393	98.285.989	154.184.386	6.351.607	251.768	461.540.144
Piauí	2006	10.195.054	13.058.795	16.415.127	1.244.754	46.211	40.959.941
Rio de Janeiro	2006	1.318.662.858	261.443.252	993.557.894	83.841.096	542.535	2.658.047.635
Rio Grande do Norte	2006	14.675.081	22.079.619	32.052.152	2.762.231	125.232	71.694.316
Rio Grande do Sul	2006	727.084.720	269.990.359	394.574.558	30.427.865	59.469.225	1.481.546.728
Rondonia	2006	8.344.559	12.323.881	13.215.781	626.332	73.221	34.583.775
Roraima	2006	1.922.328	2.130.771	1.673.059	146.791	29.150	5.902.100
Santa Catarina	2006	296.138.121	169.040.860	257.251.564	11.561.841	8.310.894	742.303.281
São Paulo	2006	5.723.184.554	1.265.265.344	3.779.041.043	361.708.988	22.684.577	11.151.884.507
Sergipe	2006	11.949.078	9.704.171	15.851.952	1.195.354	69.193	38.769.748
Tocantins	2006	6.638.608	7.821.985	10.981.937	498.271	148.918	26.089.719
Total	2006	11.112.638.409	3.155.455.527	7.195.002.096	783.262.287	522.388.900	22.768.747.220

Fonte: SUSEP, em www.susep.gov.br. Dados em R\$ (valor nominal) convertidos para US\$ pela taxa rf do FMI. Taxas de conversão do US\$ em www.imf.org.rfrate.

Depois da conversão de R\$ para US\$, a Tabela 2h se transforma na Tabela 2o:

Tabela 2o – Volume de prêmios de alguns tipos de contratos no período 2001–2006, por estado, em dólares dos EUA						
Estado	Ano	88 – DPVAT (todos os tipos de veículo)	18 – Compreensivo Empresarial	67 – Riscos de Engenharia	68 – Habitacional SFH	63 – Penhor Rural Inst. Públicas
Bahia	2001	5.060.765	0	9.138.734	3.372	0
DF	2001	12.022.716	0	243.014	70.454.728	6.944.452
Minas Gerais	2001	15.553.629	0	2.417.222	395.451	0
Other states	2001	3.974.580	0	708.893	272.280	0
Parana	2001	23.780.404	0	1.682.037	4.128.627	0
Pernambuco	2001	7.660.017	0	264.925	26.831	0
Rio de Janeiro	2001	147.671.949	0	16.253.561	9.795.833	1.039
Rio Grande do Sul	2001	19.709.977	0	2.042.138	1.327.782	0
Santa Catarina	2001	0	0	2.205.137	144.587	0
São Paulo	2001	294.329.564	0	32.780.963	36.645.203	6.229.245
Total	2001	529.763.601	0	67.736.625	123.194.693	13.174.735
Espirito Santo	2002	4.768.651	0	1.944.448	2.561	19.046
DF	2002	18.026.001	0	684.867	71.624.707	15.275
Minas Gerais	2002	18.547.806	0	3.931.763	225.168	55.175
Other states	2002	3.965.707	0	718.659	129.048	129.157
Parana	2002	12.198.993	0	820.109	2.700.312	44.928
Pernambuco	2002	3.585.262	0	2.177.609	92.518	3.538
Rio de Janeiro	2002	123.843.284	0	29.003.990	8.124.568	534
Rio Grande do Sul	2002	11.739.163	0	2.067.113	1.122.559	168.619
Santa Catarina	2002	0	0	445.056	76.554	17.545
São Paulo	2002	270.738.239	0	28.844.910	30.671.010	12.805.083
Total	2002	467.413.105	0	70.638.522	114.769.006	13.258.900
Acre	2003	711.917	74.551	5.604	0	740
Alagoas	2003	2.550.621	256.093	22.800	5.018	8.342
Amapa	2003	520.378	31.495	501	0	0
Amazonas	2003	2.434.988	813.276	14.082	5.523	1.278
Bahia	2003	11.871.725	4.598.048	1.450.432	3.387.588	1.039.794
Ceara	2003	9.506.042	1.854.926	162.522	3.460.054	18.758
DF	2003	13.061.715	3.142.909	268.761	14.269.395	311.654
Espirito Santo	2003	7.845.444	1.825.759	101.314	851.636	131.953
Goias	2003	15.035.739	2.892.509	79.384	2.435.134	3.873.883
Maranhao	2003	3.266.685	401.824	11.514	93.283	145.605
Mato Grosso	2003	4.166.639	1.975.866	36.641	395.197	3.354.648
Mato Grosso do Sul	2003	4.166.639	1.975.866	36.641	395.197	3.354.648
Minas Gerais	2003	45.971.615	12.238.421	2.406.189	7.511.411	2.708.174
Para	2003	4.600.578	2.058.892	114.797	1.173.573	73.059
Paraíba	2003	3.729.383	309.974	1.850	368.223	6.115
Parana	2003	39.158.971	18.641.603	1.722.630	6.648.610	6.186.084
Pernambuco	2003	11.563.897	4.563.268	228.922	2.356.219	36.790
Piauí	2003	2.307.708	309.657	2.115	901	23.360
Rio de Janeiro	2003	31.671.982	30.083.597	12.566.085	16.949.339	20.601
Rio Grande do Norte	2003	4.381.669	536.500	5.716	369.751	24.197
Rio Grande do Sul	2003	44.042.825	19.999.685	1.196.140	6.116.487	6.438.638
Rondonia	2003	1.200.626	246.386	1.007	257	19.257
Roraima	2003	512.210	10.555	0	110	430
Santa Catarina	2003	26.130.418	9.932.897	847.924	2.344.001	987.316

Tabela 2o – Continuação						
Estado	Ano	88 – DPVAT (todos os tipos de veículo)	18 – Compreensivo Empresarial	67 – Riscos de Engenharia	68 – Habitacional SFH	63 – Penhor Rural Inst. Públicas
São Paulo	2003	172.453.736	121.760.361	23.432.772	46.548.242	2.815.998
Sergipe	2003	1.803.514	184.973	14.679	35.594	1.881
Tocantins	2003	1.529.420	110.736	195.148	330	112.048
Total	2003	466.197.082	240.830.625	44.926.171	115.721.072	31.695.252
Acre	2004	769.018	74.787	4.368	0	2.557
Alagoas	2004	2.818.054	348.510	7.589	4.048	19.424
Amapa	2004	582.991	50.126	913	0	1.334
Amazonas	2004	3.111.935	1.570.219	32.001	3.922	4.151
Bahia	2004	13.951.606	5.816.983	6.004.485	2.774.499	1.274.033
Ceara	2004	11.003.798	2.710.814	159.799	842.247	26.087
DF	2004	14.300.077	4.938.468	815.377	15.499.276	428.463
Espirito Santo	2004	9.820.214	1.901.353	49.982	908.783	185.152
Goiás	2004	17.415.106	4.455.101	389.609	894.579	5.330.160
Maranhao	2004	3.899.459	512.256	668.532	103.854	227.789
Mato Grosso	2004	5.272.958	3.190.638	90.390	830.952	4.396.300
Mato Grosso do Sul	2004	5.272.958	3.190.638	90.390	830.952	4.396.300
Minas Gerais	2004	58.829.743	15.121.083	4.863.477	9.560.733	4.047.469
Para	2004	5.514.947	2.851.058	4.553	26.193	151.299
Paraíba	2004	3.714.284	381.075	2.656	810.669	13.082
Parana	2004	45.561.639	24.612.325	1.621.814	7.140.724	9.037.556
Pernambuco	2004	13.198.475	6.599.318	535.630	837.496	79.087
Piauí	2004	2.495.395	394.688	18.012	284	57.709
Rio de Janeiro	2004	38.953.279	33.240.797	8.496.978	20.661.720	63.954
Rio Grande do Norte	2004	4.773.168	794.859	8.262	813.001	24.869
Rio Grande do Sul	2004	50.557.152	27.046.325	910.195	6.407.255	9.894.922
Rondonia	2004	2.750.116	297.388	1.525	244	92.838
Roraima	2004	625.690	11.388	0	161	14.979
Santa Catarina	2004	29.982.639	13.899.360	286.394	2.647.940	2.007.054
São Paulo	2004	185.008.306	151.283.648	30.044.318	56.937.290	4.053.831
Sergipe	2004	2.216.303	351.709	5.793	31.572	2.783
Tocantins	2004	1.797.642	201.135	4.486	417	157.222
Total	2004	534.196.953	305.846.050	55.117.527	128.568.809	45.990.407
Acre	2005	2.246.242	162.535	2.022	45.108	3.794
Alagoas	2005	5.169.291	518.933	42.841	514.217	16.030
Amapa	2005	1.001.258	95.725	130.093	202.987	3.307
Amazonas	2005	5.314.632	2.545.188	39.556	364.667	7.150
Bahia	2005	22.660.659	7.474.200	2.790.868	3.377.125	1.076.880
Ceara	2005	18.361.738	3.280.975	170.231	1.453.312	27.699
DF	2005	17.158.997	14.611.060	1.934.531	36.668.563	613.929
Espirito Santo	2005	16.095.024	2.608.999	412.978	1.288.620	233.987
Goiás	2005	27.472.958	5.625.122	569.724	1.506.668	5.210.217
Maranhao	2005	7.345.223	752.193	59.473	696.971	248.200
Mato Grosso	2005	8.949.666	5.661.045	382.128	858.645	3.459.481
Mato Grosso do Sul	2005	12.020.256	3.136.551	108.815	698.997	3.378.022
Minas Gerais	2005	87.511.114	19.322.975	9.498.457	9.436.292	4.285.269
Para	2005	9.254.464	2.808.544	82.655	737.482	162.809
Paraíba	2005	6.657.402	494.702	5.741	799.114	18.361

Tabela 2o – Continuação						
Estado	Ano	88 – DPVAT (todos os tipos de veículo)	18 – Compreensivo Empresarial	67 – Riscos de Engenharia	68 – Habitacional SFH	63 – Penhor Rural Inst. Públicas
Parana	2005	66.926.765	33.461.277	1.642.993	7.282.891	11.486.011
Pernambuco	2005	22.028.228	8.140.903	1.028.154	1.390.066	100.547
Piauí	2005	4.546.677	549.697	21.857	421.023	57.586
Rio de Janeiro	2005	56.474.201	41.400.029	20.254.784	22.058.338	62.539
Rio Grande do Norte	2005	3.589.857	1.062.032	-186.892	803.439	19.516
Rio Grande do Sul	2005	68.864.092	35.066.934	4.223.093	7.137.688	11.335.120
Rondonia	2005	3.776.826	575.166	2.407	173.298	90.389
Roraima	2005	6.208.007	172.340	0	45.291	22.743
Santa Catarina	2005	46.812.602	19.578.950	1.384.654	2.897.787	2.623.178
Sao Paulo	2005	267.131.391	186.480.420	45.926.960	65.198.845	4.120.916
Sergipe	2005	3.901.934	423.530	11.884	461.464	5.688
Tocantins	2005	145	362.344	5.598	181.100	137.618
Total	2005	797.479.648	396.372.369	90.545.601	166.699.998	48.806.987
Acre	2006	2.554.518	183.289	18.239	95.395	8.070
Alagoas	2006	7.996.377	823.849	60.469	1.084.811	21.303
Amapa	2006	1.637.643	160.931	1.353	429.278	2.245
Amazonas	2006	8.357.114	4.125.324	125.191	770.863	11.388
Bahia	2006	36.803.511	7.869.866	6.637.261	6.946.141	1.293.198
Ceara	2006	28.927.395	0	962.697	3.058.013	34.438
DF	2006	34.902.245	17.330.282	7.922.880	35.655	651.833
Espirito Santo	2006	27.040.216	3.388.710	1.970.545	2.631.290	446.669
Goias	2006	0	6.200.663	1.331.732	3.145.648	6.264.889
Maranhao	2006	0	0	0	1.434.512	0
Mato Grosso	2006	21.354.634	5.427.315	761.149	1.842.746	2.877.384
Mato Grosso do Sul	2006	20.041.528	3.514.444	542.560	1.530.171	3.558.375
Minas Gerais	2006	146.141.071	23.178.333	14.744.042	19.366.939	0
Para	2006	15.549.782	3.755.980	6.716.721	1.562.704	164.909
Paraíba	2006	10.327.531	698.478	12.862	1.692.266	14.561
Parana	2006	111.419.393	38.193.800	1.695.460	10.879.257	12.754.527
Pernambuco	2006	35.381.386	10.164.624	760.565	2.944.928	105.692
Piauí	2006	9.381.157	704.595	8.776	890.365	44.080
Rio de Janeiro	2006	98.262.708	48.033.744	22.206.003	33.971.579	77.110
Rio Grande do Norte	2006	13.995.777	1.227.835	52.044	1.723.863	31.457
Rio Grande do Sul	2006	116.935.002	40.757.810	1.189.753	13.385.492	14.097.724
Rondonia	2006	8.420.788	770.560	16.434	367.559	61.219
Roraima	2006	1.899.107	206.705	1.832	95.563	27.516
Santa Catarina	2006	75.585.014	22.761.532	4.287.106	6.014.961	3.407.755
São Paulo	2006	439.163.398	220.338.683	45.952.150	105.543.170	4.638.545
Sergipe	2006	6.047.859	494.791	72.884	995.368	6.998
Tocantins	2006	5.634.313	408.941	15.541	385.150	122.408
Total	2006	1.283.759.464	460.721.083	118.066.250	222.823.687	50.724.296

Fonte: SUSEP, em www.susep.gov.br. Dados em R\$ (valor nominal) convertidos para US\$ pela taxa rf do FMI. Taxas de conversão do US\$ em www.imf.org.rfrate.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E EMPRESAS INICIANTES

Esta seção apresenta tabelas e definições de dados de pequenas e médias empresas (também referidas pela sigla PME), um dos muitos indicadores de empreendedorismo que são conhecidos. Esta seção tem cinco tabelas sobre PME: A Tabela 3a mostra o volume total de receita das PME, calculado em reais, e a Tabela 3e tem os mesmos dados em dólares dos EUA. A Tabela 3b mostra o número de PME que declaram receita para efeito de impostos ou, em outras palavras, que estão na economia formal do Brasil. A Receita Federal é a fonte desses dados (tabelas 3a e 3b). A Tabela 3c mostra o número de empresas iniciantes em cada estado e a Tabela 3d mostra o número de empresas iniciantes que são Companhias de Responsabilidade Limitada²³ (referidas pela sigla Ltda) em cada estado. O Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) é a fonte desses dados (tabelas 3c e 3d).

A Tabela 3d enfoca as Ltda, em virtude de sua relevância como um dos muitos indicadores de empreendedorismo. No Brasil, indivíduos que desejam criar uma entidade legal (pessoa jurídica) para fugir da tributação e evitar a legislação trabalhista procuram outra forma que não a de Ltda (associações, organizações sem fins lucrativos, etc.) A Ltda tem exigências pesadas para iniciar e continuar as atividades comerciais, que fazem com que aqueles dispostos a criar esse tipo de companhia tenham mais inclinação para desempenhar uma atividade empreendedora do que os que criam outro tipo de entidade legal.

A legislação brasileira é abundante em definições de PME. As definições usualmente levam em consideração leis trabalhistas e regras sobre limites de receita. O Brasil tem, primordialmente, dois instrumentos legais que definem PME: a resolução MERCOSUL, GMC n° 59, de 1998, e a Lei 9.841, de 1999, sobre as pequenas e médias empresas. O primeiro ajuda os bancos em seus procedimentos para financiamento de exportação. O último amplia a definição dos princípios constitucionais de natureza genérica que estabelecem que o governo estimulará as PME com impostos mais baixos e regras mais simples²⁴. A definição da Receita Federal para PME trata desses dois requisitos constitucionais.

A norma da Receita estabelece que se uma companhia tiver uma receita menor do que R\$1,2 milhão, por ano, a alíquota do imposto será de até 8%, e se a companhia tiver uma receita entre R\$1,2 milhão e R\$2,4 milhões, por ano, estará sujeita a uma alíquota de 16%²⁵. Comparada com o que se exige de grandes empresas, esta regra coloca as PME em uma categoria sujeita à tributação menor e sob regras simplificadas. O nome deste sistema tributário simplificado é SIMPLES. A receita

²³ Neste tipo particular de empresa, seus proprietários são responsáveis apenas pelo valor total de suas quotas. De acordo com a legislação brasileira, os ativos dos sócios proprietários não podem ser vendidos para saldar dívidas e obrigações. As exigências legais, contábeis e burocráticas são mais pesadas do que as de outras entidades legais, usualmente criadas por quem quer evitar impostos. Portanto, as companhias Ltda iniciantes constituem uma variável muito boa para medir o empreendedorismo na economia formal.

²⁴ Estes princípios estão nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal do Brasil.

²⁵ Essas alíquotas representam o imposto mínimo pago por uma pessoa jurídica, autorizada a estabelecer-se como empresa no Brasil.

declarada pelas PME é a melhor estimativa da riqueza criada por empreendedores no setor formal. Assim, os dados e a definição de PME fornecidos pela Receita são os melhores indicadores para os fins deste documento.

A Tabela 3a mostra os volumes de receita em milhares de reais, enquanto a tabela 3b mostra o número de PME em cada estado. Os dados nas tabelas 3a e 3b são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: volume de receita e número de companhias em cada estado que pagam impostos federais, sob o sistema SIMPLES²⁶, no ano em causa.
2. Fonte das informações: COREM, na Receita Federal, atendendo a uma solicitação especial dos autores. Dados de natureza ampla sobre o tópico podem ser encontrados em www.receita.fazenda.gov.br/historico/Estributarios/Estatisticas/default.htm.
3. Informações disponíveis: os dados disponíveis são de 1998 a 2003. Dados agregados (i.e, não divididos por estado) estão no sítio na Internet.
4. Método usado para coletar as informações: administrativo. As informações foram coletadas do sistema SIMPLES. Os dados representam o resultado total de todas as PME na “economia formal”. Há muitas PME²⁷ fora da “economia formal”. Os dados apresentados neste documento não incluem quaisquer estimativas sobre PME que estejam fora do setor formal.
 - 4.1 - PME fora da economia formal (PME “informais”) – o número de PME nesta categoria é impressionante: 10 milhões. Mas, sua receita total é apenas seis por cento das PME que estão no setor formal. Na verdade, 92% das PME informais²⁸ estão na faixa mais baixa do imposto de renda²⁹.
 - 4.2 - Evasão de impostos e PME – as 10 milhões de PME são uma pequena porção da informalidade no Brasil, que constitui cerca de 40% do PIB, de acordo com um relatório da McKinsey³⁰ e várias outras estimativas. A receita total das PME informais representa 0,48% de todas as empresas brasileiras³¹. Assim, a maior parte da economia informal no Brasil funciona longe do universo das PME informais.
 - 4.3 - Economia informal e grandes empresas – muitas empresas de grande porte operam em ambos lados da economia. Algumas empresas grandes declaram apenas parte de sua receita ou, até, de suas próprias atividades, usando estratégias que vão desde simplesmente pagar

²⁶ A Lei 9317, de 5 de dezembro de 1996, criou o SIMPLES, nome de um programa e uma fórmula de cobrança unificada de tributos federais. Em 1º de julho de 2007, ele será atualizado com o SIMPLES Nacional, na forma definida pelo Artigo 89 da Lei 123, de 14 de dezembro de 2006. Foi recentemente restabelecido, em julho de 2007, sob a denominação “Sistema Tributário Super Simples”.

²⁷ Estas PME não pagam o SIMPLES ou a maioria dos impostos.

²⁸ Essa estimativa de 92% está baseada em um estudo do IBGE – SEBRAE, disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=366&id_pagina=1.

²⁹ A qual é R\$ 12.000, por ano, ou aproximadamente US\$6,500, por ano, à taxa de câmbio de julho/2007.

³⁰ Ver página www.mckinsey.com.

³¹ Segundo dados de IBGE/SEBRAE, a receita total das PME informais é 6% da receita das PME formais. A receita desas é 8% da receita das grandes companhias. Assim, 0,48% é a porção das primeiras no total da economia.

funcionários públicos e não declarar informações, ao uso de complicados esquemas de engenharia fiscal. Essas grandes empresas, e não as PME informais, representam o problema da economia informal no Brasil³².

4.4 - Outros elementos da informalidade brasileira – corrupção e atividades ilegais são fontes de receita muito grandes no país. Atividades ilegais, como: jogo, organizações criminosas, tráfico de drogas, contrabando de armas e lavagem de dinheiro provavelmente contaminam parte da receita declarada pelas PME, mas não há evidência estatística sobre isto.

4.5 - Conclusão – os dados do imposto SIMPLES das PME são a melhor fonte de informações para medir o empreendedorismo, embora não contenham informação sobre as PME informais.

5. Freqüência das informações: os dados do sistema tributário SIMPLES começam em 1998 e vão até 2003, em bases anuais.

A Tabela 3c apresenta empresas iniciantes registradas por associações comerciais. Estes dados incluem todas as pessoas jurídicas de natureza comercial no mesmo grupo: entidades com fins lucrativos, grandes empresas, companhias organizadas como sociedades anônimas, Ltda, firmas individuais, e entidades legais usadas como veículos para evasão de tributos e obrigações da legislação trabalhista. Esta tabela é um depósito muito bom de empresas iniciantes, mas dificilmente pode ser considerada uma medida de empreendedorismo. Os dados na Tabela 3c estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: número de empresas iniciantes em cada estado, de acordo com a junta comercial do estado. O número do registro estadual – o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) é o número que a companhia usa para se identificar ao pagar tributos.
2. Fonte das informações: os bancos de dados dos registros estaduais alimentam o banco de dados nacional do Departamento Nacional de Registro Comercial. Ver <http://www.dnrc.gov.br>.
3. Informações disponíveis: 1995 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 3c apresenta empresas iniciantes criadas como Ltda. Os dados na Tabela 3d são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: número de companhias Ltda iniciantes registradas em juntas comerciais dos estados. O registro estadual é necessário para obtenção do CNPJ, número que a companhia usa para se identificar ao pagar tributos e para contratar com outras empresas.
2. Fonte das informações: os bancos de dados dos registros estaduais alimentam o banco de dados nacional do Departamento Nacional de Registro Comercial. Ver <http://www.dnrc.gov.br>.
3. Informações disponíveis: 1995–2005.
4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
5. Freqüência das informações: anual.

³² Infelizmente, há muito poucos dados e pesquisas sobre este tópico, além das informações *off-the-record* compartilhadas por executivos de alto nível no país. A força da lei não é imperativa no Brasil, como ocorre em muitos países em desenvolvimento, o que torna difícil encontrar dados sobre este tipo de operações.

Tabela 3a – Receita total das PME, anos 1998–2003, em milhões de reais						
Estado	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Acre (AC)	191,6	216,6	169,6	156	113,4	90,5
Alagoas (AL)	835,5	814,2	624,3	550,8	421,6	380,9
Amapá (AP)	182,8	171,8	146	126,3	97,5	87,9
Amazonas (AM)	849,4	887,7	697	576,8	439,6	372,9
Bahia (BA)	7.101,50	6.564,50	5.710,10	4.940,40	3.570,10	2.688,20
Ceara (CE)	2.870,00	3.132,30	2.291,00	2.034,80	1.617,30	1.431,10
Distrito Federal (DF)	3.397,00	2.898,60	2.557,80	2.340,60	2.006,70	1.724,20
Espirito Santo (ES)	2.452,50	2.592,90	1.970,60	1.723,60	1.397,40	1.259,40
Goiás (GO)	5.652,00	6.078,60	4.150,90	3.492,80	2.568,80	2.034,80
Maranhão (MA)	1.314,40	1.233,60	1.062,00	985	776,5	686,2
Mato Grosso (MT)	2.509,10	2.123,60	1.778,80	1.513,50	1.195,10	987,4
Mato Grosso do Sul (MS)	1.911,20	1.712,20	1.515,90	1.321,00	1.049,00	875,5
Minas Gerais (MG)	20.695,10	18.238,40	15.683,20	14.000,50	12.309,90	9.977,40
Para (PA)	1.791,70	1.655,90	1.385,30	1.207,50	965,2	846,3
Paraíba (PB)	1.300,80	1.263,50	1.089,10	970,1	789,8	691,8
Paraná (PR)	15.362,30	12.752,00	10.983,50	9.521,60	7.653,10	6.676,40
Piauí (PI)	3.232,20	3.214,00	2.717,60	2.417,60	1.934,80	1.577,70
Pernambuco (PE)	863,8	913,7	662,2	597,8	462,4	520,6
Rio de Janeiro (RJ)	14.355,50	13.650,70	12.324,40	10.923,00	9.006,70	7.695,60
Rio Grande do Norte (RN)	1.354,00	1.283,10	1.074,30	925,2	723	623,7
Rio Grande do Sul (RS)	17.125,90	16.135,70	13.325,80	11.734,10	9.515,50	8.431,60
Roraima (RR)	1.143,10	1.110,20	905,9	859,5	695,2	482,2
Rondônia (RO)	199,6	209,7	196,6	171	113,7	109,1
Santa Catarina (SC)	11.743,20	10.723,10	8.591,70	7.195,50	5.473,60	4.380,10
Sao Paulo (SP)	60.229,10	54.926,20	48.681,70	42.497,50	34.469,50	30.083,50
Sergipe (SE)	829,3	1.399,40	655,8	572,6	453,7	429,5
Tocantins (TO)	891,6	820	687,1	543,8	409,2	318,1
Total – Brasil	180.384,30	166.722,40	141.638,40	123.898,80	100.228,20	85.462,70

Fonte: Ministério da Fazenda, MF/SRF/COPAT, *Anuário Estatístico do Imposto de Renda*.

Tabela 3b – Número de PME, anos 1998–2003						
Estado	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Acre (AC)	2.303	2.369	2.383	2.406	2.067	1.745
Alagoas (AL)	11.319	11.235	11.130	11.067	10.140	7.636
Amapá (AP)	2.077	2.119	2.114	2.004	1.825	1.409
Amazonas (AM)	8.709	9.099	9.076	8.746	7.793	6.252
Bahia (BA)	74.041	75.500	75.451	72.784	65.376	50.960
Ceara (CE)	46.763	47.907	47.596	47.000	43.434	35.684
Distrito Federal (DF)	24.405	25.160	24.429	24.750	22.711	18.646
Espirito Santo (ES)	32.437	32.365	31.123	30.588	29.091	25.780
Goiás (GO)	54.192	54.209	53.040	50.587	46.154	37.210
Maranhão (MA)	16.998	17.276	17.134	16.864	15.871	14.424
Mato Grosso (MT)	23.273	23.409	22.822	21.159	19.760	15.977
Mato Grosso do Sul (MS)	19.814	20.142	20.260	19.770	18.535	14.994
Minas Gerais (MG)	224.509	229.454	228.931	229.171	220.309	188.172
Para (PA)	16.414	16.377	15.861	14.835	13.239	10.957
Paraíba (PB)	18.237	18.724	18.763	18.421	16.874	13.679
Paraná (PR)	145.925	142.118	140.210	137.167	130.030	111.363

Estado	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Pernambuco (PE)	37.733	38.605	38.840	37.869	34.622	28.420
Piauí (PI)	12.261	12.176	12.372	12.452	11.679	9.537
Rio de Janeiro (RJ)	119.619	125.785	126.943	124.649	119.492	106.534
Rio Grande do Norte (RN)	15.324	15.578	15.168	14.489	13.273	10.777
Rio Grande do Sul (RS)	192.843	194.924	193.841	191.962	181.001	154.982
Rondônia (RO)	10.577	10.834	10.972	10.862	10.115	7.575
Roraima (RR)	2.024	2.183	2.209	2.172	1.987	1.530
Santa Catarina (SC)	106.424	104.802	101.983	99.025	91.501	76.693
Sao Paulo (SP)	576.612	581.167	571.696	558.688	529.076	455.848
Sergipe (SE)	8.732	8.598	8.508	8.449	8.046	7.139
Tocantins (TO)	8.221	8.316	8.613	8.134	7.282	6.057
Total – Brasil	1.811.786	1.830.431	1.811.468	1.776.070	1.671.283	1.418.507

Fonte: Ministério da Fazenda, MF/SRF/COPAT, *Anuário Estatístico do Imposto de Renda*.

Estado	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
Acre (AC)	1.165	1.097	1.222	901	1.101	1.177	959	930	979	912	941
Alagoas (AL)	4.041	3.809	3.642	3.709	3.851	4.582	5.231	5.322	4.906	5.149	4.588
Amazonas (AM)	4.386	4.041	4.071	4.269	4.964	4.611	6.035	4.168	4.974	4.948	4.906
Amapá (AP)	1.331	1.211	1.526	1.253	1.361	1.311	1.308	1.029	1.222	1.297	1.181
Bahia (BA)	28.952	25.858	24.922	26.22	28.703	27.313	28.769	29.309	29.451	25.603	23.704
Ceara (CE)	14.467	13.006	12.977	13.339	13.815	13.305	14.218	14.074	15.353	15.786	18.392
Distrito Federal (DF)	15.168	7.809	7.935	9.127	9.482	8.974	10.107	8.312	12.194	8.025	7.994
Espirito Santo (ES)	9.383	8.849	8.953	8.862	9.187	8.284	7.732	7.543	9.619	9.125	9.619
Goiás (GO)	18.231	19.794	16.938	15.456	18.292	12.716	16.519	15.296	16.871	14.625	14.787
Maranhão (MA)	7.693	6.139	6.423	6.841	8.841	6.994	8.028	7.967	9.492	8.581	8.471
Mato Grosso (MT)	6.125	6.296	5.899	5.984	7.047	6.471	6.817	6.214	6.851	6.098	6.139
Minas Gerais (MG)	49.405	47.443	45.801	46.712	51.154	51.014	52.142	52.463	58.235	53.562	57.316
Mato Grosso do Sul (MS)	9.885	9.533	8.877	8.895	10.204	8.982	8.181	8.394	8.883	7.966	8.786
Para (PA)	8.372	7.609	7.095	6.852	8.159	8.196	7.367	6.826	7.355	6.758	5.715
Paraíba (PB)	4.534	4.078	4.213	5.603	5.954	6.235	7.597	6.396	6.334	4.871	4.514
Pernambuco (PE)	15.783	14.294	12.907	13.794	15.192	15.177	15.503	16.225	17.614	16.628	15.827
Piauí (PI)	3.934	3.014	3.193	2.886	3.562	3.216	3.551	3.017	3.289	2.541	2.814
Paraná (PR)	40.482	37.643	36.349	35.584	38.883	36.280	37.815	36.843	40.689	36.938	37.346
Rio de Janeiro (RJ)	27.598	27.031	39.872	27.537	29.788	27.285	29.815	27.851	34.428	30.995	32.356
Rio Grande do Norte (RN)	7.457	5.017	8.603	4.824	4.976	4.765	4.851	4.753	6.317	4.511	5.145
Rondônia (RO)	3.292	3.318	3.009	2.939	3.506	3.795	3.569	3.471	4.222	3.049	4.174
Roraima (RR)	894	859	913	827	1.143	1.076	1.564	1.067	1.014	1.215	1.192
Rio Grande do Sul (RS)	44.745	44.266	42.812	39.086	46.965	44.589	45.489	43.403	53.808	49.403	60.871
Santa Catarina (SC)	25.647	23.923	22.672	24.074	26.016	24.462	24.781	25.559	28.927	27.719	30.407
Sergipe (SE)	3.122	2.977	2.729	2.744	3.014	3.451	3.453	3.431	3.278	2.991	2.618
Sao Paulo (SP)	131.358	129.185	136.033	124.028	132.351	123.069	123.450	124.663	143.628	130.687	147.853
Tocantins (TO)	3.123	2.891	2.638	2.837	3.378	3.278	3.307	2.695	3.307	2.762	3.235
Total – Brasil	490.542	460.983	472.213	445.158	490.916	460.665	477.359	467.134	533.221	482.697	519.492

Fontes: Associações comerciais estaduais, Departamento Nacional de Registro Comercial, juntas comerciais; dados disponíveis em: www.dnrc.gov.br.

Tabela 3d – Número de empresas iniciantes registradas como companhias de responsabilidade limitada, anos 1995–2005

Estado	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
Acre (AC)	298	273	342	286	323	321	249	244	282	275	307
Alagoas (AL)	1.364	1.311	1.197	1.282	1.399	1.567	1.346	1.479	1.405	1.276	1.379
Amazonas (AM)	1.251	1.116	1.249	1.256	1.365	1.316	1.435	1.405	1.785	1.634	1.705
Amapá (AP)	370	293	467	266	310	266	280	166	276	265	247
Bahia (BA)	11.793	10.706	10.509	11.639	12.948	12.501	12.304	13.507	14.128	12.106	11.738
Ceara (CE)	4.219	3.752	3.863	4.014	4.075	3.841	3.923	3.922	3.976	3.379	3.525
Distrito Federal (DF)	5.438	4.979	4.852	5.016	4.399	4.073	4.472	4.468	5.078	4.795	5.174
Espirito Santo (ES)	9.991	4.997	4.941	5.566	5.661	5.563	5.933	4.966	6.537	5.096	5.084
Goiás (GO)	10.236	10.273	10.227	10.058	10.857	8.236	9.805	8.512	9.303	7.525	7.819
Maranhão (MA)	1.900	1.645	1.897	2.028	2.775	2.076	2.373	2.155	2.384	2.052	2.248
Mato Grosso (MT)	2.779	2.857	2.723	2.881	3.177	2.923	2.827	2.721	2.956	2.578	2.664
Minas Gerais (MG)	27.974	27.647	24.811	25.426	27.400	27.947	25.406	24.432	25.954	24.651	28.418
Mato Grosso do Sul (MS)	4.301	4.206	3.602	3.654	4.319	3.806	3.254	3.307	3.497	3.059	3.487
Para (PA)	3.675	3.262	3.152	3.223	3.947	3.733	3.517	3.158	3.215	2.537	1.983
Paraíba (PB)	1.431	1.233	1.401	2.002	2.027	2.007	1.818	1.828	1.883	1.578	1.637
Pernambuco (PE)	5.451	5.24	4.914	5.808	6.226	6.069	6.146	6.613	6.993	6.354	6.356
Piauí (PI)	1.068	937	979	1.074	1.296	1.141	1.095	735	678	455	551
Paraná (PR)	23.876	22.407	21.095	22.321	24.293	22.518	21.918	20.817	21.727	18.411	19.181
Rio de Janeiro (RJ)	20.178	20.357	29.586	20.695	22.033	20.389	21.162	20.127	24.158	22.829	24.401
Rio Grande do Norte (RN)	2.627	1.858	3.211	1.829	1.828	1.745	1.517	1.429	1.762	1.345	1.627
Rondônia (RO)	1.797	1.757	1.592	1.490	1.679	1.723	1.497	1.364	1.489	1.212	1.737
Roraima (RR)	260	235	241	226	351	301	339	207	197	260	310
Rio Grande do Sul (RS)	20.333	19.748	19.419	18.300	21.133	19.866	19.249	18.531	22.526	19.805	26.227
Santa Catarina (SC)	16.263	15.259	13.993	15.870	16.928	15.972	15.448	16.046	17.532	15.703	17.039
Sergipe (SE)	1.803	1.771	1.545	1.565	1.816	2.069	2.055	1.893	1.834	1.607	1.428
Sao Paulo (SP)	64.642	66.713	67.572	58.570	61.439	58.466	58.758	58.785	71.422	64.986	77.041
Tocantins (TO)	1.420	1.247	1.156	1.204	1.394	1.225	1.043	879	1.077	971	1.283
Total – Brasil	246.726	236.072	240.530	227.549	245.398	231.654	229.162	223.689	254.029	226.721	254.581

Fontes: Associações comerciais estaduais, Departamento Nacional de Registro Comercial, juntas comerciais; dados disponíveis em: www.dnrc.gov.br.

APÊNDICE – PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, EM US\$

A Tabela 3a, que indica os volumes de receita de todas as PME que pagam impostos, teve os valores em reais convertidos para dólares dos EUA. A taxa cambial usada na conversão foi a taxa rf do FMI. Todas as outras tabelas listam apenas as quantidades de PME no mercado.

A Seção 3 apresentou cinco tabelas mostrando PME em diferentes medidas de desempenho nos últimos dez anos. Receita, número de empresas que pagam impostos, número de empresas registradas nas associações comerciais dos estados e, finalmente, número de empresas registradas como companhias de responsabilidade limitada são os indicadores usados nesta seção para medir as PME. PME constituem uma confiável medida de empreendedorismo.

Mas, para fazer regressões e identificar uma relação entre seguro e empreendedorismo, as pesquisas futuras precisarão usar variáveis de controle. A Seção 4 apresenta um bom número destas ao longo das próximas 19 tabelas.

Tabela 3e – Receita total das PME, anos 1998–2003, em milhares de dólares dos EUA						
Estado	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Acre (AC)	62.267	74.157	71.934	85.239	62.489	77.982
Alagoas (AL)	271.523	278.756	264.791	300.961	232.321	328.215
Amazonas (AM)	276.040	303.920	295.626	315.167	242.240	321.321
Amapá (AP)	59.407	58.819	61.924	69.011	53.727	75.742
Bahia (BA)	2.307.862	2.247.478	2.421.884	2.699.466	1.967.290	2.316.375
Ceara (CE)	932.699	1.072.401	971.706	1.111.828	891.207	1.233.154
Distrito Federal (DF)	1.103.965	992.389	1.084.866	1.278.919	1.105.784	1.485.713
Espirito Santo (ES)	797.019	887.727	835.811	941.786	770.032	1.085.203
Goiás (GO)	1.836.800	2.081.121	1.760.564	1.908.488	1.415.527	1.753.352
Maranhão (MA)	427.157	422.346	450.437	538.210	427.887	591.287
Minas Gerais (MG)	6.725.543	6.244.252	6.651.878	7.649.961	6.783.323	8.597.353
Mato Grosso (MT)	621.106	586.203	642.954	721.803	578.047	754.403
Mato Grosso do Sul (MS)	815.413	727.054	754.461	826.986	658.555	850.825
Para (PA)	582.271	566.928	587.562	659.786	531.870	729.242
Paraná (PR)	4.992.477	4.365.882	4.658.546	5.202.662	4.217.211	5.752.938
Paraíba (PB)	422.737	432.583	461.931	530.069	435.216	596.112
Pernambuco (PE)	1.050.408	1.100.372	1.152.644	1.320.992	1.066.164	1.359.477
Piauí (PI)	280.720	312.822	280.866	326.642	254.804	448.592
Rio de Janeiro (RJ)	4.665.284	4.673.569	5.227.276	5.968.396	4.963.107	6.631.165
Rio Grande do Norte (RN)	440.026	439.293	455.654	505.535	398.406	537.431
Rondônia (RO)	371.487	380.097	384.229	469.636	383.087	415.503
Roraima (RR)	64.866	71.795	83.386	93.435	62.654	94.010
Rio Grande do Sul (RS)	5.565.616	5.524.354	5.652.010	6.411.586	5.243.480	7.265.364
Santa Catarina (SC)	3.816.333	3.671.251	3.644.087	3.931.666	3.016.206	3.774.256
Sergipe (SE)	269.508	479.110	278.151	312.872	250.010	370.093
Sao Paulo (SP)	19.573.396	18.804.997	20.647.874	23.220.901	18.994.286	25.922.431
Tocantins (TO)	289.754	280.742	291.427	297.136	225.488	274.101
Total – Brasil	58.621.717	57.080.487	60.074.564	67.699.083	55.230.365	73.641.730

Fonte: Ministério da Fazenda, MF/SRF/COPAT, *Anuário Estatístico do Imposto de Renda*. Dados em reais foram convertidos para dólares dos EUA a taxas *rf* do FMI.

VARIÁVEIS DE CONTROLE A INCLUIR NA ANÁLISE ECONOMETRICA

Esta seção apresenta 19 tabelas com variáveis de controle como população, educação, infraestrutura, habitação, setor financeiro, PIB, consumo de energia, gastos governamentais com pensões, assistência e serviços de saúde. Todos esses dados estão separados por estados do Brasil.

A Tabela 4a apresenta dados populacionais, de acordo com as projeções do IBGE. Os dados são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: estimativas populacionais separadas por estados do Brasil.
2. Fonte das informações: IBGE. Projeções de população baseadas nos Censos Demográficos Brasileiros de 1980, 1991 e 2000. As projeções de população do IBGE usam o método de componentes demográficos (fertilidade, mortalidade e migração), que incorporam informações relativas a taxas de mortalidade, taxas de natalidade e taxas de migração em nível nacional.
3. Informações disponíveis: Estas projeções compreendem um intervalo de 70 anos, de 1980 a 2050.
4. Método usado para coletar as informações: estas informações estão baseadas nos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, e as Contagens da População em 1985 e 1995.

5. Freqüência das informações: os dados são apresentados em bases anuais.

A Tabela 4b apresenta o PIB do Brasil dividido por estado, em reais. Os dados na Tabela 4b são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: PIB, por estados do Brasil.
2. Fonte das informações: IBGE – Departamento de Contas Nacionais.
3. Informações disponíveis: 1985 – 2004.
4. Método usado para coletar as informações: estas informações apresentam valores correntes e índices de volumes (1995 = 100) do PIB em bases trimestrais, a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo governamental, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, e exportação e importação de bens e serviços. A série projetada é ajustada duas vezes por ano, o que permite o cálculo da variação da receita de impostos em relação ao trimestre anterior. Em 2007, para continuar com o sistema presente, as contas nacionais trimestrais foram também reformadas, para se tornarem uma referência em 2000. Os novos números para o PIB total foram publicados, retrospectivamente, até 1998, mas o IBGE não forneceu a parcela de cada estado nesses novos números de PIB.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4c mostra dados sobre a receita de impostos dos estados. Esses dados não incluem impostos federais coletados e ganhos em nível estadual. Essa tabela inclui apenas impostos, contribuições sociais (alguns impostos trabalhistas) e tributos sob jurisdição estadual. Também inclui recursos federais transferidos para os estados. Os dados na Tabela 4c são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: total da receita fiscal, por estado.
2. Fonte das informações: Ministério da Economia, Secretaria da Receita Federal.
3. Informações disponíveis: 1965 – 2004.
4. Método usado para coletar as informações: dados administrativos.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4d apresenta orçamentos estaduais, incluindo não apenas receitas correntes (tributárias), mas também receitas de capital (gerenciamento financeiro de ativos estaduais). Mostra números orçamentários em milhares de reais. Os dados na Tabela 4d são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: orçamentos estaduais.
2. Fonte das informações: Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.
3. Informações disponíveis: 1941 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: dados administrativos.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4e apresenta totais de pagamentos de pensões a trabalhadores estaduais, por ano. Ela é uma boa medida dos gastos sociais do estado. Os dados na Tabela 4d estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: despesas de cada estado com previdência social.
2. Fonte das informações: esta tabela está disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1965 – 2005.

4. Método usado para coletar as informações: esses dados administrativos estão com a COREM, no Ministério da Fazenda.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4f mostra o número de residências particulares em cada estado. Os dados na Tabela 4f são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: número de residências particulares em cada estado.
2. Fonte das informações: IPEA, Ministério do Planejamento, disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1981 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: estimativas do IPEA.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4g mostra as percentagens de residências com acesso à água encanada, de acordo com o banco de dados do IPEA, Ministério do Planejamento. Os dados na Tabela 4g estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: percentual de residências com acesso à água encanada, em cada estado.
2. Fonte das informações: IPEA, Ministério do Planejamento, disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1981 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: estimativas do IPEA.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4h mostra as percentagens de residências com acesso à rede de esgotos, de acordo com o banco de dados do IPEA, Ministério do Planejamento. Os dados na Tabela 4h estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: percentual de residências com acesso à rede de esgotos, em cada estado.
2. Fonte das informações: IPEA, Ministério do Planejamento, disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1981 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: estimativas do IPEA.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4i mostra as percentagens de residências construídas com materiais duráveis, de acordo com o banco de dados do IPEA, Ministério do Planejamento. Os dados na Tabela 4i são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: percentual de residências com acesso à água encanada, em cada estado.
2. Fonte das informações: IPEA, Ministério do Planejamento, disponível em:
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1981 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: estimativas do IPEA.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4j mostra o número médio de anos de educação formal da população de 25 anos ou mais de idade, em cada estado do Brasil. Os dados na Tabela 4j são definidos como segue:

1. Definição de variáveis: média de anos de escolaridade de adultos. O IPEA criou esta tabela dividindo o número de anos de educação dos que têm 25 ou mais anos de idade pelo número desses indivíduos, em cada estado do Brasil.
2. Fonte das informações: IPEA, Ministério do Planejamento, disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1981 – 2005.
4. Método usado para coletar as informações: estimativas do IPEA.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4k mostra o total do consumo de energia elétrica de cada estado brasileiro. Por um lado, esta é uma medida significativa de atividade econômica, simplesmente porque não é fortemente influenciada por flutuações da moeda e inflação como outras medidas comuns, como, por exemplo, o volume de empréstimos dos bancos de varejo. Por outro lado, um longo período de racionamento de energia afetou de modo adverso os dados apresentados nesta tabela. Ele teve início ao final de 2000 e durou até 2002. Os dados na Tabela 4k estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: consumo de eletricidade, medido em megawatts, em cada estado, no período 1995 – 2002.
2. Fonte das informações: IPEA, Ministério do Planejamento, disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>.
3. Informações disponíveis: 1990 – 2002.
4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
5. Freqüência das informações: anual.

A Tabela 4l mostra totais de transações financeiras em operações rurais. Esses dados consistem principalmente de empréstimos, mas também incluem investimentos e comércio de bens. Os dados na Tabela 4l estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: intermediação financeira em operações rurais, incluindo empréstimos, investimentos, e comércio (dentro do ciclo agrícola estabelecido por instituições municipais em todo o Brasil). Notavelmente, estes dados usam o real de 2000, como ano base, e não seu valor nominal, como em todas as outras tabelas deste documento.
2. Fonte das informações: Banco Central do Brasil.
3. Informações disponíveis: 1990 – 2004.
4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
5. Freqüência das informações: anual

A Tabela 4m mostra o número de pessoas cobertas por seguro saúde no Brasil. Os dados na Tabela 4m estão definidos como segue:

1. Definição de variáveis: número de beneficiários de planos de saúde.
2. Fonte das informações: ANS (Agência Nacional de Saúde), a autoridade reguladora dos planos de saúde no Brasil, publica esses dados em seu sítio na internet.
3. Informações disponíveis: 1999 – 2006. Os dados são do último mês (dezembro) de cada ano, exceto no caso do ano 1999, cujos dados são de março de 2000.

4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
5. Freqüência das informações: trimestral.

A Tabela 4n mostra o volume de prêmios de seguro-saúde em cada estado. Esses dados foram obtidos por meio de estimativas feitas pelos autores, com a assistência de pessoal da ANS.

As estimativas

A página da ANS na Internet tem uma seção chamada *tab net*, que mostra o número de beneficiários incluídos em planos de saúde em cada ano, de 1999 a 2006. Em outra seção da página, chamada de Caderno de Informação, pode-se encontrar dados sobre o volume de prêmios em nível nacional. Para quebrar os dados de modo a estimar o prêmio estadual³³, eram necessários vários cálculos. Aqui estão os cálculos mais importantes:

- Dividir o total do volume nacional de prêmios pelo número total de beneficiários no Brasil, em cada ano, de 2001 a 2006, para encontrar a média anual do volume nacional de prêmios. Multiplicar essa pelo número de beneficiários em cada estado, para chegar à estimativa do volume total dos prêmios estaduais, por ano.
- Neste ponto, os únicos anos faltantes eram 1999 e 2000, e algumas estimações adicionais tinham que ser feitas. Primeiro, era preciso encontrar a taxa média de crescimento no período 2001 a 2006 e, então, dividir o volume de prêmios nacional de 2001, para conseguir o volume de prêmios nacional de 2000. Dividi-lo, também, para achar o de 1999. Então, multiplica-se esse pelo número de beneficiários em cada estado, para finalmente conseguir a estimativa do volume de prêmios estadual dos dois anos. Nós mantivemos 1999 e 2000 em um banco de dados separado, mas mostramos esses valores, em dólares dos EUA, na Tabela 4s, no apêndice a esta seção. Os dados na Tabela 4n estão definidos como segue:
 1. Definição de variáveis: volume de prêmios de seguro-saúde em cada estado.
 2. Fonte das informações: ANS. O nome do banco de dados é DIOPS e ele contém dados sobre receita de prêmios, alocação de reservas e índices de sinistralidade.
 3. Informações disponíveis: 2001 – 2006. Há estimativas para os anos 1999 e 2000 disponíveis apenas em um banco de dados separado (em R\$) e no apêndice desta seção (em US\$).
 4. Método usado para coletar as informações: administrativo.
 5. Freqüência das informações: anual.

³³ De acordo com o pessoal da ANS, é impossível identificar o volume de prêmios, em cada estado do Brasil, porque as companhias adquirem cobertura para seus empregados (80% do total do mercado) e pagam todos os prêmios em um ou dois estados em que estão suas sedes. Isto concentra todos os prêmios em um ou dois estados, onde a maioria das companhias está baseada.

Tabela 4a – População, 2001–2005					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	636.258	620.634	604.994	589.393	573.945
Alagoas (AL)	3.015.803	2.980.910	2.945.985	2.911.145	2.876.644
Amazonas (AM)	3.228.083	3.148.420	3.068.681	2.989.142	2.910.376
Amapá (AP)	567.689	547.400	527.093	506.836	486.778
Bahia (BA)	13.823.050	13.687.080	13.550.979	13.415.214	13.280.769
Ceara (CE)	8.096.899	7.976.563	7.856.112	7.735.959	7.616.973
Espirito Santo (ES)	2.332.948	2.282.049	2.231.101	2.180.279	2.129.951
Distrito Federal (DF)	3.408.189	3.352.024	3.295.805	3.239.726	3.184.191
Goiás (GO)	5.619.568	5.508.245	5.396.815	5.285.660	5.175.586
Maranhão (MA)	6.103.072	6.021.504	5.939.859	5.858.415	5.777.763
Minas Gerais (MG)	19.236.689	18.993.720	18.750.518	18.507.918	18.267.675
Mato Grosso (MT)	2.264.362	2.230.702	2.197.009	2.163.399	2.130.117
Mato Grosso do Sul (MS)	2.803.105	2.749.145	2.695.132	2.641.254	2.587.899
Para (PA)	6.991.422	6.850.181	6.708.803	6.567.773	6.428.112
Paraíba (PB)	3.595.800	3.568.350	3.540.874	3.513.466	3.486.324
Pernambuco (PE)	8.413.313	8.323.911	8.234.425	8.145.159	8.056.761
Piauí (PI)	3.006.793	2.977.259	2.947.696	2.918.207	2.889.005
Paraná (PR)	10.261.461	10.135.388	10.009.194	9.883.312	9.758.653
Rio de Janeiro (RJ)	15.382.846	15.203.750	15.024.482	14.845.658	14.668.571
Rio Grande do Norte (RN)	3.002.959	2.962.107	2.921.215	2.880.425	2.840.032
Rondônia (RO)	1.591.135	1.562.085	1.533.007	1.504.001	1.475.275
Roraima (RR)	394.080	381.896	369.700	357.534	345.487
Rio Grande do Sul (RS)	10.844.715	10.726.063	10.607.297	10.488.824	10.371.504
Santa Catarina (SC)	5.866.279	5.774.178	5.681.988	5.590.026	5.498.958
Sergipe (SE)	1.967.687	1.934.596	1.901.472	1.868.430	1.835.710
Sao Paulo (SP)	40.440.864	39.825.226	39.209.003	38.594.303	37.985.573
Tocantins (TO)	1.289.195	1.262.644	1.236.067	1.209.556	1.183.302

Fonte: IBGE, departamento de estatísticas nacionais, disponível em www.ibge.gov.br.

Tabela 4b – PIB, por estado, 2000–2004, em milhares de reais					
Estado do Brasil	2004	2003	2002	2001	2000
Acre (AC)	3.241.847,44	2.716.123,05	2.259.000,00	1.920.769,50	1.702.620,88
Alagoas (AL)	11.556.231,65	10.325.908,16	8.767.000,00	7.569.187,61	7.022.922,85
Amazonas (AM)	35.888.581,05	28.062.624,05	25.030.000,00	20.736.037,00	18.872.885,02
Amapá (AP)	3.720.358,98	3.083.012,86	2.652.000,00	2.253.041,17	1.968.365,45
Bahia (BA)	86.882.057,01	73.166.488,00	62.103.000,00	52.249.320,35	48.197.173,78
Ceara (CE)	33.260.671,70	28.425.174,92	24.204.000,00	21.581.141,14	20.799.548,01
Espirito Santo (ES)	43.521.629,02	37.752.658,07	35.672.000,00	33.051.370,60	29.587.137,29
Distrito Federal (DF)	34.487.904,52	28.979.694,43	24.723.000,00	22.538.118,81	21.530.247,27
Goiás (GO)	41.316.490,56	36.835.110,64	31.299.000,00	25.048.231,05	21.665.356,27
Maranhão (MA)	16.547.449,02	13.983.802,30	11.420.000,00	10.293.103,45	9.206.844,79
Minas Gerais (MG)	166.586.326,69	144.544.822,41	125.389.000,00	113.529.800,02	106.168.725,15
Mato Grosso (MT)	19.953.528,62	18.969.504,68	15.343.000,00	13.736.054,57	11.861.168,42
Mato Grosso do Sul (MS)	27.935.498,73	22.615.132,31	17.888.000,00	14.452.677,76	13.428.289,49
Para (PA)	34.195.676,42	29.215.268,25	25.530.000,00	21.747.997,24	18.913.684,30
Paraíba (PB)	14.863.056,88	13.710.913,48	11.634.000,00	10.271.929,97	9.237.736,76
Pernambuco (PE)	47.697.442,23	42.260.926,37	36.510.000,00	31.724.961,52	29.126.795,62
Piauí (PI)	8.611.415,34	7.325.106,31	6.166.000,00	5.574.648,37	5.329.536,36
Paraná (PR)	108.698.901,36	98.999.740,24	81.449.000,00	72.770.350,21	65.968.713,27
Rio de Janeiro (RJ)	222.563.502,61	190.384.406,46	170.114.000,00	148.033.351,61	137.876.530,79
Rio Grande do Norte (RN)	15.906.123,89	13.695.516,52	11.633.000,00	9.833.650,25	9.293.319,28
Rondônia (RO)	9.744.450,65	8.491.977,25	7.284.000,00	6.082.841,50	5.624.964,11

Estado do Brasil	2004	2003	2002	2001	2000
Roraima (RR)	1.864.150,71	1.677.317,51	1.488.000,00	1.218.984,16	1.116.580,64
Rio Grande do Sul (RS)	142.874.226,33	128.039.610,89	104.451.000,00	94.084.498,45	85.137.542,55
Santa Catarina (SC)	70.207.923,77	62.213.541,17	51.828.000,00	46.534.518,97	42.428.003,69
Sergipe (SE)	13.120.855,33	11.704.013,08	9.496.000,00	8.204.017,84	5.920.725,12
Sao Paulo (SP)	546.606.818,53	494.813.615,59	438.148.000,00	400.629.082,60	370.818.992,14
Tocantins (TO)	4.767.935,52	4.189.864,32	3.545.000,00	3.066.502,07	2.450.497,87

Fonte: IBGE, departamento de estatísticas nacionais, disponível em www.ibge.gov.br.

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	404.512	320.324	265.455	220.084	147.086
Alagoas (AL)	1.244.419	1.068.029	885.868	742.195	615.679
Amazonas (AM)	3.205.311	2.779.878	2.346.663	2.077.610	1.689.249
Amapá (AP)	290.329	232.402	187.621	162.194	126.727
Bahia (BA)	7.649.955	7.259.580	6.263.074	5.383.114	4.440.338
Ceara (CE)	3.519.658	3.276.953	2.882.396	2.624.605	2.224.544
Espirito Santo (ES)	4.790.379	4.180.318	3.499.531	2.939.354	2.267.363
Distrito Federal (DF)	5.038.440	4.118.369	3.237.224	2.705.984	2.536.304
Goiás (GO)	4.894.332	4.546.892	4.213.036	3.353.349	2.866.392
Maranhão (MA)	1.676.006	1.382.644	1.137.513	1.028.522	856.084
Minas Gerais (MG)	17.839.012	15.212.266	12.762.120	11.152.093	9.856.465
Mato Grosso (MT)	2.719.126	2.376.261	1.872.896	1.508.424	1.288.491
Mato Grosso do Sul (MS)	3.404.880	3.189.206	2.623.772	2.033.963	1.438.447
Para (PA)	3.102.967	2.628.005	2.266.758	1.903.336	1.361.294
Paraíba (PB)	1.549.886	1.330.710	1.195.328	1.013.223	933.845
Pernambuco (PE)	4.911.183	4.146.649	3.590.512	3.236.951	2.573.294
Piauí (PI)	1.034.869	891.712	510.479	598.795	515.125
Paraná (PR)	9.857.560	8.753.775	7.515.293	6.295.975	5.228.243
Rio de Janeiro (RJ)	17.022.749	16.438.176	14.171.144	12.089.144	10.121.227
Rio Grande do Norte (RN)	1.908.624	1.626.290	1.376.924	1.187.914	978.947
Rondônia (RO)	1.391.019	1.175.630	963.185	697.028	579.578
Roraima (RR)	222.371	177.576	159.994	138.456	124.756
Rio Grande do Sul (RS)	12.629.704	10.946.229	10.084.160	8.016.084	7.330.709
Santa Catarina (SC)	6.583.637	5.818.027	4.656.211	4.272.004	3.506.007
Sergipe (SE)	1.149.619	982.413	840.512	724.335	586.505
Sao Paulo (SP)	57.066.143	51.192.595	44.682.133	41.102.869	37.263.330
Tocantins (TO)	764.134	683.236	605.446	466.621	380.746

Fonte: dados da Secretaria do Tesouro, do Ministério da Fazenda, disponíveis em www.tesouro.fazenda.gov.br.

Tabela 4d – Orçamentos estaduais, 2001–2005, em milhares de reais					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	1.841.371	1.363.908	1.188.420	1.160.125	937.554
Alagoas (AL)	2.969.933	2.607.732	2.304.447	2.415.029	1.552.239
Amazonas (AM)	5.241.634	4.515.371	3.757.293	3.659.238	3.006.144
Amapá (AP)	1.539.869	1.282.893	1.000.122	963.864	814.647
Bahia (BA)	14.446.993	13.048.648	10.913.916	9.868.801	8.319.985
Ceara (CE)	7.787.383	6.934.719	6.418.190	5.889.150	4.929.393
Espirito Santo (ES)	6.862.631	5.914.821	5.190.993	7.232.406	6.143.616
Distrito Federal (DF)	7.327.287	5.925.393	4.929.919	3.710.820	3.693.433
Goiás (GO)	7.681.594	7.069.007	6.159.112	5.083.561	4.182.380
Maranhão (MA)	4.383.377	3.546.294	3.452.687	3.397.667	2.871.425
Minas Gerais (MG)	25.513.724	21.817.259	18.820.850	16.313.227	15.699.217
Mato Grosso (MT)	3.960.339	3.853.685	3.157.019	2.565.540	2.354.089
Mato Grosso do Sul (MS)	5.356.924	4.796.454	3.984.961	2.900.229	2.710.381
Para (PA)	5.834.955	5.090.086	4.372.687	3.977.189	3.381.996
Paraíba (PB)	3.702.968	2.882.374	2.622.580	2.291.265	2.685.292
Pernambuco (PE)	9.479.968	7.914.186	6.729.347	6.494.212	5.800.987
Piauí (PI)	2.758.546	2.211.448	1.628.205	1.711.654	1.547.989
Paraná (PR)	13.701.426	12.226.333	10.805.328	9.942.099	8.911.045
Rio de Janeiro (RJ)	30.274.363	27.647.995	24.392.822	19.204.878	17.791.979
Rio Grande do Norte (RN)	3.946.192	3.174.686	2.661.200	2.409.034	2.275.304
Rondônia (RO)	2.554.557	2.142.167	1.797.894	1.566.691	1.265.246
Roraima (RR)	1.120.413	856.010	758.956	792.427	649.896
Rio Grande do Sul (RS)	16.649.669	14.471.485	13.844.998	12.239.654	10.717.418
Santa Catarina (SC)	8.941.937	7.575.522	6.248.733	6.983.128	5.078.830
Sergipe (SE)	3.016.652	2.532.055	2.099.527	2.044.847	1.748.961
Sao Paulo (SP)	76.110.011	65.772.915	57.966.317	53.038.998	47.204.489
Tocantins (TO)	2.730.027	2.297.362	2.071.470	1.891.241	1.499.471

Fonte: dados da Secretaria do Tesouro, do Ministério da Fazenda, disponíveis em www.tesouro.fazenda.gov.br.

Tabela 4e – Pensões de trabalhadores, 2001–2005, em milhares de reais					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	16.104	19.850	5.524	9.114	10.720
Alagoas (AL)	253.589	245.738	235.990	208.152	103.886
Amazonas (AM)	222.685	192.940	225.408	241.518	72.202
Amapá (AP)	62.714	28.131	26.506	13.478	24.224
Bahia (BA)	1.466.247	1.736.729	1.560.127	1.247.136	894.315
Ceara (CE)	1.354.860	1.248.152	1.126.236	932.021	676.200
Espirito Santo (ES)	876.284	767.428	828.404	1.501.390	1.372.746
Distrito Federal (DF)	886.309	793.873	792.068	649.829	542.892
Goiás (GO)	901.093	926.752	1.007.226	845.662	782.316
Maranhão (MA)	638.545	584.020	496.370	424.246	361.130
Minas Gerais (MG)	3.385.024	3.344.450	1.143.372	1.145.909	824.538
Mato Grosso (MT)	576.206	490.276	466.280	363.821	295.997
Mato Grosso do Sul (MS)	532.726	509.724	483.805	392.586	306.478
Para (PA)	837.893	724.081	682.256	521.965	401.887
Paraíba (PB)	450.091	538.974	449.401	332.509	278.274
Pernambuco (PE)	1.472.749	1.332.657	1.136.236	1.094.232	889.761
Piauí (PI)	227.535	204.779	177.793	126.221	132.321
Paraná (PR)	2.092.754	1.873.548	1.671.452	1.474.079	1.405.710
Rio de Janeiro (RJ)	2.428.318	2.223.601	2.136.264	1.811.687	1.573.563
Rio Grande do Norte (RN)	566.548	482.217	427.174	384.393	255.472
Rondônia (RO)	134.606	76.709	54.923	48.848	47.558

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Roraima (RR)	27.132	25.884	57.668	23.755	9.940
Rio Grande do Sul (RS)	4.204.449	2.699.038	1.114.082	922.050	689.703
Santa Catarina (SC)	384.933	342.629	337.662	293.789	286.065
Sergipe (SE)	336.209	297.668	231.640	223.576	205.325
Sao Paulo (SP)	4.003.316	3.445.195	3.310.535	2.925.026	2.810.490
Tocantins (TO)	117.263	48.285	66.096	57.640	43.916

Fonte: dados da Secretaria do Tesouro, do Ministério da Fazenda, disponíveis em www.tesouro.fazenda.gov.br.

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	181.293	172.583	119.548	112.527	108.074
Alagoas (AL)	828.767	840.095	804.827	793.067	770.819
Amazonas (AM)	930.143	856.022	634.049	610.757	578.349
Amapá (AP)	146.051	135.318	117.716	112.486	133.789
Bahia (BA)	4.090.318	4.027.594	3.896.221	3.772.498	3.723.450
Ceara (CE)	2.370.177	2.279.713	2.221.701	2.119.656	2.108.554
Espirito Santo (ES)	728.514	701.361	687.681	663.556	642.023
Distrito Federal (DF)	1.082.406	1.044.520	1.009.911	985.188	954.899
Goiás (GO)	1.811.916	1.781.648	1.702.341	1.654.424	1.595.975
Maranhão (MA)	1.649.722	1.606.790	1.533.120	1.533.432	1.462.501
Minas Gerais (MG)	6.023.105	5.888.349	5.734.564	5.597.442	5.504.343
Mato Grosso (MT)	725.063	701.758	701.803	670.277	652.891
Mato Grosso do Sul (MS)	843.659	839.756	796.244	768.642	767.922
Para (PA)	1.972.231	1.905.819	1.344.959	1.273.693	1.191.321
Paraíba (PB)	1.047.622	1.037.454	1.050.992	961.705	970.944
Pernambuco (PE)	2.494.770	2.455.967	2.374.413	2.354.797	2.274.375
Piauí (PI)	856.293	840.652	828.502	797.996	780.153
Paraná (PR)	3.298.663	3.238.406	3.149.931	3.077.924	2.992.122
Rio de Janeiro (RJ)	5.267.967	5.197.656	5.105.874	4.977.646	4.839.541
Rio Grande do Norte (RN)	902.340	872.088	858.228	830.456	814.409
Rondônia (RO)	451.878	460.436	284.699	278.119	263.772
Roraima (RR)	111.680	104.395	80.546	75.189	68.802
Rio Grande do Sul (RS)	3.682.683	3.618.045	3.540.889	3.453.393	3.396.640
Santa Catarina (SC)	1.906.787	1.844.667	1.793.197	1.733.892	1.703.279
Sergipe (SE)	607.801	576.166	565.627	531.681	533.664
Sao Paulo (SP)	13.002.744	12.641.743	12.401.932	11.993.007	11.677.924
Tocantins (TO)	382.374	370.517	359.652	345.901	329.917

Fonte: dados do Ministério do Planejamento, IPEA, disponíveis em www.ipea.gov.br.

Tabela 4g – Percentagem de residências com acesso a água encanada, 2001–2005					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
AC - Acre	50%	45%	57%	62%	61%
AL - Alagoas	71%	69%	67%	66%	66%
AM - Amazonas	80%	74%	81%	84%	78%
AP - Amapá	91%	88%	87%	93%	82%
BA - Bahia	73%	73%	68%	68%	65%
CE - Ceará	73%	73%	71%	68%	66%
DF - Distrito Federal	99%	98%	98%	99%	97%
ES - Espírito Santo	99%	98%	97%	97%	95%
GO - Goiás	97%	96%	95%	93%	92%
MA - Maranhão	52%	49%	55%	54%	48%
MG - Minas Gerais	95%	95%	94%	93%	92%
MS - Mato Grosso do Sul	98%	97%	96%	96%	93%
MT - Mato Grosso	90%	83%	84%	82%	80%
PA - Pará	61%	60%	69%	70%	67%
PB - Paraíba	78%	77%	77%	70%	70%
PE - Pernambuco	75%	73%	73%	73%	71%
PI - Piauí	61%	60%	58%	51%	51%
PR - Paraná	98%	97%	97%	97%	95%
RJ - Rio de Janeiro	98%	98%	97%	97%	96%
RN - Rio Grande do Norte	85%	81%	82%	77%	76%
RO - Rondônia	86%	81%	82%	83%	79%
RR - Roraima	81%	88%	83%	97%	87%
RS - Rio Grande do Sul	98%	97%	97%	97%	96%
SC - Santa Catarina	99%	98%	96%	99%	98%
SE - Sergipe	86%	86%	84%	85%	82%
TO - Tocantins	99%	99%	99%	99%	99%

Nota: dados são percentagens do total de residências particulares. Fonte: dados do Ministério do Planejamento, IPEA, disponíveis em www.ipea.gov.br.

Tabela 4h – Percentagem de residências com acesso à rede de esgotos, 2001–2005					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	39%	38%	54%	54%	45%
Alagoas (AL)	28%	13%	19%	24%	24%
Amazonas (AM)	51%	55%	67%	65%	52%
Amapá (AP)	56%	17%	13%	54%	56%
Bahia (BA)	44%	47%	45%	46%	43%
Ceara (CE)	39%	37%	42%	39%	36%
Espirito Santo (ES)	93%	95%	95%	95%	88%
Distrito Federal (DF)	72%	72%	69%	70%	60%
Goiás (GO)	35%	31%	35%	32%	35%
Maranhão (MA)	47%	46%	41%	37%	34%
Minas Gerais (MG)	73%	75%	73%	71%	70%
Mato Grosso (MT)	15%	11%	14%	17%	19%
Mato Grosso do Sul (MS)	44%	37%	46%	47%	37%
Para (PA)	53%	51%	57%	57%	51%
Paraíba (PB)	50%	52%	41%	45%	44%
Pernambuco (PE)	38%	36%	39%	34%	38%
Piauí (PI)	51%	50%	44%	39%	43%
Paraná (PR)	68%	66%	65%	59%	57%
Rio de Janeiro (RJ)	87%	88%	86%	85%	85%
Rio Grande do Norte (RN)	54%	51%	51%	42%	55%
Rondônia (RO)	48%	36%	31%	45%	56%

Tabela 4h – Continuação					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Roraima (RR)	74%	79%	82%	74%	83%
Rio Grande do Sul (RS)	78%	79%	76%	76%	71%
Santa Catarina (SC)	81%	80%	81%	82%	79%
Sergipe (SE)	71%	73%	58%	61%	65%
Sao Paulo (SP)	92%	90%	91%	91%	89%
Tocantins (TO)	22%	27%	16%	19%	12%

Nota: dados são percentagens do total de residências particulares. Fonte: dados do Ministério do Planejamento, IPEA, disponíveis em www.ipea.gov.br.

Tabela 4i – Percentagem de residências construídas com materiais duráveis, 2001–2005					
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	89%	88%	97%	99%	97%
Alagoas (AL)	96%	97%	95%	95%	95%
Amazonas (AM)	88%	88%	94%	96%	98%
Amapá (AP)	99%	97%	94%	95%	87%
Bahia (BA)	96%	97%	96%	96%	95%
Ceara (CE)	94%	94%	93%	92%	91%
Espirito Santo (ES)	99%	98%	98%	97%	96%
Distrito Federal (DF)	99%	99%	98%	98%	98%
Goiás (GO)	99%	99%	99%	99%	99%
Maranhão (MA)	76%	71%	74%	72%	66%
Minas Gerais (MG)	99%	99%	99%	99%	99%
Mato Grosso (MT)	99%	99%	98%	98%	99%
Mato Grosso do Sul (MS)	97%	96%	95%	96%	95%
Para (PA)	92%	92%	97%	95%	95%
Paraíba (PB)	98%	98%	96%	96%	96%
Pernambuco (PE)	96%	96%	97%	96%	96%
Piauí (PI)	88%	88%	87%	83%	83%
Paraná (PR)	98%	98%	98%	99%	98%
Rio de Janeiro (RJ)	100%	100%	99%	99%	100%
Rio Grande do Norte (RN)	98%	98%	97%	97%	97%
Rondônia (RO)	95%	93%	98%	97%	92%
Roraima (RR)	96%	87%	98%	96%	94%
Rio Grande do Sul (RS)	98%	98%	98%	98%	98%
Santa Catarina (SC)	99%	98%	98%	99%	99%
Sergipe (SE)	97%	96%	96%	95%	95%
Sao Paulo (SP)	99%	99%	99%	99%	99%
Tocantins (TO)	88%	87%	86%	86%	85%

Nota: dados são percentagens do total de residências particulares. Fonte: dados do Ministério do Planejamento, IPEA, disponíveis em www.ipea.gov.br.

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	5,35	5,18	5,64	6,19	5,88
Alagoas (AL)	4,23	4,18	4,31	3,98	3,90
Amazonas (AM)	6,89	6,67	7,07	6,84	6,66
Amapá (AP)	7,38	6,77	6,66	6,68	7,29
Bahia (BA)	5,06	4,86	4,67	4,53	4,36
Ceara (CE)	5,05	4,94	4,71	4,62	4,43
Espirito Santo (ES)	8,96	8,75	8,71	8,54	8,24
Distrito Federal (DF)	6,83	6,56	6,17	6,03	5,97
Goiás (GO)	6,31	6,20	6,02	5,76	5,65
Maranhão (MA)	4,50	4,59	4,31	4,14	4,18
Minas Gerais (MG)	6,20	6,11	5,94	5,80	5,66
Mato Grosso (MT)	6,44	6,19	6,08	6,16	5,84
Mato Grosso do Sul (MS)	6,23	6,13	6,01	5,96	5,45
Para (PA)	5,76	5,52	6,04	6,02	5,94
Paraíba (PB)	4,95	4,78	4,60	4,44	4,33
Pernambuco (PE)	5,57	5,42	5,24	5,14	5,00
Piauí (PI)	4,46	4,37	4,10	4,04	3,96
Paraná (PR)	6,78	6,68	6,56	6,33	6,02
Rio de Janeiro (RJ)	7,73	7,63	7,47	7,36	7,22
Rio Grande do Norte (RN)	5,53	5,21	5,16	5,20	5,00
Rondônia (RO)	5,46	5,56	5,99	5,83	5,58
Roraima (RR)	6,30	6,25	6,46	5,54	5,30
Rio Grande do Sul (RS)	6,92	6,83	6,67	6,50	6,33
Santa Catarina (SC)	7,14	6,88	6,84	6,56	6,36
Sergipe (SE)	5,48	5,76	5,55	5,25	5,01
Sao Paulo (SP)	7,55	7,44	7,31	7,15	6,94
Tocantins (TO)	5,63	5,36	5,31	4,92	4,74

Nota: anos de educação formal de adultos com 25 ou mais anos de idade. Fonte: dados do Ministério do Planejamento, IPEA, disponíveis em www.ipea.gov.br.

Estado do Brasil	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
Acre (AC)	380.803	365.023	352.008	324.707	314.860	284.114	260.373	242.060
Alagoas (AL)	3.061.604	2.899.908	3.399.589	3.341.528	3.393.186	1.628.192	3.071.713	2.934.938
Amazonas (AM)	3.140.652	2.920.694	2.862.466	2.647.184	2.710.324	2.187.552	2.294.194	2.088.178
Amapá (AP)	481.968	457.571	437.637	383.343	387.970	205.670	352.618	318.792
Bahia (BA)	14.495.222	13.906.802	15.498.518	14.376.486	14.726.272	8.551.101	12.839.935	11.721.537
Ceara (CE)	5.591.127	5.434.717	5.915.997	5.792.283	5.479.299	4.900.614	4.470.793	4.030.682
Espirito Santo (ES)	3.465.003	3.320.565	3.785.426	3.622.530	3.441.281	ND	2.974.822	2.752.820
Distrito Federal (DF)	6.287.107	6.032.504	6.729.092	6.306.793	6.163.578	5.827.403	5.501.499	5.235.908
Goiás (GO)	6.581.341	6.115.757	6.616.240	6.321.366	5.901.396	5.269.851	5.222.770	4.843.064
Maranhão (MA)	8.444.169	7.595.292	8.261.316	8.040.775	8.000.982	2.082.884	7.538.039	7.409.733
Minas Gerais (MG)	36.892.647	35.748.490	39.088.146	37.088.178	37.094.371	37.485.580	33.609.374	30.925.268
Mato Grosso (MT)	2.918.343	2.813.636	2.977.151	2.823.412	2.636.742	2.330.054	2.487.366	2.324.377
Mato Grosso do Sul (MS)	3.312.556	3.019.636	3.178.436	2.857.092	2.705.850	2.353.288	2.141.130	2.001.961
Para (PA)	10.742.865	9.387.865	10.248.825	9.785.625	9.618.956	2.757.982	9.031.602	8.566.021
Paraíba (PB)	2.550.345	2.410.031	2.587.828	2.507.361	2.394.380	1.902.765	1.933.780	1.819.788
Pernambuco (PE)	7.066.032	6.941.126	7.623.336	7.196.588	7.094.725	6.493.968	6.215.172	5.859.582
Piauí (PI)	1.324.952	1.253.979	1.506.412	1.314.825	1.298.830	1.163.844	1.079.431	982.442
Paraná (PR)	17.107.018	16.682.046	17.204.319	16.110.740	15.483.954	11.941.343	13.867.847	12.951.575
Rio de Janeiro (RJ)	27.746.632	28.869.081	32.280.106	32.026.827	31.542.782	28.811.707	28.509.928	27.265.022
Rio Grande do Norte (RN)	2.694.139	2.600.076	2.749.919	2.663.132	2.521.648	2.256.993	2.130.822	1.928.145

Tabela 4k – Continuação								
Estado do Brasil	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995
Rondônia (RO)	1.198.916	1.106.098	1.067.283	1.056.726	984.156	881.966	837.343	763.246
Roraima (RR)	351.574	322.233	304.336	274.020	263.324	15.331	195.942	182.274
Rio Grande do Sul (RS)	19.877.461	19.499.608	19.876.420	18.376.840	17.223.950	15.530.405	15.762.077	15.253.280
Santa Catarina (SC)	13.544.540	13.026.997	12.645.448	11.836.260	11.142.687	9.760.285	9.712.295	9.162.998
Sergipe (SE)	2.106.350	2.016.418	2.190.253	2.101.014	1.963.460	1.442.812	1.645.653	1.554.687
Sao Paulo (SP)	88.382.640	87.836.323	97.418.930	92.856.672	92.462.452	79.199.931	84.300.587	80.367.549
Tocantins (TO)	719.547	674.851	723.336	644.583	579.231	297.502	457.366	403.968

Fonte: IPEA, Ministério do Planejamento. Dados disponíveis em www.ipeadata.gov.br.

Tabela 4l – Intermediação financeira em áreas rurais, em R\$, base ano 2000						
Estado do Brasil	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	46.839.104	52.141.583	32.371.535	34.233.535	31.514.982	21.836.312
Alagoas (AL)	74.140.897	76.739.642	67.517.723	75.418.050	31.747.905	47.132.025
Amazonas (AM)	38.349.694	32.187.968	32.894.244	106.531.068	50.765.204	17.121.152
Amapá (AP)	7.725.231	2.295.636	3.746.141	4.366.160	3.025.055	1.032.980
Bahia (BA)	826.655.492	565.978.782	430.892.279	336.854.872	303.447.491	470.779.292
Ceara (CE)	218.482.824	130.887.253	129.959.682	200.137.043	149.547.807	145.053.585
Espirito Santo (ES)	87.602.352	66.272.039	62.558.020	38.797.674	30.384.275	43.214.990
Distrito Federal (DF)	234.774.887	204.711.872	188.295.164	173.455.803	175.821.779	165.636.740
Goiás (GO)	2.342.693.636	1.698.764.104	1.541.535.837	1.301.359.621	1.078.332.061	919.506.389
Maranhão (MA)	273.956.936	200.406.742	113.068.909	97.983.317	97.527.614	109.074.088
Minas Gerais (MG)	2.471.753.375	2.201.782.612	1.900.687.482	1.705.888.281	1.533.268.182	1.549.485.859
Mato Grosso (MT)	1.364.349.503	1.097.736.337	840.581.554	720.205.815	536.002.104	479.818.546
Mato Grosso do Sul (MS)	2.255.453.641	1.922.390.230	1.479.038.878	1.235.030.429	855.523.391	697.295.039
Para (PA)	407.659.452	324.962.118	191.705.643	234.761.794	274.285.551	234.974.344
Paraíba (PB)	145.780.144	101.805.727	110.008.216	126.129.442	122.994.259	92.603.316
Pernambuco (PE)	170.422.319	86.150.115	39.662.182	54.273.759	75.684.212	135.918.564
Piauí (PI)	155.183.878	96.445.256	56.803.086	55.273.410	57.901.373	131.802.905
Paraná (PR)	4.670.973.887	3.869.482.859	3.170.346.622	2.799.770.208	2.207.359.360	2.063.256.054
Rio de Janeiro (RJ)	63.749.934	49.047.286	50.628.584	66.303.607	49.924.633	33.955.833
Rio Grande do Norte (RN)	109.831.125	91.315.861	76.226.407	58.156.036	34.443.787	50.033.065
Rondônia (RO)	315.880.009	243.143.801	134.439.457	118.204.965	161.239.175	116.151.584
Roraima (RR)	22.781.173	10.527.331	4.768.928	5.036.910	7.327.899	1.543.062
Rio Grande do Sul (RS)	4.741.980.466	4.056.197.547	3.363.310.115	3.018.438.560	2.409.202.003	2.214.515.469
Santa Catarina (SC)	1.891.547.049	1.753.830.039	1.496.623.058	1.399.500.394	1.147.334.349	953.104.308
Sergipe (SE)	64.574.739	49.961.699	40.104.737	46.702.134	34.171.867	52.539.574
Sao Paulo (SP)	4.194.291.528	3.650.558.760	3.498.454.846	3.184.545.282	2.537.999.281	2.116.511.056
Tocantins (TO)	358.757.737	287.787.924	170.966.585	192.659.991	204.330.112	131.285.379

Fonte: dados do Banco Central do Brasil. www.bacen.gov.br.

Tabela 4m – Número de pessoas com seguro saúde privado, 1999–2006								
Estado do Brasil	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	39.748	40.376	30.058	24.685	22.257	20.066	19.705	18.572
Alagoas (AL)	325.165	288.240	243.816	213.120	193.197	167.768	163.840	148.586
Amapá (AP)	43.711	40.771	40.888	45.908	30.698	24.452	21.715	16.313
Amazonas (AM)	474.608	462.776	431.066	346.334	328.371	284.822	277.593	244.828
Bahia (BA)	1.731.978	1.588.735	1.462.223	1.358.154	1.260.780	1.107.900	1.176.613	1.608.697
Ceara (CE)	1.041.653	929.875	794.040	729.831	660.212	611.331	613.246	648.658
Distrito Federal (DF)	742.764	691.992	682.314	677.422	656.184	623.092	642.335	608.972
Espirito Santo (ES)	874.042	784.800	717.250	685.138	708.169	682.773	665.899	656.323
Goiás (GO)	634.339	599.549	520.314	475.653	462.829	502.358	485.331	421.183
Maranhão (MA)	271.452	265.219	259.203	259.640	254.345	230.420	217.817	212.444
Mato Grosso (MT)	269.208	330.251	289.451	257.836	237.742	206.944	196.979	142.872
Mato Grosso do Sul ³⁴	333.689	328.346	319.822	293.028	290.328	208.736	210.147	195.717
Minas Gerais (MG)	4.143.098	3.860.775	3.652.724	3.505.957	3.461.355	3.525.565	3.548.790	3.374.210
Para (PA)	659.454	602.341	624.527	569.371	479.068	364.049	355.730	328.334
Paraíba (PB)	368.192	345.741	330.643	290.251	250.355	242.787	246.138	256.431
Paraná (PR)	2.290.826	2.183.121	2.026.614	1.874.188	1.738.915	1.683.402	1.591.409	1.550.763
Pernambuco (PE)	1.211.909	1.165.735	1.162.217	1.080.371	1.037.596	937.405	957.933	895.886
Piauí (PI)	151.986	139.281	133.875	120.222	110.720	103.366	112.745	104.004
Rio de Janeiro (RJ)	5.510.417	5.261.596	4.936.080	4.399.762	4.245.845	4.231.419	4.324.010	4.078.646
Rio Grande do Norte	405.556	377.348	358.472	322.384	291.877	278.721	282.534	299.329
Rio Grande do Sul	2.075.551	1.921.007	1.760.291	1.538.753	1.382.922	1.271.066	1.182.225	1.083.575
Rondônia (RO)	80.157	78.159	71.128	65.749	57.928	51.114	50.618	49.023
Roraima (RR)	9.406	9.547	9.468	8.681	8.548	8.168	8.310	7.374
Santa Catarina (SC)	1.411.762	1.150.087	1.129.276	1.027.644	994.557	963.147	1.036.137	954.703
Sao Paulo (SP)	19.298.517	17.874.870	16.603.487	15.789.929	15.602.678	15.752.814	15.956.043	15.890.541
Sergipe (SE)	254.805	221.834	190.011	168.181	161.662	153.629	141.341	123.317
Tocantins (TO)	44.213	51.690	48.221	46.299	40.225	38.373	33.884	27.139
TOTAL	44.704.135	41.599.954	38.832.523	36.178.677	34.973.931	34.279.559	34.521.859	33.996.506

Fonte: ANS, Agência Nacional de Saúde, disponíveis em www.ans.gov.br.

Tabela 4n – Volume de prêmios de seguro saúde, em R\$ (valor nominal)						
Estado do Brasil	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Acre (AC)	34.925.445	34.876.758	24.673.078	19.203.425	16.189.376	12.731.088
Alagoas (AL)	285.713.305	248.981.492	200.136.110	165.794.364	140.528.319	106.442.196
Amapá (AP)	38.407.622	35.217.959	33.562.872	35.713.624	22.329.220	15.513.832
Amazonas (AM)	417.024.650	399.745.555	353.840.078	269.426.732	238.851.662	180.708.354
Bahia (BA)	1.521.840.171	1.372.348.078	1.200.264.230	1.056.560.990	917.070.624	702.918.964
Ceara (CE)	915.271.083	803.225.314	651.786.909	567.764.012	480.227.344	387.865.469
Espirito Santo (ES)	652.645.757	597.742.160	560.076.738	526.993.006	477.297.443	395.327.361
Distrito Federal (DF)	767.996.029	677.909.640	588.753.917	532.995.584	515.110.477	433.192.608
Goiás (GO)	557.375.771	517.889.968	427.099.206	370.029.028	336.654.198	318.726.388
Maranhão (MA)	238.517.209	229.095.969	212.766.513	201.984.087	185.006.367	146.192.425
Mato Grosso (MT)	236.545.469	285.270.561	237.595.553	200.580.685	172.929.618	131.297.827
Mato Grosso do Sul (MS)	293.203.104	283.625.024	262.525.556	227.957.915	211.179.810	132.434.780
Minas Gerais (MG)	3.640.423.244	3.334.934.493	2.998.334.700	2.727.420.749	2.517.732.667	2.236.832.294
Para (PA)	579.443.612	520.301.695	512.642.339	442.935.917	348.466.180	230.974.769
Paraíba (PB)	323.519.916	298.650.811	271.407.963	225.797.578	182.104.107	154.038.800

Estado do Brasil	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Pernambuco (PE)	2.012.884.131	1.885.778.250	1.663.543.996	1.458.003.974	1.264.858.155	1.068.052.343
Piauí (PI)	1.064.870.224	1.006.961.002	954.004.617	840.462.756	754.730.256	594.746.594
Paraná (PR)	133.545.807	120.310.821	109.891.155	93.525.385	80.535.906	65.581.660
Rio de Janeiro (RJ)	8.264.787.741	8.246.691.654	7.771.798.785	6.753.289.201	6.217.675.235	5.182.275.352
Rio Grande do Sul (RS)	4.841.847.847	4.544.962.601	4.051.776.139	3.422.746.534	3.088.357.783	2.684.668.888
Rio Grande do Norte (RN)	356.350.607	325.952.914	294.251.369	250.795.093	212.306.527	176.837.509
Rondônia (RO)	1.823.728.066	1.659.364.378	1.444.933.038	1.197.055.999	1.005.914.705	806.441.372
Roraima (RR)	70.431.693	67.513.684	58.385.345	51.148.713	42.135.874	32.429.822
Santa Catarina (SC)	1.240.475.412	993.444.271	926.965.031	799.444.365	723.424.395	611.078.880
Sao Paulo (SP)	16.957.055.899	15.440.299.036	13.628.955.052	12.283.601.875	11.349.131.218	9.994.540.754
Sergipe (SE)	223.889.960	191.620.040	155.970.332	130.834.562	117.590.278	97.471.557
Tocantins (TO)	38.848.715	44.649.782	39.582.158	36.017.799	29.259.003	24.346.159
TOTAL	39.280.261.331	35.934.008.452	31.875.636.155	28.144.804.490	25.439.461.874	21.749.031.599

Nota: dados em reais (valor nominal), estimados a partir do volume total de prêmios, dividido pelo número de beneficiários.
Fonte: dados da ANS, agência reguladora do seguro-saúde no Brasil. Disponíveis em www.ans.gov.br.

APÊNDICE – VARIÁVEIS DE CONTROLE, EM US\$

Neste apêndice da Seção 4, as tabelas que mostram os valores, em reais, de PIB estadual, orçamento estadual, receita fiscal dos estados, gastos dos estados com previdência social e, finalmente, volume total de prêmios de seguro-saúde foram convertidos para dólares dos EUA. Aqui estão as tabelas:

Depois da conversão, a Tabela 4b se transformou na Tabela 4o.

Estado do Brasil	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	1.108.278	882.692	773.410	814.676	930.323	858.086
Alagoas (AL)	3.950.686	3.355.738	3.001.544	3.210.398	3.837.369	3.542.728
Amazonas (AM)	12.269.097	9.119.858	8.569.482	8.794.990	10.312.263	8.571.400
Amapá (AP)	1.271.865	1.001.925	907.961	955.606	1.075.527	872.858
Bahia (BA)	29.702.049	23.777.819	21.262.107	22.161.046	26.335.239	23.166.040
Ceará (CE)	11.370.703	9.237.681	8.286.686	9.153.433	11.365.004	10.751.410
Espirito Santo (ES)	14.878.579	12.268.948	12.212.967	14.018.421	16.166.598	12.264.317
Distrito Federal (DF)	11.790.253	9.417.890	8.464.375	9.559.326	11.764.262	10.344.319
Goiás (GO)	14.124.716	11.970.762	10.715.790	10.623.966	11.838.087	9.874.668
Maranhão (MA)	5.657.015	4.544.489	3.909.848	4.365.721	5.030.678	4.363.395
Minas Gerais (MG)	56.950.254	46.974.519	42.929.236	48.152.572	58.011.259	51.659.679
Mato Grosso (MT)	6.821.439	6.164.755	5.252.959	5.826.015	6.481.017	6.006.971
Mato Grosso do Sul (MS)	9.550.206	7.349.519	6.124.287	6.129.964	7.337.302	6.447.929
Para (PA)	11.690.350	9.494.447	8.740.666	9.224.204	10.334.556	9.188.097
Paraíba (PB)	5.081.179	4.455.805	3.983.114	4.356.740	5.047.557	4.373.460
Pernambuco (PE)	16.306.149	13.734.056	12.499.872	13.455.837	15.915.064	14.339.038
Piauí (PI)	2.943.953	2.380.530	2.111.044	2.364.433	2.912.092	2.608.547
Paraná (PR)	37.160.493	32.173.170	27.885.567	30.864.844	36.045.720	34.012.750
Rio de Janeiro (RJ)	76.086.965	61.871.576	58.241.664	62.786.921	75.336.603	63.050.402
Rio Grande do Norte (RN)	5.437.768	4.450.801	3.982.772	4.170.848	5.077.928	4.214.280
Rondônia (RO)	3.331.299	2.759.743	2.493.812	2.579.979	3.073.516	2.768.095
Roraima (RR)	637.290	545.099	509.444	517.020	610.107	450.311

Estado do Brasil	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Rio Grande do Sul (RS)	48.843.885	41.610.616	35.760.726	39.905.034	46.519.688	41.576.685
Santa Catarina (SC)	24.001.724	20.218.304	17.744.271	19.737.168	23.182.928	19.662.347
Sergipe (SE)	4.485.578	3.803.598	3.251.131	3.479.655	3.235.121	2.994.592
Sao Paulo (SP)	186.866.460	160.805.701	150.008.046	169.922.969	202.617.828	187.510.803
Tocantins (TO)	1.629.997	1.361.632	1.213.696	1.300.627	1.338.967	1.160.597
TOTAL	603.948.233	505.731.673	460.836.475	508.432.414	601.732.604	536.633.808

Fonte: IBGE. Dados em moeda local, milhares de reais, convertidos para US\$. Ver www.ibge.gov.br.

Depois da conversão para US\$, a Tabela 4c se tornou a Tabela 4p.

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	166.165	109.508	86.268	75.350	62.385	65.849	45.092
Alagoas (AL)	511.181	365.123	287.892	254.104	261.134	298.577	248.380
Amazonas (AM)	1.316.674	950.347	762.624	711.308	716.479	783.662	620.746
Amapá (AP)	119.261	79.450	60.974	55.530	53.750	56.983	40.648
Bahia (BA)	3.142.439	2.481.806	2.035.388	1.843.008	1.883.327	2.129.321	1.753.497
Ceara (CE)	1.445.801	1.120.280	936.728	898.582	943.519	1.072.182	882.413
Espirito Santo (ES)	1.967.786	1.429.110	1.137.286	1.006.342	961.680	1.085.545	890.480
Distrito Federal (DF)	2.069.684	1.407.932	1.052.041	926.443	1.075.749	1.163.210	918.836
Goiás (GO)	2.010.488	1.554.429	1.369.162	1.148.081	1.215.753	1.228.873	1.021.069
Maranhão (MA)	688.468	472.680	369.672	352.134	363.100	366.457	268.623
Minas Gerais (MG)	7.327.889	5.200.561	4.147.464	3.818.125	4.180.525	4.510.309	3.776.366
Mato Grosso (MT)	1.116.959	812.363	608.658	516.437	546.501	595.263	510.863
Mato Grosso do Sul (MS)	1.398.652	1.090.282	852.680	696.365	610.104	809.695	653.884
Para (PA)	1.274.633	898.426	736.656	651.642	577.380	673.958	472.609
Paraíba (PB)	636.660	454.925	388.460	346.895	396.081	410.020	346.479
Pernambuco (PE)	2.017.410	1.417.600	1.166.853	1.108.230	1.091.438	1.234.838	1.048.113
Piauí (PI)	425.102	304.846	165.897	205.008	218.485	248.207	212.749
Paraná (PR)	4.049.277	2.992.621	2.442.338	2.155.543	2.217.509	1.826.187	1.465.478
Rio de Janeiro (RJ)	6.992.585	5.619.659	4.605.372	4.138.941	4.292.821	4.820.662	4.255.558
Rio Grande do Norte (RN)	784.022	555.974	447.476	406.704	415.211	464.684	369.150
Rondônia (RO)	571.401	401.908	313.018	238.640	245.823	295.981	217.494
Roraima (RR)	91.345	60.707	51.995	47.403	52.914	62.246	39.627
Rio Grande do Sul (RS)	5.188.015	3.742.147	3.277.174	2.744.454	3.109.250	3.347.517	2.801.234
Santa Catarina (SC)	2.704.419	1.988.987	1.513.186	1.462.599	1.487.039	1.609.320	1.329.989
Sergipe (SE)	472.239	335.854	273.152	247.989	248.761	277.255	224.378
Sao Paulo (SP)	23.441.564	17.501.024	14.520.905	14.072.325	15.804.883	18.104.642	15.283.164
Tocantins (TO)	313.890	233.575	196.759	159.756	161.490	167.982	132.614
TOTAL	72.244.011	53.582.125	43.806.079	40.287.940	43.193.088	47.709.427	39.829.531

Fonte: dados da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.

Após a conversão para US\$, a Tabela 4d se transformou na Tabela 4q.

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	756.396	466.274	386.216	397.190	397.655	442.592	398.856
Alagoas (AL)	1.219.986	891.496	748.905	826.830	658.367	783.623	655.942
Amazonas (AM)	2.153.153	1.543.653	1.221.054	1.252.808	1.275.027	1.416.918	1.247.839
Amapá (AP)	632.545	438.578	325.022	329.997	345.525	370.981	296.286
Bahia (BA)	5.934.519	4.460.893	3.546.830	3.378.766	3.528.841	3.507.770	3.622.190
Ceara (CE)	3.198.892	2.370.747	2.085.799	2.016.259	2.090.755	2.075.634	2.766.436
Espirito Santo (ES)	2.819.024	2.022.078	1.686.981	2.476.148	2.605.755	3.119.741	3.545.558
Distrito Federal (DF)	3.009.894	2.025.692	1.602.137	1.270.468	1.566.534	1.843.463	1.445.766
Goiás (GO)	3.155.436	2.416.655	2.001.603	1.740.451	1.773.916	1.768.562	1.776.836
Maranhão (MA)	1.800.598	1.212.359	1.122.063	1.163.254	1.217.887	1.445.713	1.194.641
Minas Gerais (MG)	10.480.498	7.458.586	6.116.445	5.585.134	6.658.672	7.714.367	5.505.985
Mato Grosso (MT)	1.626.824	1.317.445	1.025.976	878.360	998.464	1.056.919	901.175
Mato Grosso do Sul (MS)	2.200.511	1.639.746	1.295.042	992.947	1.149.582	1.295.391	1.232.650
Para (PA)	2.396.876	1.740.129	1.421.046	1.361.664	1.434.441	1.563.207	1.434.038
Paraíba (PB)	1.521.101	985.387	852.292	784.457	1.138.941	1.120.813	900.905
Pernambuco (PE)	3.894.170	2.705.594	2.186.919	2.223.413	2.460.433	3.202.267	1.999.206
Piauí (PI)	1.133.152	756.020	529.138	586.016	656.565	792.226	663.335
Paraná (PR)	5.628.256	4.179.771	3.511.541	3.403.861	3.779.534	5.557.133	5.978.650
Rio de Janeiro (RJ)	12.436.068	9.451.918	7.927.237	6.575.144	7.546.297	8.633.590	7.909.954
Rio Grande do Norte (RN)	1.621.012	1.085.318	864.843	824.777	965.048	1.090.851	974.595
Rondônia (RO)	1.049.358	732.335	584.284	536.386	536.642	614.660	474.005
Roraima (RR)	460.242	292.641	246.647	271.302	275.647	311.385	238.823
Rio Grande do Sul (RS)	6.839.332	4.947.313	4.499.380	4.190.471	4.545.690	5.237.535	4.456.258
Santa Catarina (SC)	3.673.158	2.589.816	2.030.728	2.390.803	2.154.137	3.095.220	2.111.998
Sergipe (SE)	1.239.177	865.624	682.309	700.091	741.805	847.553	746.191
Sao Paulo (SP)	31.264.382	22.485.544	18.838.031	18.158.879	20.021.329	23.673.992	22.345.783
Tocantins (TO)	1.121.437	785.391	673.191	647.501	635.986	686.354	520.713

Fonte: dados da Secretaria do Tesouro, do Ministério da Fazenda.

Após a conversão para US\$, a Tabela 4e se tornou a Tabela 4r.

Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	6.615	6.786	1.795	3.120	4.547	1.464	2.915
Alagoas (AL)	104.169	84.010	76.693	71.265	44.062	101.354	99.528
Amazonas (AM)	91.474	65.960	73.254	82.688	30.624	97.475	129.149
Amapá (AP)	25.761	9.617	8.614	4.614	10.274	9.430	7.005
Bahia (BA)	602.303	593.729	507.014	426.980	379.315	72.469	309.677
Ceara (CE)	556.548	426.701	366.007	319.095	286.804	287.932	269.162
Espirito Santo (ES)	359.959	262.358	269.217	514.028	582.237	698.362	905.621
Distrito Federal (DF)	364.077	271.398	257.408	222.481	230.262	297.541	231.525
Goiás (GO)	370.150	316.825	327.331	289.528	331.812	246.724	255.237
Maranhão (MA)	262.301	199.657	161.312	145.248	153.170	120.773	93.904
Minas Gerais (MG)	1.390.496	1.143.355	371.576	392.323	349.720	374.269	214.842
Mato Grosso (MT)	236.693	167.609	151.533	124.561	125.544	168.096	125.823
Mato Grosso do Sul (MS)	218.833	174.258	157.228	134.409	129.990	93.925	141.993
Para (PA)	344.189	247.539	221.721	178.704	170.456	203.560	131.827
Paraíba (PB)	184.888	184.257	146.047	113.841	118.027	130.019	183.743
Pernambuco (PE)	604.974	455.591	369.257	374.631	377.384	14.307	348.285
Piauí (PI)	93.467	70.007	57.780	43.214	56.123	34.356	76.951
Paraná (PR)	859.659	640.503	543.192	504.678	596.218	1.427.828	678.583
Rio de Janeiro (RJ)	997.502	760.174	694.248	620.265	667.411	1.492.079	1.010.478
Rio Grande do Norte (RN)	232.726	164.854	138.824	131.604	108.356	115.601	45.181
Rondônia (RO)	55.293	26.224	17.849	16.724	20.171	5.806	11.102
Roraima (RR)	11.145	8.849	18.741	8.133	4.216	1.939	8.355

Tabela 4r – Continuação							
Estado do Brasil	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Rio Grande do Sul (RS)	1.727.098	922.710	362.057	315.681	292.531	478.449	1.491.254
Santa Catarina (SC)	158.122	117.133	109.734	100.584	121.332	123.038	425.665
Sergipe (SE)	138.108	101.763	75.279	76.545	87.087	94.205	114.207
Sao Paulo (SP)	1.644.478	1.177.796	1.075.866	1.001.436	1.192.042	4.305.931	4.124.521
Tocantins (TO)	48.169	16.507	21.480	19.734	18.626	24.307	32.884

Fonte: dados da Secretaria do Tesouro, do Ministério da Fazenda.

Após a conversão para US\$, a Tabela 4n se tornou a Tabela 4s.

Tabela 4s – Volumes de prêmios de seguro saúde, em milhares de reais, convertidos para dólares dos EUA								
Estado do Brasil	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Acre (AC)	16.055	14.327	8.435	6.241	5.543	5.400	6.395	5.690
Alagoas (AL)	131.343	102.276	68.420	53.880	48.112	45.146	53.172	45.526
Amapá (AP)	17.656	14.467	11.474	11.606	7.645	6.580	7.047	4.998
Amazonas (AM)	191.706	164.207	120.966	87.559	81.775	76.646	90.089	75.014
Bahia (BA)	699.590	563.732	410.330	343.364	313.976	298.136	381.854	492.894
Ceara (CE)	420.750	329.948	222.824	184.513	164.415	164.509	199.021	198.744
Espirito Santo (ES)	300.021	245.540	191.471	171.263	163.412	167.674	208.461	186.585
Distrito Federal (DF)	353.048	278.471	201.275	173.214	176.358	183.734	216.109	201.093
Goiás (GO)	256.226	212.738	146.011	120.253	115.260	135.185	157.508	129.048
Maranhão (MA)	109.646	94.108	72.738	65.641	63.340	62.006	70.690	65.091
Mato Grosso (MT)	108.740	117.183	81.226	65.185	59.206	55.689	63.927	43.775
Mato Grosso do Sul (MS)	134.786	116.507	89.749	74.082	72.301	56.171	68.200	59.966
Minas Gerais (MG)	1.673.504	1.369.921	1.025.030	886.364	861.992	948.731	1.151.712	1.033.835
Para (PA)	266.370	213.729	175.255	143.946	119.304	97.966	115.447	100.599
Paraíba (PB)	148.722	122.679	92.785	73.380	62.347	65.334	79.881	78.569
Pernambuco (PE)	925.324	774.638	568.710	473.826	433.048	453.004	516.470	475.143
Piauí (PI)	489.521	413.638	326.142	273.136	258.396	252.256	310.884	274.493
Paraná (PR)	61.391	49.421	37.568	30.394	27.573	27.816	36.590	31.866
Rio de Janeiro (RJ)	2.225.799	1.866.974	1.385.166	1.112.332	1.057.356	1.138.676	1.403.299	1.249.670
Rio Grande do Norte (RN)	163.815	133.895	100.595	81.504	72.687	75.004	91.693	91.712
Rondônia (RO)	838.368	681.632	493.974	389.022	344.393	342.044	383.675	332.000
Roraima (RR)	32.377	27.733	19.960	16.622	14.426	13.755	16.427	15.020
Rio Grande do Sul (RS)	3.799	3.388	2.657	2.195	2.129	2.198	2.697	2.259
Santa Catarina (SC)	570.247	408.086	316.898	259.805	247.678	259.183	336.264	292.515
Sao Paulo (SP)	7.795.165	6.342.548	4.659.281	3.991.954	3.885.584	4.239.088	5.178.320	4.868.755
Sergipe (SE)	102.922	78.713	53.321	42.519	40.259	41.342	45.870	37.783
Tocantins (TO)	17.859	18.341	13.532	11.705	10.017	10.326	10.997	8.315
Totais - Brasil	18.057.151	14.760.930	10.897.206	9.146.565	8.709.669	9.224.642	11.203.606	10.416.300

Nota: dados em reais, valor nominal, convertidos para US\$, de acordo com a taxa rf do FMI. Os dados foram estimados a partir dos volumes de prêmios, divididos pelo número de beneficiários. Fonte: ANS, agência reguladora do seguro-saúde no Brasil; disponíveis em *tabnet* em www.ans.gov.br.

Esta seção apresentou mais de 19 tabelas listando variáveis de controle para ajudar no trabalho futuro com regressões. A seção apresentou tabelas e definições de educação, infra-estrutura, intermediação financeira, consumo de energia, cobertura de seguro-saúde, sistema público de pensões, PIB estadual, e muitos outros. É um grande banco de dados para ajudar na pesquisa da relação entre seguro e empreendedorismo no Brasil.

Essas tabelas são importantes para serem usadas como as chamadas variáveis de controle para ajudar na pesquisa a ser desenvolvida no futuro, usando este documento como base. Este banco de dados permitirá uma comparação entre os estados do Brasil e, talvez, futuras comparações com estados de outros países, como Argentina, México, Colômbia e Estados Unidos.

VARIÁVEIS INSTRUMENTAIS

Variáveis instrumentais são usadas em uma regressão para encontrar um fator de estimativas consistente quando as co-variantes estão correlacionadas com termos de erro. Esta correlação é causada por endogeneidade, entre outros fatores. Neste caso, o método dos quadrados mínimos. O uso de variáveis instrumentais pode ser uma opção para mudar essa situação. O problema é encontrar a variável instrumental que for altamente correlacionada com a variável explanatória, mas não correlacionada com o termo de erro. Os melhores instrumentos são muitas vezes criados por mudanças exógenas de política, diferenças geográficas na aplicação de normas, ou randomização genérica.

Um dos primeiros usos de variáveis instrumentais foi feito quando se tentou calcular curvas de demanda e oferta³⁴. Se essas curvas se deslocam após um momento, as quantidades e preços mostraram vários pontos de equilíbrio nas duas curvas. Assim, a regressão pela média dos mínimos quadrados de quantidades em relação a preços poderia não mostrar a relação com a oferta, nem com a demanda. P. G. Wright (1928) descobriu a mesma questão quando calculou a elasticidade da oferta e da demanda de linhaça. Ele identificou os obstáculos em estimar a elasticidade da oferta e da procura a partir de preços de mercado e quantidades disponíveis. Ele sugeriu que alguns “deslocadores de curvas” (hoje chamados de variáveis instrumentais) podem resolver a questão. Wright decidiu utilizar o preço de um bem substituto, variável tanto para o deslocador da curva de demanda, ao usar o rendimento por hectare (dependente principalmente das condições do tempo, naquela ocasião), quanto para o deslocador da curva da oferta.

David A Kenny³⁵ fornece uma explicação muito útil das variáveis instrumentais: é uma alternativa a modelos que não podem funcionar apropriadamente em múltiplas regressões. Assim, na análise do comportamento de variáveis, o distúrbio poderia não estar correlacionado a cada uma das chamadas variáveis causais. Esta correlação aconteceria por três razões: Ilegitimidade: uma variável que não é incluída no modelo causa a variável endógena e uma de suas variáveis causais; Causação Reversa: uma de suas causas é endógena; e Erro de medição; finalmente, há erro na medida da variável causal.

Assim, a perturbação da variável endógena está correlacionada com uma ou mais de uma variável causal. Portanto, não se deve usar múltiplas regressões se a intenção for medir coeficientes causais. Se A é a variável endógena e B é sua perturbação, C a variável instrumental, e um conjunto de valores da variável D que causa A, mas não a variável instrumental, o que limita a definição da variável instrumental é que C não causa A: de C a A, a diferença é zero. A teoria dá as ocorrências de zero, mas a análise estatística não. Para fazer a regressão de A sobre E, C e D, e selecionar C procurando variáveis com coeficientes que não são significativamente diferentes de zero não é apropriado. Há certas condições para estimar variáveis instrumentais: primeiro, C não pode causar A ou estar correlacionada a B. Segundo, para uma dada equação, deve-se tentar trazer pelo menos o mesmo número de valores da variável C quantos forem os que precisam de um instrumento; terceiro e finalmente, C deve causar a variável com instrumento.

³⁴ Economistas como P. G. Wright, Henry Schultz, Elmer Working e Ragnar Frisch tentaram encontrar a elasticidade de demanda e oferta de vários produtos, inclusive da manteiga, com séries de dados temporais.

³⁵ Esta explicação da variável instrumental foi tirada inteiramente de <http://davidkenny.net/cm/iv.htm>.

Embora isto não seja atualmente usado, este método mostra como ele é feito. A estimação 2SLS é feita alternativamente em SPSS. A primeira etapa é fazer a regressão de cada variável que precisar de um instrumento nos conjuntos das variáveis C e D. Com os coeficientes prontos, calcular os valores para a variável E. A segunda etapa é fazer a regressão de A em relação aos valores previstos na primeira etapa e ao conjunto de valores da variável D. Na realidade, os programas de computador 2SLS executam as duas etapas em um único estágio. O exemplo para 2SLS usa duas equações estruturais: $D = sE + pA + B$ e $A = wD + G$. É importante entender que a notação mudou. Agora, F é uma variável instrumental para A na primeira equação, e E é uma variável instrumental para D na segunda equação. Para a primeira equação, aqui estão as etapas: primeiro faça a análise de regressão de A em relação a E e F, então faça a regressão de D em relação aos valores de A e E na primeira etapa. Para a segunda equação, faça a regressão de D em relação a E e F e, então, faça a regressão de A em relação aos valores previstos na etapa anterior para D e F³⁶.

Para os propósitos deste documento, de um ponto de vista intuitivo, quando o número de empresas iniciantes ou o volume de receita de PME crescer em determinado ano, o volume de prêmios provavelmente seguirá o mesmo curso. Nós poderíamos dizer que esses dois indicadores, PME e seguros, crescem em sintonia. Nós poderíamos comparar isso a uma fórmula com elementos químicos. A e B que são estáveis, à certa altura, no tempo. Nós não poderíamos dizer qual dos dois elementos causou a instabilidade do outro, mas sabemos que eles são estáveis juntos. Daí, um terceiro elemento deve interagir apenas com o elemento B e nunca com o elemento A. Assim, no caso da variável instrumental, ela deve interagir apenas com o seguro, e não deve ter efeito no desempenho das PME. No caso da experiência química, se o estado harmonioso anterior foi alterado, então fica provado que o elemento B causou a estabilidade anterior (uma vez que o elemento A é indiferente ao elemento C). No caso do seguro: se a variável instrumental afetar a atividade de seguros, e se em consequência o empreendedorismo também for afetado, então, ficará claro que o seguro tem efeito sobre o empreendedorismo (uma vez que a lei sobre seguros não tem efeito sobre o empreendedorismo).

A equação abaixo relaciona empreendedorismo e atividade comercial e seguros:

Empreendedorismo = $a_0 + a_1$ Seguros + a_2 Dummy para Estado + Variável de controle + erro

Onde empreendedorismo medido por número de empresas iniciantes, companhias Ltda, empresas que pagam impostos, ou o volume de receita das PME, em determinado estado, está relacionado com o seguro, por exemplo, com o volume de prêmios de seguro. Um artifício poderia controlar a diferença no desenvolvimento entre os estados do sul e os do norte, e o erro. Independentemente do que for estabelecido agora, o papel da chamada variável instrumental é aumentar a força de qualquer correlação observada.

Eventos que afetam uma co-variável podem ser considerados um tipo de variável instrumental. Desde 2000, no Brasil, têm havido muitas mudanças jurídicas que afetaram ramos da indústria de seguros e os prêmios pagos em cada um desses ramos de seguros.

Primeiro, o seguro de vida e outros esquemas privados de pensões experimentaram um rápido crescimento dos prêmios nos últimos anos. A criação de um sistema de previdência complementar, privado e voluntário, impulsionou o salto atual no setor após a aprovação da Lei 109, de 29 de maio de

³⁶ Angrist e Krueger (2001) acham que as variáveis instrumentais constituem a técnica por excelência em econometria.

2001. Essa lei foi muito importante, mas não tanto quanto a legislação que alterou a estrutura tributária para esses contratos. A lei que aperfeiçoou produtos de seguro de vida, como o PGBL e o VGBL (produtos do tipo 401-K, nos EUA), é a chamada Lei Nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004. Pode-se analisar o período antes e depois de 2002, e o período antes e imediatamente após 2005.

Segundo, a indústria do seguro-saúde foi, em muitas formas, alterada para sempre após a Lei 9.656, de 4 de junho de 1998. Essa lei promoveu o começo da legislação sobre a assistência de saúde e a grande escalada dos litígios judiciais. A criação da Agência Nacional de Saúde (ANS), em 2000, permitiu que mais de 200 instrumentos de regulação fossem aprovados e colocados em prática. A ANS foi equipada com pessoal apropriado em 2002. As regulações que implementou nesse período (Resoluções do Conselho de Direção, Resoluções de Diretoria, Instruções Normativas, e outros) aumentaram a fiscalização neste mercado, aumentando a consolidação e os prêmios para os consumidores. O período a ser examinado seria esse, antes e depois de 2002, quando a legislação foi aplicada através das regulações criadas pela ANS.

Terceiro, os seguros rurais dobraram o volume de prêmios pagos nos últimos anos mais recentes. Este crescimento pode facilmente ser atribuído à promulgação da Lei 10.200, em 2001, que permitiu o uso da cédula do produtor rural (CPR) por instituições financeiras. Com a CPR, um agricultor pode vender seus produtos hoje, mas entregá-los no futuro. Até 2001, um agricultor não podia pagar o título com moeda, mas tinha que entregar os produtos que colheu a armazéns do governo. Esta legislação permitiu transferências financeiras diretas de agricultores a portadores dos títulos. Isto certamente afetou o mercado nos últimos anos e o período a ser examinado é o imediatamente antes e depois de 2002. Esta seção apresentou algumas mudanças de política que poderiam ser usadas, como a aplicação de variáveis instrumentais em regressões. Essas variáveis constituem a base para comparar setores da atividade de seguros, como os do seguro-saúde, seguros rurais e o seguro de vida, antes e depois dessas mudanças e vão permitir estudar mais a relação entre seguro e empreendedorismo.

CONCLUSÃO

Este documento fornece um banco de dados (i.e, um painel de dados) para investigar mais a relação entre seguro e empreendedorismo no Brasil. Espera-se que os dados coletados sejam usados para testar empiricamente a acima mencionada relação, e, assim, possibilitar recomendações sobre políticas para a questão.

O banco de dados inclui diferentes medidas de empreendedorismo e seguro, bem como variáveis de controle para cada estado brasileiro no período 1995 a 2006. Há várias medidas de empreendedorismo, i.e., PME, empresas iniciantes, até empresas de grande porte³⁷, e disponibilidade de seguro (por ex., volume de prêmios; prêmios por tipo de apólice). O banco de dados abre muitas oportunidades para análise empírica. Por exemplo, os dados poderiam ser usados para análise descritiva do mercado de seguros e do empreendedorismo no Brasil e também para análise econométrica e espacial.

A última é uma metodologia a ser usada, considerando-se que existem dados de cada estado do Brasil.

Espera-se que a introdução de variáveis de evento e instrumentais (ver Seção 5), por exemplo, o tipo de legislação introduzida, ajude a comparar, em um quadro econométrico, as medidas de

³⁷ Há alguns dados sobre receitas de grandes empresas, por estado, no banco de dados Excel relativo a esta publicação.

empreendedorismo com as medidas de seguros antes e depois de ocorrer um evento significativo que afete uma das variáveis (por exemplo, uma legislação que foi aprovada), para testar mudanças no mercado e em empreendedorismo, e possivelmente descobrir uma associação entre as duas variáveis.

ANEXO I. TAXAS DO REAL (R\$) PARA O DÓLAR DOS EUA (US\$)

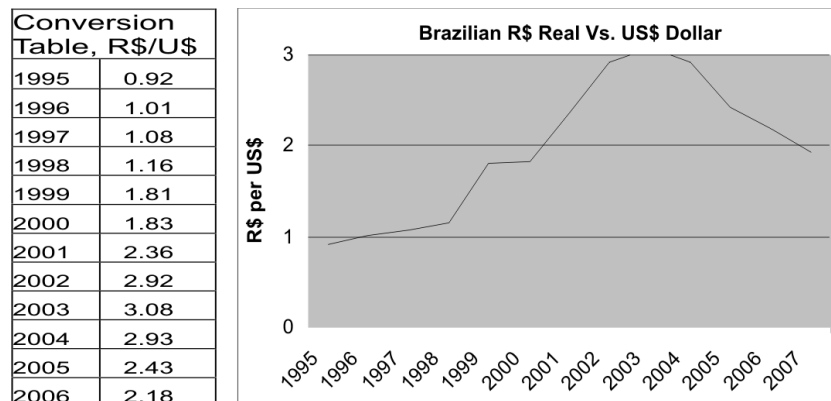
Durante o período deste estudo, o Brasil experimentou taxas de câmbio que variaram de 1:1, de 1995 a 1998, a 2:1, em 2000 e 2001, para 4:1, em setembro de 2002, retornando a 2,2:1, em 2006, e 1,85:1, em julho de 2007. Esta volatilidade torna difícil o exame da economia do país, sem falar no estudo de uma relação entre seguro e empreendedorismo.

A taxa de conversão de R\$ para US\$ é a taxa oficial, rf, do FMI. Como o FMI a define, segundo a edição de junho de 2005 das IMF's *International Financial Statistics*:

A série rf mostra a média de unidades de moeda nacional por dólar dos EUA, por período ... As séries rf são constituídas das médias mensais das taxas de câmbio de mercado ou oficiais do país que reporta [as demonstrações financeiras]. Se estas não estiverem disponíveis, as séries rf são estimadas com base em simples médias das taxas de mercado no final do mês no país em causa.

Essa é a taxa de conversão que nós usamos neste documento, para as tabelas que mostram valores em US\$ no final de cada seção, para permitir que os leitores estimem o real crescimento em dólares, quando esse crescimento expresso na moeda doméstica seria enganoso. O Gráfico 1 ajuda a visualizar a volatilidade da taxa de câmbio do real para o dólar dos EUA nos últimos 12 anos.

Como se observa abaixo, as tabelas exibidas neste documento estão em R\$ e em US\$. Outra informação relevante sobre este período (1995 a 2006) é que a inflação acumulada no Brasil foi 153,3%.



Fonte: IMF rf rate www.imf.org

ANEXO 2. TABELA DE CONCILIAÇÃO

As variáveis incluídas nesta tabela estão disponíveis em um arquivo Excel separado. Este documento reproduz apenas parcialmente alguns dos dados disponíveis no arquivo. A tabela de conciliação abaixo inclui as abreviaturas das variáveis a serem usadas na regressão, a completa definição de cada variável, suas fontes e a disponibilidade dos dados, em anos.

Tabela de conciliação			
Abreviaturas usadas na tabela de regressão	Definição completa das variáveis usadas no banco de dados.	Fonte	Dados dos anos
states	Estados do Brasil	N/A	N/A
year	Ano	N/A	N/A
ID	ID	N/A	N/A
premium	Tabela 2a. Volume de prêmios de seguro, por estado, 1999 a 2006. Dados da SUSEP em reais, valor nominal.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	1995–2006
social	Tabela 2g. Total de prêmios pagos em contratos de seguro cobrindo riscos de proteção social. Dados da SUSEP, de acordo com a classificação dos autores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
liability	Tabela 2g. Total de prêmios pagos em contratos de seguro cobrindo riscos de responsabilidade. Dados da SUSEP, de acordo com a classificação dos autores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
property	Tabela 2g. Total de prêmios pagos em contratos de seguro cobrindo riscos patrimoniais. Dados da SUSEP, de acordo com a classificação dos autores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
commercial	Tabela 2g. Total de prêmios pagos em contratos de seguro cobrindo riscos comerciais. Dados da SUSEP, de acordo com a classificação dos autores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
agriculture	Tabela 2g. Total de prêmios pagos em contratos de seguro cobrindo riscos rurais. Dados da SUSEP, de acordo com a classificação dos autores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
all premium	Tabela 2g. Total de prêmios pagos em contratos de seguro cobrindo riscos de proteção social, responsabilidade, patrimoniais, comerciais e rurais. Dados da SUSEP, de acordo com a classificação dos autores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
smerevnu	Tabela 3a. Receita total das PME em cada estado. Os dados incluem apenas PME do setor formal, que pagam impostos federais no sistema SIMPLES. Dados da Receita Federal, em reais (valor nominal).	Receita Federal, em: www.receita.fazenda.gov.br	1998–2003
#smes	Tabela 3b. Número total de PME em cada estado. Os dados incluem apenas PME do setor formal, que pagam impostos federais no sistema SIMPLES. Dados da Receita Federal.	Receita Federal, em: www.receita.fazenda.gov.br	1998 - 2003
startups	Tabela 3c. Número total de empresas iniciantes. Dados das juntas comerciais dos estados, consolidados pelo DNRC.	DNRC, em: www.dnrc.gov.br	1995–2005
llc	Tabela 3d. Número total de empresas iniciantes que são Ltda. Dados das juntas comerciais dos estados, consolidados pelo DNRC.	DNRC, em: www.dnrc.gov.br	1995–2005
pop	Tabela 4a. População. Demografia de residentes. Projeções do IBGE, por estado.	IBGE, em: www.ibge.gov.br	
gdp	Tabela 4b. PIB de cada estado em reais, valor nominal. Dados do IBGE.	IBGE, em: www.ibge.gov.br	
tax	Tabela 4c. Receita fiscal dos estados. Dados incluem impostos sob a jurisdição do estado (excluem tributos federais). Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
budget	Tabela 4d. Orçamentos estaduais. Dados do banco de dados do IPEA, Ministério do Planejamento.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
pension	Tabela 4e. Planos de pensão de empregados públicos na folha de pagamentos de cada estado, em reais, valores nominais. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
houses	Tabela 4f. Residências em cada estado. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
water	Tabela 4g. Percentagem de residências de cada estado com acesso à água encanada. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	

sewage	Tabela 4h. Percentagem de residências de cada estado com acesso à rede de esgotos. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
durahous	Tabela 4i. Percentagem de residências, em cada estado construídas com materiais duráveis. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
educat	Tabela 4j. Média de anos de escolarização de adultos (25 ou mais anos de idade), em cada estado. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
electric	Tabela 4k. Consumo de eletricidade, em megawatts, em cada estado. Dados do IPEA.	IPEA, em: www.ipea.gov.br	
rurlend	Tabela 4l. Intermediação financeira em áreas rurais. Inclui empréstimos, investimentos e comércio. Dados do Banco Central. Em reais do ano 2000.	Banco Central, em: www.bacen.gov.br	
health	Tabela 4m. Número de pessoas com seguro-saúde privado, em cada estado.	ANS, em: www.ans.gov.br	
healprem	Tabela 4n. Prêmio de seguro-saúde em cada estado. Dados em reais, valores nominais.	ANS, em: www.ans.gov.br	
pilot	36 – Perda de Certificado de Habilitação de Voo.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
credlife	77 – Seguro de Vida de Prestamista.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
Educati	80 – Seguro Educacional.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
Accident	81 – Seguro de Acidentes Pessoais Individual.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
accidgroup	82 – Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
healind	86 – Seguro-Saúde Individual (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
healgr	87 – Seguro-Saúde em Grupo (em <i>run-off</i>)	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
lifeind	91 – Seguro de Vida Individual.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
vgbl	92 – VGBL VAGP VRGP (vida resgatável) – Individual.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
lifegrop	93 – Seguro de Vida em Grupo.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
vgblgrop	94 – 92 – VGBL VAGP VRGP (vida resgatável) – em Grupo.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
vg	97 – VG APC.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
social	Prêmio total dos seguros de proteção social.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
D&O	10 – RC de Administradores e Diretores.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001 - 2006
passaut	20 – Acidentes pessoais de passageiros.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
interliab	23 – RCT rodoviário interestadual e internacional.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
extguara	24 – Garantia estendida	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001 - 2006
cartaver	25 – Carta Verde (RC automóvel compulsório dentro do Mercosul).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001 - 2006
intmodlb	27 – RCT intermodal.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
liabint	32 – RCT viagem internacional – carga.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
hangar	37 – RC Hangar.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
railliab	38 – RCT Ferroviário – carga.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006

liabcari	44 – RCT viagem internacional.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
genliab	51 – RC Geral.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
airliab	52 – RCT Aéreo – carga.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
autofacl	53 – RC facultativo – veículos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
liabroad	54 – RCT Rodoviário – carga.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
cargodev	55 – RC Desvio de Carga.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
shipowne	56 – RC do Armador.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
dpem	57 – DPEM – danos pessoais causados por embarcações (compulsório).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
multimod	58 – RC Operador de Transporte Multimodal.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
profliab	78 – RC Profissional.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
aircraft	84 – Aeronáuticos – bilhete (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
dpvat	88 – DPVAT (compulsório).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
dpvat	89 – DPVAT (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
liab	Total dos seguros de responsabilidade.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
fire	11 – Incêndio.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
firesimp	12 – Incêndio bilhete (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
glass	13 – Vidros (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
homowne	14 – Compreensivo Residencial.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
theft	15 – Roubo.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
multicomm	18 – Compreensivo Empresarial.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
nattrans	21 – Transporte Nacional.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
auto	31 – Automóvel.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
maritime	33 – Marítimos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
oilrisk	34 – Riscos de Petróleo.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
aircraft	35 – Aeronáuticos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
engineer	67 – Seguro de Riscos de Engenharia.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
multiperi	71 – Riscos Diversos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
nuclear	72 – Seguro de Riscos Nucleares.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
bank	73 – Global de Bancos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
satelite	74 – Satélites.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006

firemult	76 – Riscos Diversos – Planos Conjugados (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
riskabro	79 – Riscos no Exterior.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
condomul	16 – Seguro Compreensivo de Condomínio.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
riot	17 – Tumultos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
intrans	22 – Transporte Internaccional.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
lssprofit	41 – Lucros Cessantes.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
lssprofit	42 – Lucros Cessantes – Cobertura Simples (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
fidelity	43 – Fidelidade de empregados (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
travinsr	69 – Seguro Turístico.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
secific	96 – Riscos Nomeados e Operacionais.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
branchab	99 – Sucursais no Exterior.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
property	Prêmio total dos seguros patrimoniais.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
export	19 – Seguro de Crédito à Exportação – Riscos Comerciais.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
financial	39 – Garantia Financeira.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
privoblg	40 – Seguro Garantia de Obrigações Privadas.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
guarant	45 – Seguro Garantia de Obrigações Públicas.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
rent	46 – Fiança Locatícia.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
puconsc	47 - Seguro Garantia de Concessões Públicas.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
domestic	48 – Seguro de Crédito Interno (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
export	49 – Seguro de Crédito à Exportação (em <i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
3party	50 – Garantia Judicial.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001 - 2006
political	59 – Seguro de Crédito à Exportação – Riscos Políticos.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
domcomme	60 – Seguro de Crédito Doméstico – Risco Comercial.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
mortgagw	66 – Seguro Habitacional – SFH.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
mortgago	68 – Seguro Habitacional- fora do SFH.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
dcredpep	70 – Seguro de Crédito Doméstico – Risco Pessoa Física.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
guarantee	75 – Garantia.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
random	90 – Seguro de Renda – Eventos Aleatórios.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
commercial	Prêmio total seguros de risco comercial.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
copwout	01 – Seguro Agrícola sem FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
cropwith	02 – Seguro Agrícola – com FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006

cattleou	03 – Seguro Pecuário – sem FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
cattlewi	04 – Seguro Pecuário – com FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
fishout	05 – Seguro Aquícola – sem FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
fishwith	06 – Seguro Aquícola – com FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
forestou	07 – Seguro Florestas sem FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
fidelity	43 – Fidelidade (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
forestw	08 – Seguro Florestas com FESR.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
rurbond	09 – Seguro Cédula do Produtor Rural.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
cattlero	28 – Seguro Peccuário (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
fishoff	29 – Seguro Aquícola (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
farmownr	30 – Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
cropoff	61 – Seguro Agrícola (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
rurplepr	62 – Seguro de Penhor Rural – Instituições Financeiras Privadas.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
rurplepu	63 – Seguro de Penhor Rural – Instituições Financeiras Públicas.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
animal	64 – Seguro de Animais.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
forstoff	65 – Seguro Compreensivo de Florestas (<i>run-off</i>).	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
agricultr	Prêmio total dos seguros rurais.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006
total	Total de todos os prêmios de todos os seguros.	SUSEP, em: www.susep.gov.br	2001–2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS, Diego; COVARRUBIAS, Katia. **Agricultural insurance in mesoamerica**: An Opportunity to Deepen Rural Financial Markets. Inter-American Development Bank, Washington DC, 2006.

DERCON, Stefan. **Insurance against poverty**: Wider Studies in Development Economics. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DE SOTO, Hernando. **The other path**: The Economic Answer to Terrorism. Reading, Mass.: Perseus Books Group, 2002 (reprint edition).

DE SOTO, Hernando. **The mystery of capital**: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else. New York: Basic Books, 2003 (reprint edition).

HECKMAN, J. Statistical Models for Discrete Panel Data. In: MANSKI, C.; MCFADDEN, D., ed. **Structural analysis of discrete data with econometric applications**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1981.

ILLMAKUNNAS, Pekka; KANNIAINEN, Vesa. **Entrepreneurship, economic risks, and risk insurance in the welfare state**: Results with OECD Data 1978–1993. Working Document 356,

Munich: Center for Economic Studies and Ifo Institute for Economic Research, 2000. Available at www.cesifo.de.

SADOULET, Loïc. Micro credit Repayment Insurance: Better for the Poor, Better for the Institution. In: BOLTON, Patrick; ROSENTHAL, Howard, ed. **Credits markets for the poor**, Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. **The theory of economic development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1982 (originally published 1915).

TOWNSEND, Robert M. Financial Markets and Poverty: An Algorithm for Policy-based Research and Research-Based Policy. In: _____. **Proceedings of the 2004 inter-american development bank conference**. Washington DC: Inter-American Development Bank.

WRIGHT, Phillip G. **The tariff on animal and vegetable oils**. New York: Macmillan, 1928.

ANGRIST; KRUEGER (Instrumental Variables and the Search for Identification: From Supply and Demand to Natural Experiments). **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 4, p. 69-85, Fall 2001.

Websites

www.ans.gov.br	www.ibge.gov.br
www.bacen.gov.br	www.imf.org
www.bndes.gov.br	www.ipeadata.gov.br
www.cia.gov	www.receita.fazenda.gov.br
www.dnrc.gov.br	www.sebrae.gov.br
www.fazenda.gov.br	www.susep.gov.br
www.funenseg.gov.br	www.swissre.com
www.globalrisk.com.br	www.tesouro.gov.br
www.iadb.org	www.worldbank.org

Pessoas contactadas para a elaboração deste documento:

- Araújo, Vera Mello, Director at SUSEP, Rio de Janeiro.
- Conde, Luiz Felipe, Partner at Pellon law firm, based in Rio de Janeiro and New York.
- Costa, Osvaldo, Secretary General for SUSEP, Rio de Janeiro.
- De Carvalho, Raimundo Eloi, general coordinator and head of tax policy at the Internal Revenue Service of the Ministry of Finance, in Brasília, Brazil.
- De Vasconcellos, Aníbal, chief of the “technical group” at SUSEP, Rio de Janeiro, Brazil.
- Lemgruber, Andrea. From the International Monetary Fund, in Washington DC.
- Nohra, Ricardo, Superintendent’s Office coordinator for SUSEP, Rio de Janeiro.
- Salles, Olavo, Secretary General Coordinator for SUSEP, Rio de Janeiro.
- Schaimberg, Marcelo, Partner at Brokers’ Insurance brokerage firm, Rio de Janeiro.
- Tejerina, Luis, economist at the poverty unity of the IADB, Washington DC.

Títulos da série

“A Utilização de Derivativos na Composição das Reservas Técnicas de Seguradoras, Empresas de Previdência Privada e de Capitalização”, de José L. Carvalho – nº 1;

“Estimativa de Mortalidade para a População Coberta pelos Seguros Privados: Estatística e Comparação com Tábuas do Mercado”, de Kaizô Iwakami Beltrão e Sonoe Sugahara Pinheiro – nº 2;

“Os Princípios do Direito Securitário”, de Frank Larrúbia Shih – nº 3;

“Seguro de Responsabilidade Civil: Questões Jurídicas Controvertidas”, de Flávia Reis Pagnozzi – nº 4;

“Penetração do Seguro e Preço de Apólices”, de Claudio R. Contador e Clarisse B. Ferraz – nº 5;

“Os Mercados de Seguro e de Capitalização no Brasil: O Resgate da História”, de Claudio R. Contador e Clarisse B. Ferraz – nº 6.

“Reforma da Previdência Privada e os Desafios para o Crescimento Econômico”, de Claudio R. Contador – nº 7.

“Tributação Comparada do Mercado de Seguros e de Planos de Previdência Complementar”, de Lauro Vieira de Faria – nº 8.

“Gestão de Carteiras, Eficiência de Gestão e Regulação”, de Claudio R. Contador – nº 9.

“A Fraude no Seguro: Alvos e Formas de Combate”, de Lúcio Marques – nº 10.

“Trabalho Feminino em Corretagem de Seguros: Características Principais”, de Francisco Galiza – nº 11.

“O Desempenho dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização em 2005”, de Lauro Vieira de Faria – nº 12.

“Abertura do Resseguro, Demanda de Resseguros e Impactos sobre o Mercado Segurador”, de Lauro Vieira de Faria – nº 13.

“Precificação: Credibilidade, Risco no Resseguro e Aplicações Diversas”, de Paulo Pereira Ferreira – nº 14.

“Responsabilidade Civil e Objetiva: Contrato de Seguro e Código de Defesa do Consumidor”, de Walter Antonio Polido – nº 15.

“Breve Histórico da Profissão de Corretor de Seguros no Brasil”, de Rita de Cássia da Costa Silva – nº 16.

“Planos de Previdência Complementar Aberta *versus* Contrato de Seguro de Vida: Semelhanças e Diferenças”, de Ricardo Bechara Santos – nº 17.

“Controles Internos das Seguradoras”, de Affonso Silva – nº 18.

“Solvência das Seguradoras”, de Affonso Silva – nº 19.

Todos os títulos podem ser acessados e impressos através do link “publicações/estudos e pesquisas” da página da Funenseg na internet: www.funenseg.org.br.



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS
FUNENSEG

A Escola Nacional de Seguros – FUNENSEG, é uma instituição voltada para o ensino e pesquisa do seguro no Brasil. Dentro dessas frentes de atuação, oferece uma rede de produtos e serviços destinados a qualificação profissional, a evolução educacional e ao intercâmbio de experiências com as mais conceituadas instituições nacionais e internacionais da Área de Seguros. Presente em 14 unidades, localizadas estrategicamente pelo país, a FUNENSEG atua no treinamento e formação de profissionais para o Mercado de Seguros. Sua missão consiste em acompanhar as necessidades do setor, tornando-se pólo de produção e disseminação do conhecimento em todo o território nacional. Agora que você conhece um pouco mais nosso trabalho, nos procure e venha entender porque a FUNENSEG é a ESCOLA de SEGUROS do Brasil.

www.funenseg.org.br